

Revista de filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal de Roraima

19

latino americano me se no de tempo seu
algos de sociedade de seu momento seu
o futuro de seu

TEXTOS & DEBATES

ISSN1413-9987



TEXTOS & DEBATES

Revista de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal de Roraima

Nº 19



REVISTA VINCULADA AOS PROGRAMAS DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS DO CENTRO
DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (CCH/UFRR)

ISSN 1413-9987

Referência: jan./jun. 2010
Publicação: dez. 2012

Textos & Debates	Boa Vista	Nº 19	p. 1 - 141
------------------	-----------	-------	------------

Ficha catalográfica

Textos & Debates: Revista de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima n. 1 (1995) - - Boa Vista: Editora UFRR, 1995-

Periodicidade: semestral.

ISSN 1413-9987

1. Periódicos. 2. Ciências Sociais. 3. História - Universidade Federal de Roraima.

Revista vinculada aos programas de estudos pós-graduados do centro de ciências humanas (cch/ufrr)

CDU:0 (05)

Indexada em Sumários Correntes Brasileiros - ESALQ; Índice Histórico Español - Bibliografías de História de España; Centro de Información y Documentación Científica - CINDOC; American History and Life ABC - Clio - 130; Historical Abstract - ABC - Clio - 130; Hispanic American Periodical Index; Bibliographies and Indexes in Latin American and Caribbean Studies; Social Sciences Index; Info-Latinoamerica (ILA); Ulrich's International Periodicals Directory.

Textos & Debates

Comitê editorial

Ana Lúcia de Sousa
Maria Luiza Fernandes
Rodrigo Pereira Chagas

Prof. Dr. Olendina de Carvalho Cavalcante (UFRR)
Prof. Dr. Reginaldo Gomes de Oliveira (UFRR)
Prof. Dr. Roberto Mibielli (UFRR)
Prof. Dr. Roberto Ramos Santos (UFRR)

Conselho Editorial

Prof. Dra. Ana Lúcia de Sousa (UFRR)
Prof. Dr. Américo Alves de Lyra Júnior (UFRR)
Prof. Dra. Carla Monteiro de Souza (UFRR)
Prof. Dr. Carlos Alberto Marinho Cirino (UFRR)
Prof. Dra. Déborah de B. A. P. Freitas (UFRR)
Prof. Dr. Edson R. Oyama (UFRR)
Prof. Dr. Felipe Kern Moreiras (UFRR)
Prof. Dra. Francilene dos Santos Rodrigues (UFRR)
Prof. Dra. Gilvete de Lima Gabriel (UFRR)
Prof. Dr. Jaci Guilherme Vieira (UFRR)
Prof. Dra. Madalena Vange M. C. Borges (UFRR)
Prof. Dra. Maria das Graças S. D. Magalhães (UFRR)
Prof. Dra. Maria Luiza Fernandes (UFRR)
Prof. Dr. Maxim Repetto (UFRR)
Prof. Dr. Nélvio Paulo Dutra Santos (UFRR)

Conselho Consultivo

Prof. Dr. Antonio Emílio Morga (UFAM)
Prof. Dr. Antônio Paulo Rezende (UFPE)
Prof. Dr. Durval Muniz de A. Júnior (UFRRN)
Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire (UERJ)
Prof. Dra. Maria Denise Guedes (UNESP)
Prof. Dr. Nilson Cortez Crócia de Barros (UFPE)
Prof. Dr. Ramón Peña Castro (UFScar)
Prof. Dr. Stephen G. Baines (UNB)



Editora da UFRR



Campus Paricarana: Av. Cap. Ene Garcez,
nº 2413, Bairro Aeroporto.
CEP: 69304-000 Boa Vista / RR
Telefone: (55) (95) 3621-3111
E-mail: editora@ufrr.br
www.ufrr.br

Direção

Cezário Paulino Bezerra de Queiroz

Editoração Eletrônica e Capa
Rodrigo P. Chagas e
Petra C. Freitas Filgueiras

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que o Centro de Ciências Humanas apresenta mais uma edição da Revista Textos & Debates. Criada em meados da década de 1990, a Revista tem crescido, se fortalecido ao longo dos anos, recebendo cada dia mais a contribuição de pesquisadores nacionais, contribuindo sobremaneira para a qualidade desse periódico. A mudança para o formato digital consolida o esforço de tornar a Revista um espaço efetivo de divulgação dos conhecimentos produzidos em diversas e importantes instituições do país, e que valoriza a pesquisa acadêmica na área de Ciências Humanas, buscando, com isso, contribuir para a construção de um conhecimento real do mundo, das relações sociais de forma interdisciplinar.

Assim, esperamos cumprir com o principal objetivo da Revista que é estimular a produção acadêmica e científica e garantir aos professores, pesquisadores e estudantes da UFRR e de outras instituições do país um espaço adequado para publicar seu trabalho.

Nesse número os artigos publicados apontam para enfoques relacionados a questões políticas nacionais e internacionais, sobre representação, partido e corrupção, tema que também ensejou um artigo local, o que demonstra sua relevância não apenas na academia, mas também para a sociedade. Em uma realidade mais ampla, temos um texto que remete a problematização da fronteira e outros dois artigos que tratam da conversão de indígenas e da realidade urbana da cidade de Boa Vista. Enfim, uma gama de assuntos que esperamos contribua para aprofundar as discussões entre alunos, pesquisadores e demais interessados.

Agradecemos as pessoas que contribuíram com seus artigos para a publicação desse número, desejando a todos uma boa leitura e que se sintam estimulados a contribuir com suas produções acadêmicas para as próximas edições.

Comitê Editorial.

APRESENTAÇÃO..... 5

ARTIGOS

**EFEITOS CONSOCIATIVOS DO BICAMERALISMO E DA REPRESENTAÇÃO
NO CONGRESSO BRASILEIRO..... 7**

Marcello Simão Branco

**O COMBATE A CORRUPÇÃO SOB A PERSPECTIVA
INTERNACIONAL..... 31**

Anderson Freitas da Fonseca

**AS TRANSFORMAÇÕES DO PARTIDO DOS TRABALHADORES E
O GOVERNO LULA COMO ELEMENTOS DE MANUTENÇÃO DA
HEGEMONIA BURGUESA..... 47**

Rafaela Vieira

**A NOÇÃO DE FRONTEIRA NA FORMAÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL
SOBRE A AMAZÔNIA..... 63**

Alessandra Rufino Santos

**CONVERSÃO: UMA DISCUSSÃO SOBRE TROCA CULTURAL E
ASSIMILAÇÃO DA RELIGIÃO CRISTÃ..... 85**

Alfredo Ferreira de Souza

**AS ESTRATÉGIAS DE APROPRIAÇÕES INDEVIDAS DE VERBAS
PÚBLICAS FEDERAIS NO GOVERNO DE RORAIMA: UM ESTUDO DO
ESCÂNDALO DOS GAFANHOTOS..... 105**

Jaci Guilherme Vieira

Paulo Sérgio Rodrigues da Silva

**CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E ESPACIAL DO SUBCENTRO
COMERCIAL DA AVENIDA ATAÍDE TEIVE EM BOA VISTA-RR..... 121**

Maria Valdira de Azevedo Farias

Ana Sibelônia Saldanha Veras

Shigeaki Ueki Alves da Paixão

ARTIGO

EFEITOS CONSOCIATIVOS DO BICAMERALISMO E DA REPRESENTAÇÃO NO CONGRESSO BRASILEIRO**

Resumo

O artigo discute a questão da desproporcionalidade de representação no Congresso Nacional, com um enfoque não apenas voltado à Câmara dos Deputados, mas que inclui a relação desta com o Senado Federal. A partir da análise do processo legislativo brasileiro realiza-se uma reflexão comparativa sobre as possibilidades de veto às emendas constitucionais na Câmara e no Senado. Através de interpretações que levam em conta a representação tal como ela é e como poderia ser caso a desproporcionalidade na Câmara fosse corrigida, procuramos responder se os resultados poderiam ser diferentes e, com isso, causar impactos sobre as maiorias regionalmente representadas nas duas regiões mais desenvolvidas do país, Sudeste e Sul. Os dados mostram que a desproporcionalidade não é grave e equilibra a representação na federação brasileira, desigual em termos econômicos e populacionais.

Palavras-chave

Representação Legislativa, Bicameralismo, Emendas Constitucionais.

Abstract

The paper discusses the issue of disproportionality of representation in the National Congress, with a focus not just returned to Chamber of Deputies, but that includes the relationship of this with the Federal Senate. Based on the analysis of the legislative process and a comparative reflection takes place on the possibility of veto on constitutional amendments in the Chamber and the Senate. Through interpretations that take into account the representation as it is and as it might be if the disproportionality in the Chamber be corrected, we seek to respond if the results could be different and thus impacting on the majority represented in the two regions more regionally developed the country, Southeast and South. The data show that the disproportionality is not serious and balances the representation in the Brazilian Federation, uneven population and in economic terms.

Keywords

Legislative Representation, Bicameralism, Constitutional Amendments.

* Mestre e Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Professor Adjunto da Universidade Federal de São Paulo, campus Osasco.

**Este artigo é uma versão modificada e atualizada do capítulo dois de minha tese de doutorado, "Representação federativa e o caso brasileiro", defendida no Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, em dezembro de 2007, com o título de A Democracia Federativa Brasileira e o Papel do Senado no Ajuste Fiscal dos Anos 90.

Introdução

Na agenda da reforma política brasileira uma das questões mais polêmicas e difíceis de mudança é a desproporcionalidade de representação na Câmara dos Deputados. Já virou quase um folclore a situação de um voto do eleitor paulista valer bem menos do que um do Acre ou Rondônia.

Este artigo pretende discutir este assunto por um ângulo diferente dos últimos trabalhos apresentados, que têm priorizado apenas a Câmara dos Deputados. (Nicolaou, 1997; Oliveira, 2004; Soares e Lourenço, 2004). A perspectiva de análise é *bicameral*, ou seja, leva em consideração o processo legislativo e os efeitos da representação entre a Câmara e o Senado Federal.

Para adentrar a esta questão discutimos antes algumas das principais características dos sistemas bicamerais e do Brasil em particular. Tendo em perspectiva como funciona o bicameralismo brasileiro poderemos partir para análise da interação dos efeitos das votações das duas casas legislativas, em que não só o número de representantes importa, mas as regras e os poderes disponíveis a cada uma delas.

O tema de fundo a ser enfrentado procura problematizar a indagação de Alfred Stepan (1999), de se a câmara alta é uma casa federativa ou antidemocrática, já que o autor argumenta que federações, como a brasileira, restringem potencialmente as decisões do *demos* consagrada no governo nacional. E se esta característica pode ser discutida nos termos dos poderes e representação do Senado Federal ou na relação desta casa com a Câmara dos Deputados.

Do ponto de vista da representação faremos uma reflexão sobre os possíveis efeitos da dupla desproporcionalidade existente no Legislativo federal. Este problema, que é recorrente nos regimes democráticos e em especial nos de estrutura federativa, tem bases históricas sólidas no caso do Brasil, pois remonta ainda ao período monárquico, antes até da República e da Federação. Esta seria uma característica consociativa para a justificativa de um federalismo existente em um país territorialmente grande e desigual em termos políticos, econômicos e de distribuição de sua população.

Nesse sentido, como a igualdade representativa no Senado – que produz alta sobrerrepresentação a favor das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – e a proporcionalidade distorcida na Câmara dos Deputados – que favorece a região Norte e prejudica o estado de São Paulo – pode influir nos resultados da legislação produzida pelo Congresso brasileiro?

Para a discussão dos efeitos da representação e dos poderes de cada casa analisaremos as propostas de emendas à Constituição, iniciativas que visam a alterá-la. O fato de a escolhermos é que, como veremos, por este meio o Senado, em tese, tem poderes equivalentes de atuação legislativa em relação à Câmara dos Deputados. E além disso as emendas representam uma mudança substantiva, que demanda mais deliberação e busca de consenso.

Características do bicameralismo

Em geral, a literatura dedicada ao estudo do bicameralismo tem procurado ir além de um argumento convencional de que a existência de uma segunda câmara é vista como tendo pouco impacto sobre o relacionamento entre a legislatura e o poder Executivo. No sistema presidencialista, o Executivo é eleito diretamente e não precisa do apoio político do Legislativo para se manter. Nos sistemas parlamentaristas, no qual o governo precisa do apoio político do Parlamento para manter-se, este apoio é medido quase exclusivamente na popularidade da câmara baixa, que é onde geralmente o governo é formado.

George Tsebelis e Jeannete Money (1997) reconhecem que a influência do bicameralismo não é muito fácil de ser percebida, pois a legislação pode ser enviada de uma casa para outra e ser mudada sem que haja sinal de desacordo, mas postulam que, em primeiro lugar, o bicameralismo torna mais difícil a mudança do *status quo*. Pois se no unicameralismo uma legislação pode ser conseguida por uma maioria simples ou absoluta em um única casa, no bicameralismo é preciso que a maioria seja conseguida em mais de uma casa, sendo que – em alguns casos – ambas podem vir a ter poder de veto, além do governo ter de formar maioria em duas casas, ao invés de uma. Em segundo lugar, o bicameralismo reduz as possibilidades de desacordo entre os legisladores, ou dos partidos nas câmaras para uma dimensão privilegiada, que tem de ser acordada entre eles. Terceiro, a existência de uma segunda câmara muda os efeitos legislativos mesmo que esta câmara não tenha poder de veto, e mesmo se elas são politicamente similares à primeira câmara. Finalmente, as instituições que regulam a resolução de controvérsias entre as duas câmaras afetam os resultados legislativos. Os autores sintetizam: “as instituições bicamerais reduzem o ‘ciclo’ de problemas associados com as legislaturas unicamerais. (...) [Pois] dividindo a legislatura em dois grupos distintos e requerendo maiorias concorrentes de ambos os grupos, eles podem reduzir o número de alternativas que uma maioria prefere.” (Tsebelis e Money, 1997:38-39).

Além desses fatores, a mera presença de uma segunda câmara cria a possibilidade de um controle de qualidade ou de moderação sobre uma dada decisão política. Este controle em primeiro lugar é preventivo, pois sabendo que alguma coisa será examinada, quem a produziu tomará mais cuidado. Em segundo lugar, existe um sistema para corrigir eventuais erros depois que eles tenham sido cometidos. Em suma, é uma casa que se constitui fundamentalmente para revisar as decisões da câmara baixa.

Para tornar mais claro em termos conceituais como as diferenças entre as duas câmaras são importantes, recorramos ao trabalho de Arend Lijphart (2003). Assim, existem seis diferenças básicas entre as câmaras legislativas (a baixa e a alta), subdivididas em dois conjuntos de três, as menos e as mais importantes, no sentido de determinar a importância institucional do bicameralismo.

A primeira é que as câmaras altas têm menos membros que as câmaras baixas, com variações quanto ao tamanho maior ou menor de cada um. No Brasil, por exemplo, temos 513 deputados federais e 81 senadores.

A segunda é que os mandatos nas câmaras altas tendem a ser mais longos. Os períodos nas câmaras baixas oscilam entre dois e cinco anos e os das câmaras altas, de quatro a nove anos. No Brasil, temos quatro anos para os deputados e oito para os senadores.

A terceira é a eleição de forma alternada da câmara alta. Ou seja, geralmente na metade do mandato, há uma renovação de metade ou um terço do número de membros. No Brasil, temos eleições de quatro em quatro anos, renovando em uma rodada um terço e na outra dois terços. Isso porque, temos três senadores por estado.

Já as características mais importantes do ponto de vista institucional estariam relacionadas com a força ou fraqueza do bicameralismo. Entre elas o primeiro aspecto consistiria nos poderes constitucionais formais de que dispõem as duas câmaras. O padrão geral é que as câmaras altas costumam ser subordinadas às câmaras baixas. O Brasil, ao lado de países também federais como os Estados Unidos e a Suíça e unitários, como a Colômbia e a Itália, estariam entre aqueles em que os poderes das duas câmaras seriam aproximadamente iguais.

Um segundo aspecto institucional relevante estaria relacionado com o método de seleção dos membros. Todas as câmaras baixas dos países democráticos são eleitas pelo voto direto dos eleitores, porém, na maior parte das câmaras altas são eleitos de forma parcial ou integralmente indireta, com um índice expressivo de 63,16%.¹

¹ Porcentual calculado a partir da Tabela 1.1 de Samuel Patterson e Anthony Mughan, 1999a:6-8.

O argumento geral é que os senados não eleitos diretamente carecem de legitimidade democrática para a tomada de decisões, vindo daí a influência política da eleição popular. Ao contrário, a eleição direta na câmara alta pode, até certo ponto, compensar seu poder limitado, em termos constitucionais.

Tendo por base estes dois critérios os poderes constitucionais formais e a legitimidade democrática, os bicameralismos podem ser classificados como *simétricos* ou *assimétricos*. “Câmaras simétricas são aquelas que dispõem de poderes constitucionais iguais, ou apenas moderadamente desiguais, e de legitimidade democrática. As câmaras assimétricas são extremamente desiguais nesses aspectos.” (Lijphart, 2003:235).

Já o terceiro aspecto importante – e o sexto no conjunto –, é que as câmaras altas podem ser eleitas por métodos diferentes, ou com o objetivo de sobre representar certas minorias. Se assim for, as duas câmaras diferem em sua composição, e podem ser chamadas de *incongruentes*. Os exemplos mais recorrentes são daquelas câmaras altas que atuam como câmaras federais e sobre representam as menores unidades componentes de uma federação, especialmente quando existe igualdade de representação.

Desta forma, Lijphart estipula três categorias principais para o bicameralismo. O bicameralismo forte, o meio-forte – ou moderado – e o fraco. “O bicameralismo forte caracteriza-se tanto pela simetria quanto pela incongruência. No bicameralismo meio-forte, falta um desses dois elementos. Essa categoria é dividida em duas subclasses, na dependência de ser a simetria ou a incongruência o elemento que falta. (...) A terceira categoria é o bicameralismo fraco, no qual as câmaras são tanto assimétricas quanto congruentes.” (Idem, 2003:239).²

Em resumo:

	CONGRUÊNCIA	INCONGRUÊNCIA
SIMETRIA	Meio-Forte	Forte
ASSIMETRIA	Fraco	Meio-Forte

Na maior parte dos países federativos, o bicameralismo se caracteriza pela simetria de poder com incongruência de representação (forte) ou assimetria de poder com incongruência de representação (meio-forte). O mais relevante no caso presente é de que forma, a partir desta, digamos, tipologia, podemos entender o caso do bi-

² Na verdade, Lijphart inclui o unicameralismo como uma quarta categoria. Mas é um equívoco, já que não há duas câmaras para serem comparadas.

cameralismo brasileiro. Stepan (1999) e Mariana Llanos (2002) defendem que o caso brasileiro seria o de um bicameralismo simétrico e incongruente. Se do ponto de vista da representação não há o que discordar, em relação à força de ambos no exercício do processo legislativo o ponto não é tão claro, como procuraremos mostrar.

Representação federativa no caso brasileiro

Os estudos sobre os diferentes tipos de sistemas eleitorais têm mostrado que todos eles apresentam níveis de desproporcionalidade em sua representação para a câmara baixa. Não há uma tradução democrática entre a proporção dos habitantes de um distrito e seu respectivo número de representantes. Lijphart (2003) afirma que este problema é mais acentuado nos sistemas eleitorais majoritários em governos parlamentaristas e majoritários e proporcionais nos governos presidencialistas. Ou seja, o parlamentarismo baseado em um sistema eleitoral proporcional seria o que sofreria menos com este problema. Subentende-se, então, que a questão da distribuição dos representantes de acordo com a população de seu distrito teria a ver tanto com as características dos sistemas eleitorais, como do sistema de governo ou com o tipo de divisão interna de um estado.

Em todo caso, esta questão nos remete ao modelo de democracia que um dado país adota, se de perfil mais majoritário ou consociativo. E esta decisão está vinculada a razões diversas, como desde a formação original de um país, até o grau de heterogeneidade cultural existente no seu interior. Nesse sentido, as federações estariam mais próximas do modelo consociativo e por adotar o sistema bicameral, teriam de conjugar em seus critérios de representação duas fontes distintas, uma mais eminentemente majoritária e outra consociativa. A primeira relacionada à representação da população na câmara baixa – proporcional à população de cada distrito eleitoral –, e a segunda à representação das unidades políticas internas que formam o conjunto da federação, na câmara alta – de representação igualitária, na maior parte dos casos. Teríamos assim, a equivalência do princípio ‘uma pessoa, um voto’ para ‘um estado, um voto’, o que estabeleceria uma certa tensão entre dois princípios diferentes, em nome de uma sociedade mais diversificada, como uma federação.

Pois se esta dualidade é compreensível e justificável não haveria, teoricamente, uma razão normativa para a existência de desproporcionalidade na câmara baixa, pois caberia a ela contrapor a sobrerrepresentação da câmara alta. Contudo, os sistemas eleitorais têm estabelecido uma representação proporcional imperfeita na câmara baixa duplicando, por assim dizer, a questão da sobrerrepresentação.³

Nesse sentido, vamos observar como está representada a população brasileira na Câmara dos Deputados e os estados no Senado Federal. O número total de deputados federais é, como já visto, de 513, alocados de acordo com o número de representantes específicos de cada unidade federativa (estado), baseados em sua população. Porém, não tem existido um mecanismo de revisão do número de representantes por causa da mudança populacional de cada estado o que, somado ao número mínimo de oito (piso) e o máximo de 70 (teto), confere à Câmara um grau de desproporcionalidade, prejudicando especialmente o estado mais populoso, São Paulo, com um déficit de 42 representantes.⁴

³ Jairo Marconi Nicolau (1997) observa que a questão da desigualdade da representação no Brasil não afeta apenas os estados, mas também os partidos. Isso porque caso a proporcionalidade fosse corrigida o número de integrantes dos partidos também mudaria. Tal situação tenderia a beneficiar os partidos de maior peso eleitoral no estado mais populoso, São Paulo. Segundo seu estudo PMDB, PSDB e PT seriam beneficiados. Este trabalho não trabalhará, contudo, com esta dimensão.

⁴ Arlindo Fernandes de Oliveira (2004) explica que não tem havido uma mudança no número de representantes por cada estado a cada nova eleição, por causa das discussões na Assembleia Nacional Constituinte sobre a criação do estado de Tocantins. É que Goiás protestou que seria prejudicado. “Por esse motivo, em negociação política, foi acrescido ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o § 2o do art. 4o, pelo qual é assegurada a irredutibilidade da atual representação dos Estados e do Distrito Federal na Câmara dos Deputados. [grifo do autor]. Embora o legislador constituinte tenha inscrito esse dispositivo no ADCT, para torná-lo aplicável apenas à eleição subsequente, de tal maneira que os parlamentares goianos aceitassem a criação do estado de Tocantins, o Tribunal Superior Eleitoral conferiu a esse texto a condição de norma permanente, o que engessou a representação de todos os estados na Câmara e converteu em letra morta a competência que a Constituição e a Lei Complementar n. 78, de 1993, conferem ao próprio TSE para, com base em dados fornecidos pelo IBGE, alterar, um ano antes das eleições, o número de representantes de cada estado na Câmara dos Deputados.” (Oliveira, 2004:35).

TABELA 1 – REPRESENTAÇÃO DOS ESTADOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Estados	População 2010	% em relação ao total da população do país	Representação Atual (A)	% em relação a A (A')	Representação Proporcional (B)	% em relação a B (B')	Diferença (A-B)
Acre	733.559	0,38	8	1,55	2	0,39	6
Amazonas	3.483.985	1,83	8	1,55	9	1,75	-1
Amapá	669.526	0,35	8	1,55	1	0,19	7
Pará	7.581.051	3,97	17	3,31	19	3,7	-2
Rondônia	1.562.409	0,82	8	1,55	4	0,78	4
Roraima	450.479	0,24	8	1,55	1	0,19	7
Tocantins	1.383.445	0,73	8	1,55	4	0,78	4
Região Norte	15.864.454	8,32	65	12,67	40	7,8	25
Alagoas	3.120.494	1,64	9	1,75	9	1,75	0
Bahia	14.016.906	7,35	39	7,6	40	7,79	-1
Ceará	8.452.381	4,43	22	4,29	22	4,29	0
Maranhão	6.574.789	3,45	18	3,51	17	3,31	1
Paraíba	3.766.528	1,97	12	2,34	10	1,95	2
Pernambuco	8.796.448	4,61	25	4,87	24	4,68	1
Piauí	3.118.360	1,63	10	1,95	9	1,95	1
Rio Grande do Norte	3.168.027	1,66	8	1,55	8	1,55	0
Sergipe	2.068.017	1,08	8	1,55	5	0,97	3
Região Nordeste	53.081.950	27,83	151	29,43	144	28,07	7
Distrito Federal	2.570.160	1,35	8	1,55	6	1,17	2
Goiás	6.003.788	3,15	17	3,31	15	2,92	2
Mato Grosso	3.035.122	1,59	8	1,55	8	1,55	0
Mato Grosso do Sul	2.449.024	1,28	8	1,55	6	1,17	2
Região Centro-Oeste	14.058.094	7,37	41	7,99	35	6,82	6
Espírito Santo	3.514.952	1,82	10	1,95	9	1,75	1
Minas Gerais	19.597.330	10,27	53	10,33	54	10,53	-1
Rio de Janeiro	15.989.929	8,38	46	8,97	43	8,38	3
São Paulo	41.262.199	21,63	70	13,64	112	21,83	-42
Região Sudeste	80.364.410	42,13	179	34,89	218	42,5	-39
Paraná	10.444.526	5,48	30	5,85	29	5,65	1
Rio Grande do Sul	10.693.929	5,61	31	6,04	31	6,04	0
Santa Catarina	6.248.436	3,28	16	3,12	16	3,12	0
Região Sul	27.386.891	14,35	77	15,01	76	14,81	1
Total	#####	100	513	100	513	100	0

Fontes: Elaboração própria a partir do *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (www.ibge.gov.br) e Soares e Lourenço, 2004.

A tabela acima nos mostra como estão representados em termos numéricos os 26 estados da federação mais o Distrito Federal, divididos em suas respectivas regiões. A análise em pormenor da situação de cada um dos estados e das regiões em particular não é o nosso interesse aqui, mesmo porque já existem trabalhos sobre isso, principalmente nos últimos anos (Nicolau, 1997; Oliveira, 2004; Soares e Lourenço, 2004).

Cabe destacar o principal, contudo, que é o alto grau de sobrerrepresentação da região Norte – com 8,32% da população nacional – que deveria ter 25 deputados a menos (4,87% a mais do correto) e a sub-representação na região Sudeste – com expressivos 42,13% da população, quase a metade do país –, que deveria ter 39 deputados a mais (7,90% a menos do que o correto). No primeiro caso, a alta desproporção concentra-se nos estados com baixa população, o Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins, que juntos têm 28 deputados a mais, com apenas 2,52% da população brasileira. Já na região Sudeste, o problema está concentrado em um único estado, São Paulo, que concentra 21,63% da população do país, com a já citada falta de 42 deputados (menos 8,19% do correto).

TABELA 2 – REPRESENTAÇÃO DOS ESTADOS NO SENADO FEDERAL

Estados	População	% em relação ao total da população do país	Representantes
	-2010		
Acre	733.559	0,38	3
Amazonas	3.483.985	1,83	3
Amapá	669.526	0,35	3
Pará	7.581.051	3,97	3
Rondônia	1.562.409	0,82	3
Roraima	450.479	0,24	3
Tocantins	1.383.445	0,73	3
Região Norte	15.864.454	8,32	21 (25,92%)[1]
Alagoas	3.120.494	1,64	3
Bahia	14.016.906	7,35	3
Ceará	8.452.381	4,43	3
Maranhão	6.574.789	3,45	3
Paraíba	3.766.528	1,97	3
Pernambuco	8.796.448	4,61	3
Piauí	3.118.360	1,63	3
Rio Grande do Norte	3.168.027	1,66	3
Sergipe	2.068.017	1,08	3
Região Nordeste	53.081.950	27,83	27 (33,34%)
Distrito Federal	2.570.160	1,35	3
Goiás	6.003.788	3,15	3
Mato Grosso	3.035.122	1,59	3
Mato Grosso do Sul	2.449.024	1,28	3
Região Centro-Oeste	14.058.094	7,37	12 (14,81%)
Espírito Santo	3.514.952	1,82	3
Minas Gerais	19.597.330	10,27	3
Rio de Janeiro	15.989.929	8,38	3
São Paulo	41.262.199	21,63	3
Região Sudeste	80.364.410	42,13	12 (14,81%)
Paraná	10.444.526	5,48	3
Rio Grande do Sul	10.693.929	5,61	3
Santa Catarina	6.248.436	3,28	3
Região Sul	27.386.891	14,35	9 (11,12%)
Total	190.755.799	100	81 (100%)

Fontes: Elaboração própria a partir do *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (www.ibge.br) e Soares e Lourenço, 2004.

O Senado, como já vimos, é constituído por 81 representantes eleitos por maioria simples, três por estado e pelo Distrito Federal, com mandato de oito anos, duas legislaturas, com renovação por um terço e dois terços a cada quatro anos. Aqui também existe desproporcionalidade, devido à representação igualitária de todas as unidades da federação, independentemente de características díspares como, por exemplo, população e tamanho do território.

Já que o Brasil é uma federação e o Senado tem por função representar os estados de forma paritária, pois isto confere um mesmo *status* político a cada ente da federação, em princípio não haveria maiores razões para nos deter na tabela acima. Como ressalta Ana Backes (1998), a força deste raciocínio normativo é tão grande em nosso pensamento institucional, que tem impedido que se examine mais de perto, primeiro as funções que de fato exerce o Senado – inclusive as de caráter não federativo – e em segundo, que se possa questionar se a sub-representação da população de alguns estados no Senado não venha a ter repercussões negativas sobre a tomada de decisões que representem a vontade da maioria da população do país.

Em termos de distribuição da população e da concentração da riqueza, é tradicional a clivagem entre as três regiões menos desenvolvidas – Norte, Nordeste e o Centro-Oeste (com participação no PIB de 27,40%) –, e as duas regiões mais desenvolvidas, o Sudeste e o Sul (com uma participação no PIB de 72,60%).⁵ As três primeiras regiões têm 60 representantes sob uma base populacional de 43,52% e as outras duas regiões 21 representantes em relação a 56,48%.⁶

Isso porque, em termos históricos, o problema principal é de povoamento, quer dizer, uma profunda concentração populacional no Sudeste, mediana no Nordeste e no Sul e menor no Centro-Oeste e no Norte, provocando efeitos na distribuição de riqueza entre as regiões. Aqui se coloca em relevância a problemática da distribuição do poder político em termos regionais. Não é um problema contemporâneo, é da história brasileira ainda no tempo do Império, a grande desigualdade de poder entre as regiões.

⁵ A fonte dos índices do Produto Interno Bruto (PIB) é do IBGE, 2012 (www.ibge.gov.br).

⁶ Nicolau (1997) relativiza esta clivagem alegando que existem contrastes de ordem populacional e socioeconômica dentro de cada região. Além disso, a região Centro-Oeste vem, gradativamente, se descolando das outras regiões menos desenvolvidas do país, a Nordeste e a Norte, devido ao seu processo de desenvolvimento econômico baseado, principalmente, no agronegócio. Mesmo assim, trabalhamos com a clivagem tradicional por entender que ela ainda é mais relevante, dado que os índices sociais do Centro-Oeste ainda estão mais próximos do Norte e Nordeste, do que dos mais afluentes do Sudeste e Sul. Mais detalhes sobre esta diferença em Albuquerque, 2011.

Uma das razões aventadas para a dupla desproporcionalidade de representação no Congresso Nacional é que diminuiria a fraqueza das regiões mais subdesenvolvidas e menos povoadas com relação às de maior desenvolvimento econômico e de maior população. Argumento historicamente questionável por, entre outras razões, não ter permitido de fato um maior equilíbrio nas decisões políticas do país, concentrada especialmente na região Sudeste.⁷

Em todo caso, corrigir as distorções na Câmara dos Deputados e torná-la mais proporcional, reduziria, em tese, a expressão da sobrerrepresentação no Senado. E talvez cabesse ao Senado não ter sua representação igualitária questionada – como sugere Backes –, mas ter menos atribuições do que tem. Em suma, esta última posição é a defendida por Stepan (1999), que tem uma visão que prioriza o modelo majoritário de democracia. Richard Snyder e David Samuels (2004) seguem o mesmo caminho, mas recolocando a questão do ponto de vista da câmara baixa: “embora uma longa tradição federalista reconheça o valor de uma legislatura bicameral, com uma câmara alta representando o princípio igualitário do território, uma situação que requer um nível significativo de desproporcionalidade, há um consenso de que ao menos uma câmara deve conceder o mesmo peso do voto aos cidadãos. Portanto, não existe qualquer justificação normativa para a desproporcionalidade na câmara baixa.” (Snyder e Samuels, 2004:132).

O problema estaria situado em um Senado excessivamente poderoso e/ou em uma Câmara dos Deputados que duplica a sobrerrepresentação do Senado? Será mesmo que se a Câmara fosse mais proporcional isto teria algum efeito de controle *democrático* sobre as ações *federativas* do Senado? Estas perguntas nos remetem a uma reflexão sobre se estas distorções têm consequências para as decisões tomadas. É como diz Backes: “no Congresso de hoje, que decisões poderiam ser diferentes caso o modelo adotado fosse mais próximo da proporcionalidade?” (Backes, 1998:14). A próxima tabela apresenta um quadro geral, ao somar os representantes nas duas câmaras.

⁷ Maurício Puls (2002) argumenta que a sub-representação histórica de São Paulo e Minas Gerais na Câmara dos Deputados nunca os incomodou de forma importante e ajudou a manter a unidade territorial do país. A principal razão é que estes dois estados exerceram o poder de fato – na história republicana – por meio da Presidência. Dos 29 presidentes, retirem-se os nove não eleitos. Pois dos 20 civis eleitos, São Paulo assumiu nove vezes o cargo e Minas quatro vezes. Além disso, Minas já teve 10 vice-presidentes do país. É um campo de interpretação interessante e que mereceria ser mais explorado, mas foge ao alcance deste trabalho.

TABELA 3 – DESPROPORCIONALIDADE DE REPRESENTAÇÃO LEGISLATIVA FEDERAL BRASILEIRA POR REGIÃO

Religião	% da população por região (2007)	Câmara dos Deputados (CD)		Senado Federal (SF)	CD + SF	
		Situação atual (1)	Com proporcionalidade (2)	Igualdade (1)	1+1	2+1
Norte	8,32	65	40	21	86	61
Nordeste	27,83	151	144	27	178	171
Centro-Oeste	7,37	41	35	12	53	47
Sudeste	42,13	179	218	12	191	230
Sul	14,35	77	76	9	86	85

Fontes: Elaboração própria a partir do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (www.ibge.gov.br) e Soares e Lourenço, 2004.

Procuramos adicionar o número de representantes das regiões nas duas casas legislativas. Existe uma correção de desproporção apenas na Câmara, pois seguimos o princípio de que o Senado deve ser equivalente em sua representação. Desta forma, vemos nas duas últimas colunas que o grau de desproporção é mais favorável à região Norte e mais desfavorável à região Sudeste, o que só reforça o que já havia sido constatado quando analisamos a tabela 2.

A pergunta acima formulada sobre a possibilidade de maior controle da Câmara – por causa da correção de sua proporcionalidade – sobre o Senado também fica no campo das hipóteses mas, de qualquer maneira, tem de lidar com o fato de que as minorias das regiões menos populosas podem vetar a passagem de legislação sem grande dificuldade no Senado. Para entendermos um pouco melhor como isso pode acontecer temos de levar em conta como opera o bicameralismo brasileiro com relação ao processo legislativo e a consequente extensão dos poderes de cada casa, especialmente com relação às emendas constitucionais, teoricamente, o aspecto mais sensível do ponto de vista federativo.

Simetria e vetos através das emendas constitucionais

Existe um consenso na literatura de que o bicameralismo brasileiro é forte, além da incongruência, os poderes das casas são equivalentes (ou simétricos). De forma sintética para os fins a que nos propomos, cabe diferenciar três tipos de atividades entre as duas câmaras no processo legislativo brasileiro. 1) Das sessões conjuntas; 2) dos projetos de lei e 3) das propostas de emendas constitucionais.

As sessões conjuntas acontecem em duas situações, primeiro numa análise de um veto presidencial a um projeto de lei aprovado pelas duas casas do Congresso, e segundo na votação de leis orçamentárias propostas pelo Executivo.⁸ Em boa parte dos países bicamerais, em situações como estas as duas câmaras tornam-se uma só. Mas o caso brasileiro é diferente, pois cada câmara conserva sua identidade na hora de votar (Backes, 1998; Llanos, 2002). Ou seja, contam-se os votos separadamente em cada casa. E se uma delas tiver menos votos que o necessário, a matéria em questão é rejeitada. Em tese, portanto, é mais fácil tanto uma aprovação como uma rejeição por parte do Senado, pois ele tem menos membros que a Câmara.

Com relação aos projetos de lei de origem legislativa, eles podem ser iniciados nas duas casas. Uma casa introduz, delibera e aprova um projeto. Em seguida envia para a outra casa, que o aprova totalmente e o projeto é promulgado. Ou então, se propor alterações, o projeto volta à casa iniciadora. E ainda se reprovar o projeto por inteiro ele é arquivado. Após a volta do projeto da segunda casa para a primeira casa, esta pode aprovar o projeto sem incluir as alterações propostas pela segunda casa. Ou seja, existe uma vantagem da casa iniciadora, embora ela corra o risco do projeto ser rejeitado por inteiro pela segunda casa, o que daria por encerrado a chance de aprovação do projeto. Assim, embora a casa iniciadora conserve uma vantagem, a segunda casa tem poder total de veto, o que lhe dá um poder de barganha considerável.

Este mesmo processo de ida e vinda entre uma câmara e outra (chamado de *navette* ou *shuttle*, pela literatura internacional) acontece quando o projeto vem fora do Congresso, ou seja, do Executivo, do Superior Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores ou da iniciativa popular. Mas aqui há uma *assimetria* entre as duas casas. Pois todos estes projetos de lei são iniciados obrigatoriamente na Câmara dos De-

⁸ De acordo com o parágrafo terceiro do artigo 57 da Constituição. Vale lembrar que este método também era usado para a votação de medidas provisórias até setembro de 2000. Com a promulgação da emenda constitucional 32, a tramitação das medidas provisórias deixou de ter lugar em Sessão Conjunta do Congresso Nacional. A tramitação das medidas provisórias passou a utilizar um rito próprio, um misto de tramitação sequencial e conjunta.

putados. Isso significa que a palavra final sobre os projetos cabe a esta casa. Embora, como já vimos, o Senado retém o poder de rejeição integral para si, o que daria por arquivado um dado projeto. Dizendo de outra forma, o Senado não decide sobre o conteúdo final de um projeto aprovado. Mas pode rejeitá-lo.

Porém a mais provável simetria entre as duas casas e, por conseguinte, um maior poder para o Senado, acontece quando a discussão é em nível de mudança da Constituição.⁹ Podem propor emendas ao texto constitucional a Câmara dos Deputados – com um pedido de no mínimo 1/3, 171 membros – o Senado Federal – também por 1/3, 27 membros –, o Executivo e mais da metade das Assembleias Estaduais. Contudo, em termos práticos, tem sido o Executivo e depois a Câmara e o Senado os proponentes das várias alterações desde a promulgação da atual Constituição de 1988.¹⁰

A entrada de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) pode ocorrer nas duas casas. Se para a votação de um projeto de lei e demais votações é necessária a aprovação por maioria absoluta de votos em um turno em cada casa – 257 na Câmara e 41 no Senado –, a proposta é votada nas duas casas em dois turnos, sendo preciso que 60% dos integrantes de cada casa a aprove. Mais exatamente, 308 deputados e 49 senadores.¹¹ E se em qualquer destas votações a proposta não alcançar o índice mínimo, ela é rejeitada, não cabendo recurso da outra casa. Portanto, cada uma destas quatro rodadas é decisiva e é preciso que se atinja a maioria qualificada. Além disto não há limite para o número de vezes que a emenda pode ser apreciada por cada casa.

Para evitar que tal quórum seja atingido, entretanto, é preciso o oposto, isto é, que 40,01% dos votos sejam contrários a uma emenda. Em um Congresso marcado por índices elevados de desproporcionalidade, faz-se oportuno verificar numericamente como estas situações poderiam ocorrer.

⁹ É partindo desta simetria legislativa e considerando a, em tese, maior substância das questões tratadas, que priorizamos a análise dos vetos a seguir pela maioria qualificada exigida numa emenda constitucional. As situações de aprovação de maioria absoluta (50,01%), presentes em votações ordinárias não serão abordadas.

¹⁰ Este fato foi observado por Figueiredo e Limongi (1995). Já Branco (2007) analisou esta situação em detalhes entre o governo Collor e o primeiro governo Lula, mostrando que 20 emendas partiram diretamente do Executivo, 18 da Câmara e 15 do Senado. Mas destas 33 aprovadas pelo Legislativo, 25 partiram da coalizão governista.

¹¹ Para além das votações nominiais, a PEC antes tramita em comissões especialmente criadas para analisá-las, seguindo as regras do Regimento Interno de cada casa. Assim, na Câmara há a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) e a Comissão Especial. E no Senado há apenas a CCJC. Como a tramitação dos projetos podem ser vetados em cada comissão, existem mais pontos de veto do que apenas as votações nominiais. Detalhes em Branco, 2007.

TABELA 4 – SITUAÇÕES POSSÍVEIS DE VETO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA PROPOSTAS DE EMENDAS À CONSTITUIÇÃO COM A REPRESENTAÇÃO ATUAL

Região	Representantes	% do total	Número para veto de 2006	% do veto
Norte	65	12,67	-141	31,55
Nordeste	151	29,43	-55	73,30
Centro-Oeste	41	7,99	-165	19,90
Sudeste	179	34,89	-27	86,89
Sul	77	15,01	-129	37,38
São Paulo	70	13,69	-136	33,98

Fontes: Elaboração própria.

Vemos na tabela acima que as duas regiões que mais se aproximam de uma situação de veto são a Sudeste (86,89%) e a Nordeste (73,30%), justamente as duas mais populosas – a primeira com 42,13% e a segunda com 27,83%. Devido ao problema da má alocação dos representantes em seus estados, somando-se a região Nordeste (com uma desproporção de apenas 1,36%), com a região Norte (4,87%) já seria atingido o veto com uma margem de 4,85%. Já com relação à região Centro-Oeste (1,17%), o veto não seria conseguido, ficando em 6,80% aquém do necessário. Obviamente, somando as três regiões, o veto na Câmara dos Deputados seria conseguido com uma folga de 24,75%.

Uma união das duas regiões mais desenvolvidas do país, com 72,60% do PIB, 56,48% da população e um índice de sub-representação de 7,61% na Sudeste e sobre-representação de 0,20% na Sul, atingiria o veto com um índice favorável de 24,27%. Ora, praticamente o mesmo das três regiões menos desenvolvidas e sobre-representadas do país. Numa hipotética situação de aliança, tanto das regiões mais pobres, como das mais ricas seria possível bloquear uma emenda constitucional. Isso mostra que, a despeito da desproporção favorável às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as regiões Sudeste e Sul têm meios de afirmar seus interesses, caso eles possam eventualmente existir. Por fim, colocamos São Paulo na tabela, devido ao seu alto índice de sub-representação (8,19%). O estado sozinho representa pouco mais de um terço do necessário para vetar uma emenda à Constituição.

TABELA 5 – SITUAÇÕES POSSÍVEIS DE VETO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA PROPOSTAS DE EMENDAS À CONSTITUIÇÃO COM A REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL CORRIGIDA

Região	Representantes	% do total	Número para o veto de 206	% do veto
Norte	40	7,80	-166	19,42
Nordeste	144	28,07	-62	69,90
Centro-Oeste	35	6,82	-171	16,99
Sudeste	218	42,50	+12	105,83
Sul	76	14,81	-130	36,89
São Paulo	112	21,83	-94	54,37

Fontes: Elaboração própria.

Pois continuemos com São Paulo no início da interpretação desta tabela. Com a proporcionalidade exata, o estado mais rico (33,08% do PIB)¹² e mais populoso (21,63%) teria pouco mais da metade do necessário para o veto (54,37%) e representaria dentro de sua região, também praticamente metade dos votos, com 51,37%.

Já o concerto da região Nordeste com a Norte, representaria 10,68% menos que o necessário para um veto. Somando estas duas regiões com a Centro-Oeste, teríamos um índice de 6,31% além do necessário para o veto. De outro lado, a região Sudeste poderia vetar sozinha, com uma margem de 5,83%. Em resumo, o mais significativo desta tabela 5, que mostra a correção da representação proporcional, é, de um lado, que a soma das três regiões mais subdesenvolvidas continuaria permitindo uma situação de veto. E de outro, que a região Sudeste poderia vetar sozinha, com metade dos votos de um único estado, uma emenda à Constituição na Câmara.

TABELA 6 – SITUAÇÕES POSSÍVEIS DE VETO NO SENADO FEDERAL PARA PROPOSTAS DE EMENDAS À CONSTITUIÇÃO

Região	Representantes	% do total	Número para o veto de 33	% do veto
Norte	21	25,92	-12	63,64
Nordeste	27	33,34	-6	81,82
Centro-Oeste	12	14,81	-21	36,36
Sudeste	12	14,81	-21	36,36
Sul	9	11,12	-24	27,27

Fontes: Elaboração própria.

¹² Ver Albuquerque, 2011, página 58.

Chegamos agora ao Senado. Aqui a possibilidade de veto é muito maior, primeiro por causa do tipo de representação – que é igualitária – e segundo por causa da distribuição irregular do número de estados por regiões. Para termos uma ideia mais precisa do quadro representativo em termos comparativos, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste somam 60 senadores (74,07%) e as regiões Sudeste e Sul têm 21 (25,93%). As três primeiras regiões possuem 43,52% da população nacional e as duas últimas regiões, 56,48%. Temos visto que de acordo com a Constituição, é preciso a aprovação de 3/5 (60%) dos senadores para aprovar uma PEC. Portanto, é necessário o voto de 49 senadores. Em termos aritméticos nem seria preciso a concordância das três regiões para impedir a aprovação de uma emenda. Pois se tomarmos por região, bastariam os 21 votos da região Norte (com 7 estados), mais 12 da região Nordeste (4 estados) – digamos que os senadores dos estados menos populosos¹³ – para termos o número de veto mínimo de 33 senadores. Neste caso, é possível que representantes de apenas 13,95% da população brasileira decidam sobre uma matéria constitucional. Mas este número pode ser ainda menor, caso escolhamos os 11 estados menos populosos, que não por coincidência estão nas três regiões menos desenvolvidas.¹⁴ Neste caso, o número seria de 10,78% em condições de vetar uma mudança constitucional, em oposição a representantes de 89,22% da população brasileira.

Mesmo com números tão expressivos a favor de uma minoria no Senado, o poder das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste para aprovar uma proposta de alteração da Constituição não ocorre na Câmara dos Deputados, pois com seus votos somados, teríamos 257, ou seja, ficaria faltando 51 (16,56%) para conseguir chegar a 308 votos. Quer dizer, poderiam aprovar na casa federativa, mas não na casa popular. Já as regiões Sudeste e Sul não poderiam reagir no Senado para evitar a aprovação de uma PEC de interesse das outras regiões, pois seus votos somados perfazem apenas 21, 12 a menos que o necessário para vetar.

As regiões Sudeste e Sul têm mais dificuldades de alterarem o *status quo* a seu favor, porque em minoria nas duas casas do Congresso não teriam como aprovar uma emenda apenas com a soma dos votos de suas regiões. E se observarmos novamente a tabela 5, veremos que nem com a representação proporcional corrigida isto seria

¹³ Os estados menos populosos do Nordeste são o Sergipe (2.068.017), Piauí (3.118.360), Alagoas (3.120.494) e Rio Grande do Norte (3.168.027). (IBGE, 2010).

¹⁴ Estes estados são: Região Norte: Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins. Região Nordeste: Sergipe, Piauí, Alagoas e Rio Grande do Norte. Região Centro-Oeste: Distrito Federal e Mato Grosso do Sul.

possível, pois a soma dos votos das duas regiões dá o total de 294, 14 menos que o mínimo para alcançar os dois terços.

A possível chance de manifestação de vontade destas duas regiões poderia ser efetiva na Câmara dos Deputados, no caso de bloquear o interesse das três regiões menos desenvolvidas em alterar o *status quo*. Como vimos na tabela 4, a soma dos votos dos deputados do Sudeste e do Sul conseguiria vetar uma emenda constitucional. Com isso, sabendo que uma dada proposta foi aprovada pelas três regiões ou mesmo pelos 11 estados menos populosos, estes deputados vetariam a proposta com a soma dos seus votos. E nem precisariam antecipar-se ao Senado, pois necessariamente teriam duas oportunidades de voto na Câmara dos Deputados.

Com isso, a questão de uma federação *demos constraining* – como postulada por Stepan (1999) – deve ser relativizada. Pois, se de um lado, os estados menos desenvolvidos podem aprovar a mudança constitucional no Senado, não podem fazê-lo por si mesmos na Câmara. O poder real destas três regiões é para vetar o interesse das outras duas regiões em mudar a Constituição, em ambas as casas. Por outro lado, se as regiões Sudeste e Sul não podem por si mesmas mudar a Constituição, podem vetar uma alteração que contrarie seus interesses em ao menos uma das casas, a Câmara dos Deputados.

Desta maneira, o princípio segundo o qual a proporcionalidade da câmara baixa compensa ou equilibra a representação paritária da câmara alta, mantém-se na democracia federativa brasileira, mesmo com os índices de sobrerrepresentação existentes na Câmara dos Deputados. Pois, se as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste tem o poder de juntas aprovarem e vetarem no Senado, as regiões Sudeste e Sul podem vetar na Câmara dos Deputados. Há mais poder para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mas não de maneira suficiente para mudarem por si mesmas o *status quo* a seu favor. Já as outras duas regiões, se não podem manifestar um poder proativo, podem fazê-lo do ponto de vista reativo.

Conclusões

Iniciamos este artigo com uma breve exposição sobre alguns aspectos dos efeitos legislativos dos sistemas bicamerais e a relevância, por vezes não considerada, da câmara alta, bem como suas características, em termos de expressão dos seus poderes e os critérios para sua representação.

A partir desta exposição, abordamos a relação entre as duas casas legislativas brasileiras, pela análise do processo legislativo mostrando que – ao contrário do que

parte dos analistas postula – o bicameralismo brasileiro não é perfeitamente simétrico e incongruente, mas sim *moderadamente assimétrico e incongruente*. A diferença a favor da Câmara dos Deputados é que por ela inicia-se uma ampla proposta de mudança legislativa vinda de fora, especialmente do poder Executivo, que é quem protagoniza a produção legislativa no país. Entra-se primeiro nela, caso o Senado não vete, é ela quem tem a palavra final, podendo, inclusive, desconsiderar o que eventualmente possa ter sido alterado pelo Senado, inclusive em questões de âmbito federativo.

E finalmente, a questão principal tratada foi a característica e os possíveis efeitos da igualdade de representação no Senado – com alta sobrerrepresentação a favor das regiões menos populosas – em consonância com a proporcionalidade distorcida da Câmara dos Deputados – que prejudica a região Sudeste e, em especial, seu estado mais populoso.

Tomamos como ponto privilegiado de análise comparativa os números mínimos para aprovação e veto de uma emenda à Constituição, do ponto de vista de uma clivagem entre as três regiões menos desenvolvidas: Norte, Nordeste e Centro-Oeste e as duas regiões mais ricas, Sudeste e Sul. Com isso, procuramos responder se 1) o Senado pode vetar qualquer mudança, agindo contra o interesse da maioria e 2) caso a Câmara tivesse sua proporcionalidade corrigida, poderia evitar o poder de veto do Senado.

No primeiro caso, vimos que o Senado, de fato, tem poder de vetar qualquer alteração constitucional, alocada nas três regiões acima citadas. Mas, de outra parte, observamos algo que é pouco notado, de que o eventual interesse destas regiões de mudar uma legislação de nível constitucional, só pode ocorrer se houver concordância da Câmara. E nesta casa, estas regiões não tem maioria suficiente, mesmo que já estejam sobrerrepresentadas. Já as regiões Sudeste e Sul não formam maioria em nenhuma das duas casas, mas podem, se for o caso, evitar uma mudança que lhes possa prejudicar agindo na Câmara. Assim sendo, é preciso relativizar este poder destas três regiões no Senado, porque se elas podem de fato vetar, não tem o poder unilateral de aprovar algo que seja de seu interesse mais próximo ou em contraposição aos das duas outras regiões.

No segundo caso, vimos que a somatória dos votos das três regiões mais subdesenvolvidas continuaria permitindo uma situação de veto no Senado. Mas o dado novo – e não surpreendente – é que a região Sudeste poderia vetar sozinha – com metade dos votos de um único estado, o de São Paulo –, uma emenda à Constituição na Câmara. Ou seja, se o poder desta região seria reposto em sua dimensão real em relação às outras, por outro acentuaria ou tornaria mais explícito em termos represen-

tativos o alto grau de desigualdade existente no interior da federação brasileira. Se por um lado defende-se a correção da representação em termos mais proporcionais, pois isso seria mais justo do ponto de vista democrático, por outro acentuaria as desigualdades no arranjo federativo do país.

Em síntese, há duas questões de fundo relacionadas: Primeiro, é aceitável que as minorias tenham uma sobrerrepresentação, mas não a ponto de impedir a maioria de tomar decisões. Vimos acima que tal fato – ao menos em parte – ocorre, pois para as três regiões menos desenvolvidas – sendo Norte e Centro-Oeste as duas menos populosas do país – aprovarem mudanças constitucionais precisam da concordância das duas regiões mais desenvolvidas na Câmara – sendo uma delas, Sudeste, a mais populosa do país. E em segundo, uma proporcionalidade numericamente corrigida poderia levar a uma prevalência do Sul e Sudeste em relação aos menos desenvolvidos. Vimos pelos resultados da tabela 5 que a região mais populosa do país poderia vetar sozinha uma mudança na Constituição. De certa forma, esta última sentença reforça o argumento daqueles que entendem que a desproporção de representação na Câmara é menos problemática do que se imagina e estaria de encontro com uma solução mais consociativa e integradora para o perfil desigual em termos populacionais e econômicos da democracia federativa brasileira.

É claro que as análises acima partem de situações hipotéticas, amparadas pela configuração institucional e representativa das duas casas do Congresso. Eventualmente uma aliança regional de parlamentares de diferentes partidos poderia ocorrer no caso de tratar de um tema altamente sensível para determinadas regiões. A descoberta de uma nova fonte de energia, por exemplo, ou uma nova divisão radical dos tributos entre os estados.

Mas conforme observa Backes (2008) tais situações têm remotas chances de acontecer, já que a principal motivação dos parlamentares – e mesmo dos Senadores – tem vínculo partidário, com uma divisão entre aqueles que apoiam e fazem oposição ao governo. Isso ficou evidenciado, por exemplo, nas votações para a aprovação das emendas constitucionais do Fundo Social de Emergência e suas renovações, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Estas matérias têm um forte conteúdo federativo, pois acarretaram mais recursos fiscais para a União e perdas para estados e municípios, especialmente das regiões menos favorecidas economicamente. Branco (2008) demonstrou que os representantes não atuaram em defesa de seus estados, agindo como minoria de veto, mas que apoiaram o governo de forma ele-

vada, com uma margem média de aprovação de 7,77% além do mínimo necessário na Câmara e de 10,78% no Senado. Ou seja, com maior adesão da casa federativa.¹⁵

Como aponta Wanderley Guilherme dos Santos (1987), “não é suficiente que um sistema seja representativo, no sentido de distribuir poder parlamentar tão aproximadamente igual ao poder eleitoral dos partidos – garantindo aí a representação das diversas correntes de opinião. É necessário, ademais, que as minorias parlamentarmente representadas não sejam esmagadas pela maioria, nem por outro lado, tenham condições de impedir a maioria de governar. O equilíbrio entre o direito da minoria à representação e audiência parlamentares e o direito da maioria ao governo não despótico é a regra de ouro (...) para a operação de qualquer sistema representativo, que será tanto mais justo quando mais equilibrado for.” (Santos, 1987:77).¹⁶

Em outras palavras, este debate sobre o poder de aprovação e/ou veto das regiões sobre ou subrepresentadas reflete a questão do equilíbrio que deve haver em um sistema representativo, não existindo nem a situação de tirania da maioria e nem de veto da minoria. E numa democracia federativa desigual como a brasileira, os mecanismos consociativos de compensação funcionam, para a principal proposta de alteração do ordenamento jurídico, a Constituição, e relativizam as críticas daqueles que veem possibilidades de veto de minorias ou paralisia do processo decisório.

Recebido em junho, aprovado em julho.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de (2011). *O Desenvolvimento Social do Brasil: Balanço dos Anos 1900-2010 e Agenda para o Futuro*. José Olympio Editora/Fórum Nacional.

BACKES, Ana Luíza (1998). *Democracia e Sobre-Representação de Regiões: O Papel do Senado*. Dissertação de mestrado pelo Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília.

BACKES, Ana Luíza (2008). “Fortalecimento Parlamentar de Minorias Regionais e suas Razões”, *O Senado Federal Brasileiro no Pós-Constituinte*, Leany Barreiro Lemos, org. Edições Unilegis de Ciência Política, volume 4.

15 Todas as votações nominais do FSE, Fundos de Estabilização Fiscal (FEF1), FEF2 e Desvinculação das Receitas da União (DRU) são analisadas, assim como as tramitações em cada comissão especial. Ver Branco, 2008.

16 Chama a atenção, contudo, que em seu estudo entre 1946 e 1982, o autor só tenha considerado para análise a Câmara dos Deputados, embora tenha afirmado que o bicameralismo brasileiro – pelo menos no período de 1946-1964 – fosse forte. Santos conclui que havia equilíbrio entre o poder de aprovação das maiorias e veto das minorias, mas ao deixar de fora o Senado torna suas conclusões questionáveis, como observa Backes, 1998.

- BRANCO, Marcello Simão (2007). *A Democracia Federativa Brasileira e o Papel do Senado no Ajuste Fiscal dos Anos 90*. Tese de doutorado em ciência política defendida na Universidade de São Paulo.
- BRANCO, Marcello Simão (2008). “A Atuação do Senado Federal no Processo de Ajuste Fiscal dos Anos 90”, *O Senado Federal Brasileiro no Pós-Constituinte*, Leany Barreiro Lemos, org. Edições Unilegis de Ciência Política, volume 4.
- BRASIL (2012a). Constituição da República Federativa do Brasil. Editora Escala.
- BRASIL (2012b). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Acessos em 23 e 27 de abril.
- FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando (1995). “Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994”, *Dados*, vol. 38, n. 3.
- LLANOS, Mariana (2002). “El Bicameralismo en América Latina”, *Arbeitspapier n.5*, Institute für Ibero-americka-Kunde, Hamburgo, setembro.
- LIJPHART, Arend (2003). *Modelos de Democracia: Desempenho e Padrões de Governo em 36 Países*. Editora Civilização Brasileira.
- NICOLAU, Jairo (1997). “As Distorções na Representação dos Estados na Câmara dos Deputados Brasileira”, *Dados*, vol. 40, n.3.
- OLIVEIRA, Arlindo Fernandes de (2004). “Sobre a Representação dos Estados na Câmara dos Deputados”, *Revista de Informação Legislativa*, n.141, janeiro/março.
- PATTERSON, Samuel C. e MUGHAN, Anthony (1999a). “Senates and the Theory of Bicameralism”, *Senates: Bicameralism in the Contemporary World*, Samuel C. Patterson e Anthony Mughan, orgs. Ohio State University Press/Columbus.
- PATTERSON, Samuel C. e MUGHAN, Anthony (1999b). “Senates: A Comparative Perspective”, *Senates: Bicameralism in the Contemporary World*, Samuel C. Patterson e Anthony Mughan, orgs. Ohio State University Press/Columbus.
- PULS, Maurício (2002). “Distorção na Câmara deu Unidade ao País”, *Folha de S. Paulo*, 10 de novembro.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos (1987). *Crise e Castigo – Partidos e Gerais na Política Brasileira*. Editora Vértice/IUPERJ.
- SNYDER, Richard e SAMUELS, David (2004). “Legislative Malapportionment in Latin America: Historical and Comparative Perspectives”, *Federalism and Democracy in Latin America*, Edward L. Gibson, org. The Johns Hopkins University Press.
- SOARES, Márcia Miranda e LOURENÇO, Luiz Cláudio (2004). “A Representação Política dos Estados na Federação Brasileira”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.19, n.56, outubro.
- STEPAN, Alfred (1999). “Para uma Nova Análise Comparativa do Federalismo e da Democracia: Federações que Restringem ou Ampliam o Poder do Demos”, *Dados*, vol. 42, no. 2.
- TSEBELIS, George e MONEY, Jeannete (1997). *Bicameralism*. New York, Cambridge University Press.

ARTIGO

O COMBATE A CORRUPÇÃO SOB A PERSPECTIVA
INTERNACIONAL**

Resumo

Trata-se de estudo que tem por escopo analisar o instituto jurídico da luta contra corrupção em nível internacional. Para tanto, analisar-se-á a evolução por que passou, ao longo dos anos, os mecanismos de combate, sobretudo os adotados pelo sistema brasileiro.

Palavras-chave

Corrupção Internacional; Transparência; Transações Comerciais Internacionais; Suborno; Medidas de Combate.

Abstract

This study aims to analyze the concept of the fight against corruption on international level. The evolution of its core legal mechanisms, specially those adopted by the Brazilian statutory system.

Keywords

International Corruption; Transparency; International Commercial Transactions; Bribery; Fighting Measures.

*Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas. Advogado. Área do Direito: Internacional.

**Título original "A Corrupção no Comércio Internacional". Palestra apresentada na I Semana Acadêmica do Curso de Relações Internacionais, promovida pela Coordenação do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima, em Boa Vista, 10 de novembro de 2011.

Introdução

O objetivo do presente artigo é apresentar o panorama de luta contra corrupção em transações comerciais internacionais, seus principais efeitos e mecanismos de combate, sobretudo os adotados pelo Brasil em nível legislativo. Tema de importância inquestionável, em vista da compreensão do fenômeno da corrupção como fato social, econômico e sobretudo jurídico.

O texto encontra-se estruturado em três partes distintas porém complementares. Na primeira serão abordados elementos conceituais acerca da moderna noção de corrupção, principalmente no âmbito internacional, com base em estudos realizados por Hector Mairal na Argentina e Bárbara Huber na Europa.

Em um segundo momento, serão apontados em sucinta análise as principais consequências do crime de corrupção, bem como as usuais práticas de combate, para tanto tomaremos por base os estudos realizados pelo professor espanhol Jorge F.Malem Seña.

Por fim, teceremos breves considerações acerca dos principais diplomas legais a abordar o tema escolhido, através da análise do *Foreign Corrupt Practices Act* americano, das Convenções Internacionais oriundas da OCDE, OEA e UE, culminado com as alterações legislativas no panorama jurídico brasileiro.

Principiemos afirmando que falar de “Corrupção Internacional” não é tarefa das mais simples, sobretudo pela concepção polissêmica do termo, assim, uma formal delimitação do tema é imperativo para sua melhor compreensão.

1. Limites Conceituais

A análise do crime de corrupção, sobretudo nas transações comerciais internacionais, exige que se inicie o estudo a partir de seu conceito. Assim, a delimitação terminológica do que vem a ser o fenômeno corruptivo requer melhor esclarecimentos a fim de se chegar a uma definição mais precisa de sua abrangência, contudo, como dissemos, tal não é tarefa fácil. Isto porque, conforme assinala Livianu¹, “a corrupção não se limita a um único comportamento determinante de danos a bens jurídicos concretos, ou individualizados, mas de dano a bem jurídico difuso, qual seja, a moralidade pública”.

1 LIVIANU, Roberto. *Corrupção e Direito Penal*. Ed Quartier Latin, 2008.

Assim, percebe-se que a palavra corrupção engloba significados diversos, visto que não é um conceito jurídico em si, mas um objeto que varia de acordo com o enfoque que é dado pelos olhos do observador.

Segundo Jorge Malem Seña², a corrupção, “*consiste em algum tipo de abuso de poder*”, asseverando que “*seu conceito genérico poderia ser o abuso da função pública para se obter ganhos pessoais diretos ou indiretos*”.

O mencionado autor assinala ainda que um “ato de corrupção implica a violação de um dever profissional. Aqueles que corrompem transgridem, ativa ou passivamente, algumas das regras que regem o cargo que ostentam ou a função que cumprem. Aqueles que se corrompem manifestam, neste sentido, um claro sentimento de deslealdade para com a regra violada (...). Para que exista um ato de corrupção, pois, deve haver um sistema normativo. Por essa razão, a corrupção, inclusive a de caráter internacional, pode ter uma natureza, econômica, política, jurídica ou ética”.

Nesta exposição, teceremos considerações sobre o tema proposto circunscrevendo-o no aspecto de corrupção em transações comerciais internacionais, tendo como escopo a prática de suborno no cenário econômico transnacional com enfoque na legislação brasileira.

2. Aspectos da Corrupção Transnacional

Que a corrupção é considerada hoje em dia como um problema social que põe em risco a estabilidade e a segurança da sociedade, ameaça o desenvolvimento social, econômico e político e arruina o valor da democracia e da moral é algo sabido. Isto vale tanto para a esfera nacional quanto internacional. Devido ao incremento da globalização dos mercados, da prestação de serviços e bens e das pessoas que se encontram vinculadas a internacionalização das atividades criminais, a dimensão internacional da corrupção adquire grande importância.

Por isto, tanto em nível nacional quanto internacional, a luta contra a corrupção adquire prioridade e requer esforço coletivo, assim como o intercâmbio de informações e em certo grau uma uniformização de práticas. O esforço conjunto em escala internacional se mostra indispensável para lutar contra esta modalidade de delinquência e favorecer assim a responsabilidade, a transparência e o Estado de Direito.

A partir da década de noventa a corrupção deixou de ser observada como um fenômeno isolado, presente em países menos desenvolvidos. Desde a abertura dos

2 MALEM SEÑA, Jorge F. *Globalización, comercio internacional y corrupción*. Barcelona: Gedisa, 1999.

grandes centros de negócios, o acesso a novos mercados e também o rápido desenvolvimento tecnológico, especialmente no âmbito das telecomunicações, os Estados tiveram que reconhecer a si mesmos como atores e seus territórios como palco e cenário onde sucederiam atos de corrupção.

Noutros termos, a internacionalização dos mercados trouxe também consigo o desenvolvimento de práticas ilícitas nas transações comerciais. Fez-se assim manifesto que a corrupção influi negativamente nas possibilidades de se manter relações comerciais com outros países, ditadores corruptos como Mobuto Sese Seko no Zaire (atual República Democrática do Congo) e Suharto na Indonésia são exemplos de barreiras ao livre comércio, pois dificultaram o acesso ao mercado de seus países.

Sob o ponto de vista estritamente econômico, observou-se que as práticas corruptas em nível internacional ocasionam o aumento gradativo dos custos de produção, em inversão a eficiência dos resultados potencialmente obtidos pela livre concorrência comercial, além é claro do desvio dos resultados financeiros obtidos em detrimento do bem comum.

A fim de se melhor vislumbrar o alcance do que se está a afirmar, passemos a análise de alguns dados obtidos acerca da percepção de nosso objeto de estudo.

3. *Percepções Empíricas*

Cumpre-nos em um primeiro momento asseverar a dificuldade encontrada para se mensurar o fenômeno da corrupção internacional, afinal tratamos em regra de condutas ilícitas que por sua própria natureza procuram passar “invisíveis” pelos órgãos de controle, o que de certo não somente acarreta alto grau de imprecisão como também dificulta a correlação efetiva entre a corrupção existente num país e sua percepção pela população. Mesmo seus impactos sobre a economia permanecem discutíveis: a carência de levantamentos empíricos, por exemplo, não permite aferir em que medida investidores internacionais percebem o nível de corrupção em determinado Estado.

A medida indireta mais conhecida é o Índice de Percepções de Corrupção da *Transparency International* (TI). Trata-se de um indicador compilado a partir de outros indicadores, todos estes referentes a opiniões de pessoas ligadas a corporações transnacionais (ou que para elas prestam serviços) a respeito do nível de corrupção que elas imaginam vigorar em um país. O índice da TI é expresso na forma de um ranking. A entidade emprega um “grau” (um número de 0 a 10) para exprimir a po-

sição dos países no ranking, mas esse “grau” não tem nenhum significado além da própria ordenação do ranking.

De acordo com o índice mais recente lançado em dezembro de 2011³, dos cinco países cuja percepção atingiu nível de menor corrupção, observou-se uma predominância por nações localizadas no oeste Europeu (Dinamarca, Finlândia, Suécia, em 2º, 3º e 4º. lugar, respectivamente), seguido por Singapura, da região Asiático Pacífico, área em que o menor nível de percepção de corrupção foi sentido, tendo a Nova Zelândia marcado presença em 1º.lugar no referido índice.

O primeiro país do continente americano a figurar na pesquisa aparece em 10º lugar, o Canadá, seguido por Barbados, Bahamas, Chile e Estados Unidos (16, 21, 22 e 24, respectivamente), neste ano em particular o Brasil figurou no ranking 73, seguido por Tunísia e China (73, 75), acima de Colômbia (80), Peru (80), Argentina (100), México (100) e Venezuela (172), somente para mencionar alguns. Em último lugar encontra-se a Coreia do Norte (182).

De modo a melhor compreender-se a estimativa do impacto da corrupção tanto no cenário internacional quanto interno a ONG Transparência Brasil, juntamente com a empresa americana Kroll, lançou em 2002 o relatório “Fraude e Corrupção no Brasil: A Perspectiva do Setor Privado”⁴, no qual procurou clarificar a percepção da corrupção em nosso país.

A pesquisa objetivou levantar informações tanto sobre a percepção dos respondentes a respeito dos diversos temas quanto sobre sua experiência. Um total de 84 empresas participou do levantamento sobre fraudes e 92 da pesquisa a respeito de corrupção. Neste relatório, corrupção é definida como o uso de cargo público para benefício particular, envolvendo sempre um agente público e um agente privado. Fraude é o processo de enriquecimento ilícito ocorrido inteiramente no âmbito do setor privado.

De acordo com os dados compilados observou-se que uma grande parte das empresas brasileiras pesquisadas (70%) declarou que já se sentiu compelida a contribuir para campanhas eleitorais. Destas, 58% declararam ter havido menção a vantagens a serem auferidas em troca do financiamento.

Metade das empresas consultadas que participam de licitações disseram já terem sido sujeitas a pedidos de propinas referentes a esses processos. A esfera estadual foi apontada como a mais problemática nesse âmbito.

3 <http://cpi.transparency.org/cpi2011/results/#CountryResults>

4 <http://www.transparencia.org.br/docs/kroll-final.pdf>

Uma em cada duas empresas pesquisadas declarou que já foi submetida a pedidos de propina referente a impostos e taxas. O ICMS foi apontado como o mais vulnerável dos impostos, principalmente por empresas do setor financeiro. O relaxamento das inspeções foi identificado como o principal “favor” obtido em troca de propinas.

Quase um terço das empresas consultadas (principalmente indústrias) declarou que já recebeu pedidos de propina referente à concessão de licenças. A esfera municipal, seguida de perto pela estadual, foram apontadas como focos do problema.

A cobrança de propinas foi tida como muito ou um tanto freqüente em quase todos os serviços públicos analisados. Os itens “permissões e fiscalização”, “polícia” e “licitações públicas” receberam as piores médias, e “privatizações” a melhor. A diferença entre as médias, no entanto, não se mostrou expressiva.

Policiais e fiscais tributários foram tidos como os agentes públicos com mais probabilidade de cobrarem propinas. Funcionários de bancos oficiais e juizes foram considerados os menos prováveis.

Segundo os respondentes, quase sempre (87%) a iniciativa de introduzir o assunto corrupção na negociação é do agente público.

A oferta de presentes e mordomias é a principal forma de obtenção de influência, além do pagamento de propinas. A contribuição para campanhas eleitorais e a oferta de emprego para parentes de agentes públicos também são citadas com freqüência.

Um terço das empresas disse que corrupção é prática aceita em seu setor. A maioria das empresas (72%) declarou possuir código de conduta que proíbe corrupção de forma explícita.

Como solução para o problema de corrupção, as empresas pesquisadas sugeriram fiscalização e punição de administradores corruptos, seguida por punição dos empresários corruptores.

Tão importante quanto se tentar aferir o nível de percepção do problema em sua mais ampla acepção é o de se apontar algumas das suas principais consequências, assim passemos a esta análise.

4. Principais Efeitos da Corrupção Internacional

Uma vez estabelecido os âmbitos mais propícios ao aparecimento de corrupção e quais os países que são percebidos como mais corruptos e mais honestos, convém assinalarmos quais são os efeitos que esta prática ilícita ocasiona.

Dentre os inúmeros aspectos desagradáveis desta modalidade delitiva, temos como a mais evidente a diminuição do crescimento econômico, redundando em sérios prejuízos para o país. Segundo Regis Fernandes de Oliveira⁵ “decorrência de comportamentos ilegais significa menos pagamento de tributos ou não ingresso de receitas, o que causa amargo prejuízo aos objetivos públicos”.

Dados levantados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1997⁶, elaborado pelo economista Paolo Mauro, apontam como principais consequências:

Diminuição de investimento estrangeiro e redução de crescimento econômico – em casos de corrupção em que investidores estrangeiros são confrontados com o adiantamento de propinas para a liberação de seus negócios, há a percepção de que tal procedimento constitui-se em forma perniciososa de tributo, haja vista a necessidade de acobertamento da prática e a incerteza de que o funcionário público envolvido irá cumprir com sua parte, diminuindo sobremaneira o incentivo a alocação de investimento;

Má alocação de talentos – em países em que a prática corruptiva demonstra-se mais lucrativa do que o trabalho produtivo, os incentivos financeiros acarretados tendem a atrair aqueles com melhor nível de escolaridade, retirando-os do mercado produtivo com consequências adversas ao crescimento econômico;

De particular relevância a países subdesenvolvidos é a possibilidade de que a detecção de atos de corrupção pode ensejar a diminuição ou mesmo a retirada de ajuda financeira fornecida por governos, agências, programas e órgãos internacionais.

Auxílio monetário sendo fungível pode ser utilizado para manter gastos governamentais supérfluos ou improdutivos, assim tais doações podem ser retiradas ou suspensas até que os países demonstrem estar comprometidos com princípios de boa governança administrativa;

Perda de receita – decorrente de evasão fiscal, da concessão de isenções indevidas, da redução de cobrança de tributos ou do aumento do nível de despesas públicas;

Perda da qualidade em infra-estrutura e serviços públicos – os ganhos advindos da corrupção podem levar governantes e agentes públicos a eleger gastos públicos ou prestação de serviços baseados menos no bem comum e mais nas oportunidades de cobrar subornos ou propinas. Projetos de maior vulto nos quais os valores exatos são mais difíceis de fiscalizar apresentam-se como oportunidades lucrativas à corrupção.

A despeito de tais efeitos de ordem geral, podemos também observar as consequências da corrupção sob o aspecto do comércio internacional com base nos

5 OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Curso de Direito Financeiro RT, 2006, p.227.

6 Estudo intitulado Why Worry About Corruption?, disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/cat/longres.aspx?sk=1725.0>

estudos realizados por Jorge F.Malem Seña⁷, para o mencionado professor espanhol as principais conseqüências do pagamento de suborno no âmbito das transações internacionais são assim elencadas, sucintamente:

Efeito de inversão- A prática da corrupção tem efeito negativo no desenvolvimento econômico, político e social do país que padece desse mal;

Realização de projetos faraônicos - Fundos privados ou de organismos internacionais são canalizados para gigantescas obras de infra-estrutura, de difícil controle contábil e com baixa relação custo-benefício, ou para compra de equipamentos e/ou armamentos;

Imposição de barreiras comerciais - Esta é uma conseqüência do pagamento de subornos extorsivos, que têm como contrapartida o estabelecimento de monopólios de fato para os produtos e serviços da empresa corrupta, excluindo do mercado demais empresas competidoras;

Aumento de custo de bens e serviços - Este vem a ser um dos efeitos mais negativos da corrupção transnacional. Em diversos casos analisados pelo Professor Malem Seña comprovou-se a relação fática entre repressão à corrupção e a queda dos preços de produtos e serviços;

Abalo à estrutura social, ao princípio da maioria e às bases da democracia - Os governantes corruptos, ao atender às pretensões do corruptor, subvertem os fundamentos do jogo democrático de tomada de decisões;

Prejuízo ao meio ambiente e à qualidade de vida das pessoas - Certas empresas que operam no âmbito internacional subornam determinados governantes, sobretudo em países subdesenvolvidos, para que suas filiais ali fabriquem e comercializem produtos tóxicos ou perigosos. Também conseguem, através do mesmo expediente criminoso, exportar produtos cujo consumo ou uso encontram-se proibidos em seus respectivos países;

Efeito propagador de ilícitos - Na medida em que se generaliza a corrupção, as sanções penais perdem efetividade, e seu caráter dissuasório e a reprovação social que merece diminuem de intensidade, o que por sua vez cria um ambiente propício para a reiteração destas condutas indesejáveis;

Conseqüências negativas ao próprio corruptor - Os efeitos nefastos da corrupção transnacional se manifestam, nesta perspectiva, abalando as finanças ou a própria imagem da empresa envolvida nesta prática criminosa;

7 MALEM SEÑA, Jorge F. *Globalización, comercio internacional y corrupción*. Barcelona: Gedisa, 1999, p.44 e ss.

Perda de vidas humanas - Trata-se de um efeito reflexo, mas bastante grave, trazido pela corrupção associada às grandes obras de engenharia civil e militar. A baixa qualidade de materiais utilizados, a redução dos limites de segurança exigidos ou mesmo o relaxamento da fiscalização podem provocar graves “acidentes”, não se tratando aqui da mera dilapidação de bem materiais, sempre importantes, mas de impor um alto custo em vidas humanas.

Até aqui apontamos as consequências nocivas mais graves que se podem deprender dos atos de corrupção, sobretudo no âmbito do comércio internacional. Pudemos apreciar os seus efeitos não somente econômicos como também políticos e sociais, assim não é de se estranhar que tenham surgido movimentos para combatê-los. Acerca destes nos deteremos no próximo tópico.

5. Medidas de Combate a Corrupção Internacional

Como podemos observar, os efeitos nocivos da corrupção atingem todos os níveis e aspectos, o volume de atos praticados no decorrer dos anos mostrou seus reflexos nas atividades mercantis internacionais fazendo com que, dentre outros fatores, distintos países e organizações internacionais se debruçassem sobre o estudo deste fenômeno para após adotar medidas legislativas (ou administrativas) para fazer frente a esta que é tida como a segunda atividade mais antiga do mundo.

A seguir passaremos a análise da principal iniciativa estatal de âmbito nacional que fora posta a criminalizar a corrupção de agentes estrangeiros, públicos e privados. Posteriormente trataremos de examinar brevemente as principais medidas multilaterais, sobretudo as adotadas pelo Brasil, para o combate à corrupção.

a. Principal Medida Unilateral - *Foreign Corrupt Practices Act – FCPA*

Pioneiramente os Estados Unidos da América passaram em 1977 o seu *Foreign Corrupt Practices Act – FCPA* (reformado em 1988 e posteriormente complementado pelo *Sarbanes-Oxley Act* de 2002) a fim de difundir em nível global não somente as razões morais para fortalecer sua hegemonia econômica quando obrigaram suas empresas a não se engajarem em atos de corrupção, mas, sobretudo, para tentar uniformizar práticas contra a utilização do suborno transfronteiras.

Esta lei foi aprovada em meio a um clima que pretendia em parte a moralização das relações comerciais internacionais naquele país, precedida que foi por dois grandes escândalos econômico-políticos conhecidos como os casos *Watergate*⁸ e *Lockhe-*

8 O caso Watergate foi o escândalo político ocorrido na década de 1970 nos Estados Unidos da Amé-

ed⁹, nos quais se tornou manifesto o fato de que empresas americanas usualmente subornavam funcionários e agentes de governos estrangeiros para alcançar cotas de mercado ou mesmo para manter a sua posição dominante em ditos mercados.

O mencionado diploma legal que tem por objeto a criminalização do pagamento de subornos a funcionários estrangeiros é dividido em duas partes.

A primeira torna crime realizar pagamentos ilícitos a agentes ou funcionários estrangeiros com objetivo de acesso aos seus mercados ou a manutenção de seus negócios nestes mesmos mercados. Tais provisões anti-suborno aplicam-se a todas as empresas e negócios organizados em conformidade com as leis comerciais americanas ou que estejam baseadas ou realizando seus negócios nos Estados Unidos.

De igual forma, empresas estrangeiras atuando no mercado financeiro, devidamente registradas no *Security and Exchange Commission – SEC*¹⁰, devem seguir os seus preceitos, além de indivíduos de qualquer nacionalidade que negociam a partir dos Estados Unidos. Finalmente, as provisões do *FCPA* sempre se aplicam cidadãos americanos, residentes permanentes, independentemente de onde conduzam seus negócios. Eis aqui o porque da legislação americana ter um alcance sem igual a suas contrapartes internacionais.

A outra parte da *FCPA* chamada de provisões contábeis (*accounting provisions*) requer que companhias de mercado aberto¹¹ elaborem e mantenham em ordem suas anotações contábeis, além de adotarem um sistema interno de verificação e controle de dados fiscais. O alcance destas provisões é limitado à companhias que estejam inscritas no mercado de ações e que estejam submetidas a fiscalização da *SEC*.

De uma maneira em geral a *SEC* é responsável pela fiscalização contábil das empresas, aplicando assim os *accounting provisions*, enquanto o Departamento de Justiça Americano processa os casos de suborno. As violações contábeis podem resultar em prisão do fraudador por até 20 anos, enquanto as ofensas anti-suborno preveem o encarceramento por até 05 anos. Tais violações podem levar ainda a aplicação de

rica que, ao vir à tona, acabou por culminar com a renúncia do presidente americano Richard Nixon eleito pelo partido republicano. “Watergate” de certo modo tornou-se um caso paradigmático de corrupção.

9 O escândalo Lockheed ocorrido no Japão no início dos anos 70 envolveu de um lado representantes da empresa de aviação americana Lockheed Martin e de outro membros de alta patente do governo Japonês, inclusive o primeiro-ministro à época Kakuei Tanaka. Com o intuito de vencer uma concorrência realizada para o fornecimento de aviões ao governo japonês, diretores da subsidiária americana ofereceram propina de 500 milhões de Ienes ao Sr. Primeiro-ministro, após o que os contratos foram fechados. O caso somente veio à tona em 1976 após investigações conduzidas pelo Senado Americano.

10 O equivalente à Comissão de Valores Mobiliários brasileira.

11 Empresas que possuem ações negociadas em bolsa de valores.

multas, a perda de autorização para exportação, cancelamento e a proibição de firmar contratos com o governo, além de reputações arruinadas pelo resto da vida¹².

Podemos apontar assim as finalidades da *FCPA* como sendo principalmente:

*A moralização das práticas comerciais internacionais das empresas norte-americanas;

*Frear a expansão de uma conduta que, além de atentar contra outros bens jurídicos, constituía uma prática de concorrência desleal.

Para alcançar estes objetivos, as medidas adotadas passam então pela exigência de transparência em tudo relacionado ao aspecto contábil dos seus investimentos externos, considerando que o pagamento de suborno, em regra, é feito mediante fundos ocultos em filiais fora do alcance da jurisdição do país sede. Além da exigência daquilo que pode ser considerado o ponto nuclear da política criminal de prevenção da corrupção internacional, qual seja, a não-dedutibilidade dos subornos pagos no estrangeiro.

Podemos dizer então que foram os norte-americanos os precursores da utilização de critérios mais rigorosos contra o suborno e a corrupção internacional a ponto de modificar os padrões de condução de negócios no estrangeiro, urgindo a uma internacionalização dos postulados fundamentais de sua própria legislação, vez que sem dito reconhecimento mundial às regras adotadas tornar-se-iam de pouca efetividade. Com base nisto houve então uma modificação de postura adotada pela comunidade internacional que respondeu com criação de diversos institutos jurídicos para o combate à corrupção. Vejamos alguns deles.

b. Medidas Multilaterais

No âmbito da *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico* (OCDE) a “Convenção sobre o combate da corrupção de funcionários públicos estrangeiros em transações comerciais internacionais” foi firmada pelo Brasil, na França, em 1997 e ratificada por meio do Decreto legislativo 125/2000 e promulgada pelo Decreto presidencial 3.678, de novembro de 2000.

Além de definir o delito de corrupção ativa de funcionário público estrangeiro (art. 1.1), a *Convenção da OCDE* tratou de regular a responsabilidade penal da pessoa jurídica pela corrupção daquele funcionário público (art. 2º); determinou a aplicação

12 Para se ter uma noção da exata medida do que ora tratamos, em 2008 a empresa alemã Siemens pagou a maior soma em multas pela aplicação da *FCPA*, no total de US\$450 milhões de Dólares. Dentre as empresas processadas através da *FCPA* temos: Fiat, Avon, Volvo, Halliburton, dentre outros.

de sanções de natureza penal efetivas, proporcionais e dissuasivas da prática de corrupção ativa (art. 3º); exigiu que os Estados-partes adotassem as medidas necessárias no âmbito de suas leis e regulamentos sobre os livros contábeis, para proibir que as empresas não registrassem, em contas expressas ou paralelas, operações de suborno de funcionários públicos estrangeiros (art. 8º), além de outras medidas relacionadas com a repressão à lavagem de dinheiro.

Ao lado deste importante documento, outras iniciativas multilaterais foram feitas no sentido da prevenção e repressão concertada ao suborno transnacional, tais como: *A Convenção Interamericana contra a Corrupção, aprovada pela Organização dos Estados Americanos* (OEA), em março de 1996; o *Convênio relativo à luta contra os atos de corrupção aos quais estão implicados funcionários das Comunidades Européias ou dos Estados Membros da União Européia*, aprovada pelo Conselho da União Européia, em maio de 1997; a *Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional*, aprovada nas Nações Unidas, em novembro de 2000; e por fim, a *Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção*.

Do universo destes diplomas, encontra-se em vigor, no Brasil, a *Convenção da OCDE*, promulgada pelo Decreto 3.678/00, a *Convenção Interamericana contra a Corrupção*, promulgada pelo Decreto 4.410/02; e a *Convenção da ONU contra o Crime Organizado Transnacional*, promulgada pelo Decreto 5.015, de 12/03/04.

c. Legislação Brasileira – Lei 10.467/2002.

Em cumprimento ao ditado nas Convenções, em que se obrigavam os países signatários a editar lei sobre a corrupção de funcionários públicos estrangeiros em transações comerciais, o Brasil editou a Lei 10.467, de 11 de junho de 2002. Acrescenta esta Lei dispositivos ao Código Penal, instituindo os crimes contra a administração pública estrangeira. Foram acrescentados os arts. 337-B, C e D, tipificando os crimes de vantagem indevida a funcionário público estrangeiro, direta ou indiretamente.

Assim, a Lei nº 10.467/2002 introduziu em nosso ordenamento jurídico três dispositivos:

- a *corrupção ativa em transação comercial internacional* (art. 337-B);
- o *tráfico de influência em transação comercial internacional* (art. 337-C); e
- a *definição de funcionário público estrangeiro* (art. 337-D).

Nos termos da Lei brasileira, corromper pressupõe a *oferta de vantagem*, direta ou indireta, dirigida a um funcionário público, com o objetivo de que ele realize, retarde ou omita um ato em favor daquele que ofereceu tal vantagem, ou de terceira pessoa.

Para a legislação nacional, a definição de *funcionário público estrangeiro* compreende membros integrantes dos quadros administrativos e representações diplomáticas de Estado estrangeiro, bem como qualquer pessoa que exerça função em empresas controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais. Excluiu-se desta definição o funcionário público nacional e o funcionário de empresa privada.

Por seu turno, *transação comercial internacional* nos termos de nossa legislação é a operação ou conjunto de operações comerciais ou de cunho econômico, cujo objeto ou o domicílio das partes envolvidas possuem elementos que vinculam a mais de um sistema jurídico.

De acordo com o doutrinador Luis Régis Prado¹³ a conceituação doutrinária do crime de corrupção em transações comerciais internacionais constitui-se no “(...) *oferecimento ou entrega de dinheiro, bens de valor pecuniário ou outros benefícios ao funcionário público de um Estado estrangeiro, com o fim de conseguir que esse funcionário realize ou omita qualquer ato destinado a influir sobre a transação de natureza econômica ou comercial vinculada ao exercício de seu cargo*”.

Observa-se assim que o *legislador brasileiro*, na trilha seguida por outros países, objetivando atender aos compromissos assumidos no âmbito da Convenção da OCDE, *só se ocupou da corrupção ativa*, reservando, assim, à esfera de cada Estado a repressão da corrupção praticada por seu próprio funcionário.

Considerações Finais

Como pudemos observar, a corrupção não é um fenômeno por se dizer novo, contudo, nos últimos anos seu conceito tem-se expandido para abranger inclusive transações comerciais realizadas transfronteiras, fruto de inegável globalização dos mercados.

Observamos que tais práticas escusas acarretam consequências gravosas aos mercados das nações envolvidas, dentre outras, levam a diminuição de investimento estrangeiro e redução de crescimento econômico.

A conscientização deste aspecto tornou-se de suma importância, vez que o terreno do comércio exterior mostrou-se então solo fértil à prática de condutas desa-

13 PRADO, Luis Regis. *O bem jurídico tutelado nos novos delitos de corrupção e de tráfico de influência internacional*. In Boletim IBCCrim, ano 10, n.119,out.,2002, p.13.

bonadoras com o intento de ganhar acesso a mercados, desvirtuando as noções mais básicas de livre-concorrência.

A frontal resposta a tais circunstâncias partiu isoladamente das nações, a começar pelos EUA com a adoção de seu *Foreign Corrupt Practices Act*, modelo utilizado como paradigma por todas as legislações que se seguiram, inclusive em nível multilateral, pelo que podemos destacar a *Convenção sobre o combate da corrupção de funcionários públicos estrangeiros em transações comerciais internacionais*, no âmbito da *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico* (OCDE).

Tais iniciativas não ficaram ao largo do legislador brasileiro que por sua vez, após assumir compromissos internacionais para o combate à corrupção, promulgou a lei 10.467/2002, promovendo as respectivas mudanças legislativas no Código Penal e na Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei 9.613/98), tipificando no direito interno os crimes de corrupção ativa e tráfico de influência em transações comerciais internacionais, bem como o crime de lavagem de dinheiro proveniente daqueles dois ilícitos.

Por fim, resta-nos asseverar a desnecessidade de apontar a relevância do tema para os dias atuais, os efeitos da corrupção são sentidos em todos os níveis, quer interna ou externamente na relação dos Estados, a despeito de sua percepção ser de difícil mensuração.

Tratamos aqui de um fenômeno “invisível”, porém com consequências marcantes, urge então fazer valer as Convenções e Tratados assumidos, não somente em sua conversão em texto legal interno, mas sobretudo em sua aplicação mais abrangente.

Recebido em junho, aprovado em julho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Claudio Weber. *Percepções pantanosas*. Novos estudos, CEBRAP, n. 73, nov. 2005. p. 33-37 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n73/a03n73.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2008.

CASSIN, Richard L. *Bribery Everywhere : Chronicles from the Foreign Corrupt Practices Act*, Cassin Law Publishing, 2009.

HUBER, Barbara. *La Lucha Contra La corrupción desde una perspectiva supranacional*, Cadernos de Derecho Penal Europeo, Barcelona, 2002.

LIVIANU, Roberto. *Corrupção e Direito Penal*. Ed Quartier Latin, 2008.

MAIRAL, Héctor A. *Las raíces legales de La corrupción*, Cadernos Res Publica Argentina, Buenos Aires, 2007.

MALEM SEÑA, Jorge F. *Globalización, comercio internacional y corrupción*. Barcelona: Gedisa, 1999.

MAURO, Paulo. *Why Worry About Corruption?*, IMF Report 1997.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. *Curso de Direito Financeiro*, RT, 2006.

PRADO, Luis Regis. *O bem jurídico tutelado nos novos delitos de corrupção e de tráfico de influência internacional*. In Boletim IBCCrim, ano 10, n.119,out.,2002.

SOUZA, Artur de Brito. *Breves Considerações sobre a Corrupção em Transações Comerciais Internacionais*, In Direito Penal Internacional : Estrangeiro e Comparado, Lumen Iuris, 2007.

ARTIGO

AS TRANSFORMAÇÕES DO PARTIDO DOS TRABALHADORES
E O GOVERNO LULA COMO ELEMENTOS DE
MANUTENÇÃO DA HEGEMONIA BURGUESA**

Resumo

O presente artigo discute as transformações ocorridas no projeto político do Partido dos Trabalhadores (PT), analisando seus determinantes e condicionantes históricos. Aborda também os vínculos entre o partido e os movimentos sociais, buscando identificar os motivos que levaram os grupos organizados da classe trabalhadora a aprovarem o governo Lula.

Palavras-chave

Partido dos Trabalhadores; movimentos sociais; governo Lula.

Abstract

This article discusses the changes in the political project of the Workers Party (PT), analyzing the determinants and historical conditions. It also discusses the links between the party and social movements, seeking to identify the reasons why the organized working class to adopt the Lula administration.

Keywords

Workers Party; social movements; the Lula government

* Bacharel e mestranda em Serviço Social / UFRJ.

** O presente artigo tem como base o trabalho de conclusão de curso em Serviço Social intitulado “O PT e os Movimentos Sociais: da autonomia à cooptação”, defendido em dezembro de 2010 na Universidade Federal Fluminense. Atualmente a autora dá continuidade à pesquisa no curso de Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Introdução

Pensar a respeito do Partido dos Trabalhadores (PT) e confrontar a sua formatação atual com suas propostas iniciais, da época de sua fundação em 1980, nos faz indagar o porquê de uma mudança tão brusca em um espaço de tempo historicamente curto. Para responder a esse questionamento, partimos do pressuposto teórico-metodológico de que a mudança de direcionamento de Lula e dos demais dirigentes petistas não pode ser considerada simplesmente como traição. Isso seria reduzir uma questão tão complexa a meros julgamentos morais. A compreensão de tal fato deve atentar para o movimento global das últimas décadas, que abrange, dentre outros elementos: o colapso do “socialismo real”, colocando fim a uma alternativa ao capitalismo, na visão da maior parte da população mundial; a precarização do mundo do trabalho, debilitando a organização da classe trabalhadora; a consolidação da hegemonia neoliberal durante os anos noventa, que disseminou a miséria e a ideia de que esta é a-histórica (LIMA, 2004).

E se o PT de hoje, analisando criticamente, não representa mais uma expressão da esquerda e não age como um impulsionador das lutas organizadas da classe trabalhadora, por que os movimentos sociais devotaram tanto apoio ao governo Lula? Também nesse caso, não podemos simplificar a questão a uma mera traição das lideranças. O contexto sócio-histórico no qual estamos inseridos é mais amplo, atingindo a consciência da classe trabalhadora por inúmeras determinações.

Para tentar elucidar esse universo de indagações, realizamos uma pesquisa bibliográfica, consultando tanto autores que dissertam especificamente sobre o PT, quanto aqueles que retratam o contexto no qual está inserida a sua trajetória, além de documentos oficiais do Partido. No que tange à segunda questão, recorreremos a textos recentes de pesquisadores que se voltam para a temática e realizamos entrevistas com integrantes de movimentos sociais.

Dessa forma, as reflexões contidas no texto buscam caminhos para a compreensão dos fatores que levaram não somente às transformações petistas, mas à grande popularidade do governo Lula, tanto entre os setores organizados da classe trabalhadora quanto na sociedade brasileira em geral. Ressaltamos, todavia, que os resultados contidos neste trabalho são ainda preliminares.

1- Apontamentos sobre as transformações do PT e sua relação com os movimentos sociais

Surgido no final da década de setenta,¹ o PT foi concebido no seio dos movimentos sociais que eclodiram naquele período, como o “novo sindicalismo” e os movimentos populares ligados aos setores progressistas da Igreja Católica, dentre outros. Estes transformaram em contestações as inúmeras insatisfações da classe trabalhadora brasileira em relação ao regime militar e às condições de vida e trabalho em que a mesma se encontrava. Nesse contexto, e aproveitando a abertura política proposta pelo regime, determinados segmentos desses movimentos – especialmente o “novo sindicalismo”, mas também muitos outros – perceberam a necessidade da criação de um partido construído pelos e para os trabalhadores, como expressa o seguinte trecho do Manifesto de fundação do PT:

Após prolongada e dura resistência democrática, a grande novidade conhecida pela sociedade brasileira é a mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos. (...) Mas, tendo de enfrentar um regime organizado para afastar o trabalhador do centro de decisão política, começou a tornar-se cada vez mais claro para os movimentos populares que as suas lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo trabalhador. Por isso, surgiu a proposta do Partido dos Trabalhadores. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1980)

De acordo com Garcia (2000), durante os anos oitenta, o partido apresentava um caráter altamente classista e vislumbrava a superação do capitalismo, reivindicando a construção do socialismo, ainda que sem se preocupar em dar muitas definições de como seria esse “socialismo”. Mesmo acreditando que a transformação social se daria a partir da via eleitoral, esta era, segundo o projeto majoritário do PT, um meio para colocar os instrumentos de poder a serviço da classe trabalhadora. O partido se propunha a representar os interesses das camadas subalternas contra a exploração capitalista e, além disso, organizar os diversos segmentos da classe trabalhadora em uma ação conjunta pela construção de uma alternativa societária. Assim sendo, preservou forte ligação com os movimentos sociais urbanos e rurais, defendendo de forma contundente, as demandas colocadas por estes e suas formas de luta. Isso levou a força da campanha de Lula nas eleições presidenciais de 1989 a assustar a burguesia e os setores mais conservadores da sociedade brasileira. No entanto, por uma diferença pequena de votos, o candidato petista foi derrotado por Collor de Mello.

1 A fundação oficial do Partido dos Trabalhadores (PT) aconteceu em 1980, mas o mesmo começou a ser pensado no ano anterior.

Em virtude das possibilidades de transformação social que vieram à tona, os anos oitenta poderiam ter o “apelido” de “década do sonho”, ao invés do tradicional “década perdida”. Isso se deve à atuação não só do PT, mas também de inúmeros movimentos sociais surgidos entre os anos setenta e oitenta, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1984, e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), criada em 1983. Esta última impulsionou milhares de greves com a participação de milhões de grevistas durante seus primeiros anos. Nesse momento, o PT demonstrava total incentivo à organização da classe e apoiava as lutas empreendidas pelos movimentos sociais, de maneira a estimular a autonomia destes. Todavia, nesta época o Brasil estava na contramão do que acontecia no resto do mundo.

Desde a década de setenta, os países centrais e parte da periferia do capitalismo já haviam sido assolados pela ofensiva empreendida pela burguesia, cujo intento era enfrentar a queda da taxa de lucros num contexto de crise do capital. As estratégias de superação da crise² provocaram efeitos devastadores à classe trabalhadora, como, por exemplo, o desemprego e a precarização do trabalho. Ocorria também o desmonte do “socialismo real”, que teve seu ápice em 1989, com a queda do Muro de Berlim. Somaram-se a isso a crise dos paradigmas e a adoção das ideias pós-modernas por significativa parcela dos intelectuais do campo da esquerda. Esse conjunto de determinantes levou à crise do movimento sindical e à flexibilização dos partidos de esquerda.

O Brasil foi atingido por esse quadro a partir de 1990. Entretanto, aqui as consequências tiveram uma dimensão ainda maior, em virtude da condição sócio-histórica do país. A CUT também se alinhou ao que acontecia em outras regiões do mundo, adotando o “sindicalismo de resultado” em detrimento do “sindicalismo de confronto” (ALVES, 2000). Sua corrente majoritária priorizou uma estrutura sindical mais cooperativa e participativa. Essa decisão condizia, naquele momento, com a estratégia capitalista de adequar o sindicalismo às suas necessidades de produtividade e geração de consenso, visando minar os setores combativos.

O PT, por sua vez, assim como diversos outros partidos de esquerda ao redor do mundo, sofreu um gradual processo de moderação, flexibilização e adaptação à ordem, tanto no plano das formulações político-programáticas quanto na sua relação com os movimentos sociais. Na prática, isso foi demonstrado a partir da constante revisão do programa político (IASI, 2006) e do afastamento das lutas sociais.

2 Referimo-nos, mais especificamente, à reestruturação produtiva (ver HARVEY, 1992) e ao neoliberalismo (ver ANDERSON, 1995).

Como sustenta Iasi (2006), o projeto de superação do capitalismo deixou de figurar nas resoluções do partido, o que demonstra que na nova concepção dos dirigentes petistas, o capitalismo é insuperável. No lugar disso, ganhou espaço a crítica ao neoliberalismo. Conforme Coelho (2005), o debate não era mais sobre o fim do capitalismo, mas sobre “qual” capitalismo.

De acordo com Pinheiro e outros (2011, p. 105), essa tendência de descaracterização dos partidos de esquerda é resultante da hegemonia neoliberal consolidada nos anos noventa, sobretudo devido ao fim da União Soviética e à consequente polarização política, militar e econômica nos Estados Unidos, formando um “mundo unipolar”. Assim, assiste-se a uma *americanização* dos partidos tradicionalmente de esquerda. No que tange particularmente ao PT, este também experimentou um processo de burocratização que, segundo Garcia (2000 e 2008), teve início em 1988, quando passou a governar um número maior de prefeituras, tendo gozado de grande crescimento eleitoral nos anos noventa. Isso o levou a se preocupar, prioritariamente, em ganhar eleições, perdendo de vista um projeto alternativo de sociedade. Nesse sentido, o partido foi atingido pela dialética das conquistas parciais, que, de acordo com Mandel (1980), consiste em colocar a defesa do que já foi conquistado à frente das lutas por novas vitórias, perdendo, dessa forma, o horizonte de utopia. Com isso, o PT se afastou do cotidiano das lutas da classe trabalhadora. Os vínculos com os movimentos sociais mantiveram-se, todavia, tornaram-se cada vez mais restritos ao plano institucional e formal.

Entretanto, como analisa Coelho (2005), mesmo estando seus dirigentes convencidos da impossibilidade de superação do capitalismo, o partido ainda se apresentava como uma alternativa à política desempenhada no Brasil, haja vista que era crítico ao neoliberalismo – introduzido por Collor e aprofundado por Fernando Henrique Cardoso (FHC) – e à corrupção observada em todas as esferas de poder. Consequentemente, a confiança depositada pelos movimentos nas administrações petistas locais, das quais muitas lideranças sociais faziam parte, os levou a diminuir o ritmo das lutas. Para o autor, ao abafar as contestações à ordem, o partido acabou por se revelar uma “esquerda para o capital”.

O PT crescia eleitoralmente, no entanto, Lula passou por mais duas candidaturas à presidência frustradas na década de noventa, já que ele foi derrotado por FHC em 1994 e 1998. Esse foi outro fator que levou os dirigentes petistas a flexibilizarem as formulações programáticas e a ampliar o arco de alianças partidárias. Primeiramente com a intenção de conquistar o eleitorado mais conservador, passando a também se preocupar em conquistar a confiança do capital, como pode ser claramente

constatado na campanha eleitoral de 2002.³ Temos aí uma contradição. Por um lado, as vitórias nas prefeituras e parlamentos levaram o partido a se burocratizar, e por outro, as derrotas de Lula levaram à moderação. Fato é que, ganhando ou perdendo, o caminho do partido teve uma única direção: a total subserviência aos interesses burgueses.

Em 2003, quando, finalmente, Lula chegou à presidência da república, depois de uma campanha pautada na crítica ao modelo neoliberal, seu governo nem ao menos modificou a política econômica do governo FHC. Ao contrário, deu continuidade às mesmas medidas que favorecem a concentração de renda e, apesar de afirmar a soberania nacional, manteve a subordinação do país aos organismos multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, que representam os interesses da burguesia internacional.

Partilhamos da compreensão de Antunes (2005), que considera que, apesar de complexas, as razões que explicam a continuidade dada pelo PT ao neoliberalismo encontram-se, em grande parte, no contexto da década de noventa. O autor afirma ter sido a eleição de Lula uma vitória política tardia, pois quando isso aconteceu, nem o Brasil nem o PT eram mais os mesmos.

No entanto, essa eleição representou, em boa medida, uma forma de oposição popular às políticas implementadas por FHC. Lembramos que na virada do século XX para o XXI, a América Latina passava por um período de fortes questionamentos ao modelo neoliberal. Mobilizações populares foram capazes de derrubar presidentes em países como Equador, Argentina e Bolívia (SADER, 2009). O Brasil, por sua vez, vivenciava uma grave crise, levando muitos a acreditarem que aquele era um sinal de esgotamento desse ideário. Até então, o PT representava, neste país, o principal opositor do neoliberalismo. Foi em tal contexto que a campanha presidencial de Lula ganhou força em 2002.

Por um lado, essa campanha tentava passar para a população a certeza de que o governo petista seria diferente do antecessor, e mais comprometido com as camadas de baixa renda; e por outro, procurava dar garantias ao grande capital de que man-

3 Isso pode ser visualizado em alguns exemplos, a começar pela escolha do candidato a vice-presidente, José de Alencar, um dos maiores empresários do setor têxtil e membro de um partido que sempre foi favorável às políticas liberais, o Partido Liberal (PL). Outros exemplos são a busca pelo apoio de políticos conservadores, tais como Antônio Carlos Magalhães (ACM) e José Sarney; o lançamento da “Carta ao Povo Brasileiro”, cujo conteúdo garantia que todos os contratos do país seriam honrados e o superávit primário mantido por um governo do PT; e o fato de Lula ter aceitado, assim como os outros três principais candidatos à presidência – José Serra (PSDB), Ciro Gomes (PPS) e Anthony Garotinho (PSB) –, assinar um documento se comprometendo a, se eleito, cumprir o acordo que FHC havia assumido com o FMI.

teria os acordos do governo com o mesmo e não prejudicaria de nenhuma forma o empresariado. Vista desse prisma, a campanha representou para boa parte da população trabalhadora brasileira uma esperança de que as coisas poderiam mudar, e para a burguesia a certeza de que, independentemente de quem ganhasse as eleições, ela não seria abalada.

Em 2003, tornou-se presidente, pela primeira vez na história do país, um homem de origem operária, ex-líder sindical e principal ícone do maior partido constituído por trabalhadores da América Latina. Com Lula, pareciam ter chegado ao Palácio do Planalto as esperanças de uma parcela da classe trabalhadora que lutou por mais de vinte anos para ter seus interesses representados no cenário político. O governo Luís Inácio Lula da Silva, no entanto, deu continuidade à política econômica que tanto o novo presidente quanto seu partido criticaram enfaticamente ao longo dos dois mandatos de FHC e durante a campanha eleitoral de 2002.

Segundo Sabadini (2006, p. 3), a política econômica implementada por Lula deve-se à “dimensão da hegemonia neoliberal que ditou as diretrizes políticas em diversos países do mundo”. Assim, o Brasil não foi o único país no qual um partido de esquerda, tendo chegado ao governo, seguiu a onda conservadora de M. Thatcher e R. Reagan. Entretanto, devemos considerar que existem opções políticas, e a opção petista, que já vinha sendo desenvolvida desde os anos noventa, foi manter a ordem dominante.

O país continuou desempenhando seu papel de periferia do capitalismo, cada vez mais internacionalizado, tendo seguido as determinações dos organismos multilaterais em praticamente todos os aspectos, como por exemplo, no compromisso com o superávit primário e na elaboração de políticas assistenciais focalizadas e compensatórias. Mas o que explicaria o fato de Lula ter alcançado índices inéditos de popularidade e recebido o apoio da maior parcela dos movimentos sociais, tendo conseguido eleger sua sucessora, Dilma Rousseff? Tentaremos apontar alguns condicionantes e determinantes que permitem entender um pouco essa questão.

2- O fenômeno “lulismo” e os movimentos sociais no governo Lula

Como supracitado, Lula foi o primeiro presidente de origem operária da história do Brasil, e também o principal líder do maior partido da classe trabalhadora já fundado na América Latina. Quando chegou ao governo, foi considerado um representante do povo trabalhador no Palácio do Planalto. Os movimentos sociais, já fragilizados pela ofensiva burguesa da década de noventa, e já, em grande parte, apassivados pelas administrações municipais do PT (COELHO, 2005) e pela atuação

da CUT, no caso do sindicalismo, se identificaram com aquele governo. Acreditaram que havia chegado a hora de suas demandas serem atendidas. No entanto, já estava claro que não haveria nenhum enfrentamento com o capital por parte do governo, no sentido de tentar controlar ou inviabilizar os interesses burgueses.

Mas nesse momento, a classe trabalhadora já estava profundamente abalada em sua consciência. Devemos lembrar que todas as transformações ocorridas nos anos anteriores provocaram, em parcela significativa da classe, a perda do horizonte socialista, o que a levou a acreditar na falácia do “governo para todos”.⁴

Portanto, logo no início do governo Lula, a maioria dos movimentos sociais freou o ritmo das lutas, tanto em sinal de apoio quanto por esperar que suas demandas fossem ser atendidas, mas que para isso era preciso ter paciência. A título de ilustração, lembramos que em 2003, o MST, maior e mais combativo movimento social da América Latina, diminuiu o número de ocupações, sua principal forma de luta, por receio de suas lideranças de que isso viesse a causar problemas políticos para o novo governo. Tendo em vista que este já havia advertido que não iria aceitar “transgressões à lei”, a direção do movimento decidiu esperar que o governo realizasse a Reforma Agrária no momento que julgasse conveniente para sua “governabilidade”.

Como vimos, Lula deu continuidade às mesmas políticas econômicas de FHC, além de não ter cumprido suas principais promessas de campanha, como a Reforma Agrária. Mas, “o discurso do governo, que procura se apresentar como ‘de esquerda’ frente à direita (PSDB, governo FHC) e acentuar o risco de volta da ‘direita’, calou fundo em muitos movimentos” (LESBAUPIN, 2010, p. 5). De acordo com Coelho (2005), essa atitude é expressiva do sentimento de resignação – fruto do recuo do projeto socialista – que despreza as possibilidades de se criar no presente as condições para o futuro.

Não podemos ignorar, todavia, que no governo Lula houve mudanças nas condições de vida da classe trabalhadora. Embora essas correspondam apenas a pequenas melhorias, os segmentos mais empobrecidos sentiram que a vida estava melhorando devido ao aumento do salário mínimo e dos postos de trabalho, e às políticas assistenciais compensatórias.

Com efeito, não ocorreu nenhuma mudança estrutural, posto que permaneceu uma enorme concentração de renda e de poder nas mãos de poucos. Porém, ao que tudo indica, para os segmentos pauperizados houve diferença. Isso fez com que as parcelas populares que não se encontram inseridas nos movimentos organizados

4 Cabe ressaltar que, nesse momento, o ideário socialdemocrata já estava consolidado no projeto político do PT.

passassem também a considerar aquele o seu governo. Segundo Oliveira (2010), esse é um fenômeno que só encontra precedentes no *varguismo*. O chamado *lulismo* consiste na enorme identificação que as massas tiveram com a imagem de Lula. Este concluiu o seu segundo mandato com, aproximadamente, 80% de popularidade, um feito inédito na história do país.

O autor realizou uma análise no último ano do governo Lula, na qual afirmou:

(...) as massas de fato não têm nenhuma participação no seu governo, e ele as lança não contra seus inimigos, que não os tem, mas como base para sustentar a consolidação do capitalismo mais desavergonhado e mais explorador. (OLIVEIRA, 2010. p. 43)

No que tange aos movimentos sociais, seus integrantes também foram beneficiados individualmente pelas melhorias implementadas pela administração petista, mas a forma como o governo Lula se apresentou a estas organizações, mostrando-se aberto às negociações, interferiu de maneira mais decisiva, para a postura de pouca resistência. Lesbaupin (2010) afirma que este governo buscou passar aos movimentos sociais a aparência de um espaço de diálogo, que recebeu as lideranças para diversas conferências. No entanto, o autor pondera que entre participação em conferências e decisão política há muita diferença, e o governo cedeu somente no que julgou conveniente.

Uma liderança do Movimento Nacional de Luta por Moradia⁵ ratifica a tese de Lesbaupin, relatando que durante a gestão de Lula, as lideranças dos movimentos sociais foram chamadas a participar, intensamente, de diálogos em espaços institucionais. No entanto, nestes não houve discussão de questões estruturais. Para ela, foi feita uma “inclusão de meia-dúzia”, através da concessão de benefícios para poucos, pois nestes debates não há construção de políticas públicas. Ela avalia que “os movimentos que se propuseram a negociar amistosamente com o governo conseguiram ter alguma base”,⁶ ou seja, conquistaram pequenas reivindicações.

No entanto, a partir dessas negociações a militância tendeu a se acomodar, pois ao invés de enfrentar as estruturas opressoras, ficou a esperar benefícios do governo, acreditando que aquilo seria o máximo que podia ser feito no momento. Na visão da liderança mencionada, a maior parte dos militantes dos movimentos sociais foi “adestrada” pelo governo.

Temos, portanto um complexo conjunto de determinações que levaram à passividade da maior parte dos setores organizados da classe trabalhadora perante o governo Lula. Segundo Benjamin (in DEMIER, 2003) no início da gestão petista,

5 Em entrevista concedida à autora em 2010.

6 Idem.

além da postura assumida pela direção do MST, as cestas básicas distribuídas pelo programa Fome Zero explicavam o abrandamento do movimento. Posteriormente, arriscamos afirmar, o programa Bolsa Família passou a cumprir esse papel de neutralização dos conflitos no campo. Some-se a isso, a concessão de poucos assentamentos e de subsídios que se restringem à produção da soja e de produtos que servem ao programa de biocombustível – o que, aliás, torna as produções monoculturais e compromete a proposta de soberania alimentar defendida pelo MST (LESBAUPIN, 2009). Contudo, dois mandatos se passaram e a esperada Reforma Agrária não foi realizada. E o MST, nesse contexto, ficou dividido entre o apoio e a oposição ao governo. Uma parte da militância mostrou-se crítica à política agrária do PT, reconhecendo que o agronegócio é um empecilho à Reforma Agrária e à autonomia do campesinato.⁷

No entanto, mesmo essa parcela do MST manifestou, em sua maioria, apoio à candidata indicada pelo presidente Lula, no segundo turno das eleições presidenciais de 2010, o que também ocorreu na maior parte dos demais movimentos sociais. Certamente, a razão para tal fato é a prevenção a um eventual retorno dos partidos declaradamente “de direita” ao poder, levando a um retrocesso nas relações do governo com os movimentos sociais e ao retorno de medidas repressivas.

Diferentemente do governo FHC, que utilizava, especialmente, a coerção para conter os movimentos sociais, o governo Lula utilizou, predominantemente, a *cooptação*. Não que a repressão e a criminalização tenham sido extirpadas do cenário político-social,⁸ mas o governo redescobriu que a cooptação das lideranças dos movimentos sociais é uma prática muito mais eficaz, pois ao contrário da coerção, esta última é capaz de colocar os movimentos sociais a favor da ordem estabelecida, posto que a convicção de que as coisas estão caminhando ao encontro de seus interesses leva a crer que se a ordem for abalada será dado um passo atrás, pois seus anseios poderão não ser mais atendidos.

Não se trata, pois, de uma omissão dos movimentos sociais perante um aprofundamento do capitalismo estimulado pelo governo do PT. Tampouco, os traba-

7 A exemplo do documento intitulado “Plataforma política para a agricultura brasileira”, assinada pelo MST e por outras entidades ligadas aos trabalhadores do campo. O texto da plataforma afirma que “o atual modelo agrícola imposto ao Brasil pelas forças do capital e das grandes empresas é prejudicial aos interesses do povo. Ele transforma tudo em mercadoria: alimentos, bens da natureza (como água, terra, biodiversidade e sementes) e se organiza com o único objetivo de aumentar o lucro das grandes empresas, das corporações transnacionais e dos bancos”. Ver Revista Caros Amigos, n.50, 2010, p. 28.

8 Alguns exemplos de coerção podem ser constatados na ocasião da greve dos servidores públicos contra a Reforma da Previdência, em 2003, e na repressão às manifestações de estudantes universitários contra o REUNI, em 2007/2008.

lhadores ficaram em inércia. Estes acreditam que há mudanças, pois obtêm ganhos concretos, como, nos exemplos citados, subsídios financeiros para o MST, acesso a programas sociais, etc.

Há resistência entre os movimentos sociais, a exemplo do sindicalismo.⁹ No entanto, a maior parte do movimento sindical continuou vinculada à CUT, que durante o governo Lula cumpriu a função de ser uma “correia de transmissão” do governo no seio da classe trabalhadora (MATTOS in DEMIER, 2003, p. 92), o que permanece no governo Dilma. Isto é, o posicionamento das direções cutistas é de colaboração com o governo. Tendo surgido como uma crítica ao sindicalismo atrelado ao Estado, a CUT acabou por se tornar intimamente vinculada ao governo federal.¹⁰

Como vimos, houve resistência ao governo no interior do movimento social brasileiro, e houve, principalmente, aceitação. Mas esta última é resultante de um conjunto de determinações sociais. À ausência do horizonte socialista conjugam-se outras questões específicas do governo do PT: a melhoria das condições objetivas de vida das camadas mais pauperizadas da classe trabalhadora, que gera uma atmosfera de conformismo; e a cooptação das lideranças, que as leva a dificultarem manifestações de resistência empreendidas pelas bases dos movimentos. Estas lideranças, por sua vez, podem adotar tal postura por acreditar que o governo está trabalhando a seu favor, já que participam de diálogos em espaços institucionais e têm algumas demandas atendidas, e que as lutas podem atrapalhá-lo; ou para preservar interesses pessoais, ligados ao prestígio e a ganhos materiais. Há também a atitude de, mesmo percebendo contradições no governo, manter-se em inércia por julgar que a única opção existente é a volta da “direita” (PSDB/DEM) ao controle do Estado brasileiro, prevalecendo, assim, a lógica do “menos pior”. Por fim, existe um aspecto ainda mais subjetivo, que consiste nos laços históricos da classe trabalhadora com o PT.

Servindo ao capital com uma aparência de neutralidade, e com caráter pseudoprogressista, o governo Lula desempenhou o papel de mantenedor da ordem dominante. Sua principal tarefa, no entanto, não foi gerar meios para a acumulação, no sentido econômico restrito. Fez isso também, da mesma forma que os governos anteriores. Mas a gestão de Lula desempenhou um papel mais estratégico: contribuiu para diminuir a combatividade dos movimentos sociais, desorganizando-os e

9 A Central Sindical Popular Conlutas e a Intersindical são entidades que fazem oposição à CUT e ao governo federal.

10 Uma pesquisa publicada na Revista Época em 07 de maio de 2010 mostrou que muitos sindicalistas tiveram uma enorme participação na gestão de Lula, ocupando altos cargos nos ministérios, em bancos e empresas estatais, e em conselhos do governo que são responsáveis pelo destino de cifras que ultrapassaram R\$ 200 bilhões por ano.

desmobilizando-os. Até o momento, o governo Dilma sinaliza estar seguindo o mesmo caminho.

Segundo Lesbaupin, a gestão do PT:

[...] conseguiu, em boa parte, seu intento de colocar como limite máximo de utopia as mudanças dentro dos quadros do capitalismo. Muitos, nos movimentos, contentam-se com as pequenas conquistas obtidas. (LESBAUPIN, 2010, p. 1)

Sem dúvida, ainda há resistência, mas, “melhor do que qualquer outro líder de direita” (Idem, ibidem), nas palavras do autor, Lula conseguiu reduzir significativamente a força e a autonomia dos movimentos sociais. Nesse sentido, representou um enorme ganho para o capital, que encontrou nele um aliado para manter sua hegemonia. O partido que nasceu no despertar da consciência da classe trabalhadora brasileira, ao chegar ao governo federal, contribuiu para aprofundar a crise que esta já vinha enfrentando desde os anos noventa. Fez do fato de ter surgido no seio dos movimentos sociais um trunfo para cooptá-los e torná-los obedientes à ordem estabelecida.

Conclusões

Seguindo a máxima de Lampedusa – *é preciso que alguma coisa mude para que o fundamental se conserve* – o caráter pseudoprogressista da administração petista, que teria gerado distribuição de renda e maior poder de consumo, devido ao Programa Bolsa Família e ao aumento das taxas de emprego e do salário mínimo, desempenhou o papel de ampliar a hegemonia burguesa. As pequenas melhorias não possibilitaram a diminuição dos ganhos do capital em favor do pólo trabalho. Ao contrário, a partir do governo Lula, o primeiro conseguiu expandir seus lucros, o que aumentou a diferença da renda entre capital e trabalho. Isso se deve, sobretudo, à política econômica, que priorizou o pagamento da dívida pública, privilegiando apenas aos banqueiros e rentistas (LESBAUPIN, 2009).

E para tentar calar as contestações à ordem, o governo Lula usou como maior trunfo os vínculos históricos do PT com os movimentos sociais. Se valendo da confiança desses e os chamando a uma suposta participação, conseguiu, em grande medida, abafar as manifestações reivindicatórias. Foi capaz de apassar a combatividade do MST e de outros movimentos. A CUT, maior central sindical do país, que, por sua vez, também sofreu um processo de moderação e flexibilização, assumiu o papel de “correia de transmissão” do governo no movimento sindical.

Nesse sentido, a gestão de Lula foi muito mais eficaz ao capital do que seria um governo encabeçado por um partido tradicionalmente de direita. Isso nos leva

a afirmar, com base nos estudos de Coelho (2005) e nos conceitos de Gramsci, que o PT deixou de ser um intelectual orgânico da classe trabalhadora, passando a atuar como um intelectual da burguesia.

Como vimos, o mesmo foi concebido no seio dos movimentos sociais, que descobriram a necessidade de elevar os descontentamentos específicos à contestação de uma estrutura social. Nesse sentido, o PT desempenhava a função de intelectual orgânico da classe trabalhadora. No entanto, no seu interior destacaram-se os dirigentes das correntes majoritárias, que passaram por um processo de “transformismo de grupo”, fenômeno que, segundo Coelho, é uma expressão da hegemonia da classe dominante, que se ampliava em um período de ofensiva burguesa. Com isso, esses intelectuais passaram a não mais atuar no sentido de elevar a consciência de classe, mas ao contrário, tenderam a buscar meios de dissolver essa consciência, desorganizando e desmobilizando os movimentos sociais.

Com a falácia do “governo para todos”, sua função foi de dotar a classe trabalhadora da visão burguesa de mundo. Ao negar os antagonismos de classes, desempenhou o mesmo papel que os tradicionais partidos socialdemocratas, ao tornarem-se partidos “de toda a nação”: “a política volta a ser definida como a dimensão da relação ‘indivíduo-nação’ e não mais em termos de classe” (PRZEWORSKI *apud* IASI, 2006, p. 540).

O governo Lula foi, nesse sentido, fundamental para a manutenção da hegemonia burguesa, pois foi capaz não só de frear as lutas sociais, como também de conquistar a confiança de amplos setores desorganizados da classe trabalhadora. A capacidade de conciliar interesses inconciliáveis rendeu a esse governo, inclusive, destaque no cenário político internacional.

Lula conseguiu eleger sua sucessora, Dilma Rousseff, que desde o início do governo já alcançava os índices de aprovação mais altos da história do país para um primeiro ano de mandato. A “presidenta”, como gosta de ser chamada, segue os mesmos trilhos do antecessor, seja na política econômica, na política externa, nos programas sociais. Utiliza também a mesma tática em relação aos movimentos sociais. Muitas Conferências acontecem e continuarão a acontecer, segundo a agenda oficial. Nestes espaços as lideranças sociais são chamadas a participar e dialogar com o governo, expondo suas demandas. Se mudanças efetivas serão realizadas, só o tempo nos responderá. Mas ao que tudo indica, o contexto permanecerá sendo de cooptação e melhorias superficiais.

Recebido em julho, aprovado em agosto.

Referências Bibliográficas

- ALVES, G. Do “novo sindicalismo” à “concertação social”: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). *Revista de Sociologia Política*, nº 15. Curitiba, 2000. Disponível em www.scielo.br/pdf/rsocp/n15/a08n15.pdf Acesso em setembro de 2010.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E; GENTILI, P. (org). *Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDRADE, R. G. M. Um estudo em busca de vestígios do socialismo petista. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, 2008. Disponível em www.ess.ufrj.br/index.php/.../doc.../78-rodrigo-gomes-martins-andrade Acesso em abril de 2010.
- ANTUNES, R. Governo Lula e a desertificação neoliberal no Brasil. S/I, 2005. Disponível em resistir.info/brasil/r_antunes_jan05.html Acesso em setembro de 2010.
- COELHO, E. Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Tese de doutorado. Niterói: PPGH/UFF, 2005.
- DEMIER, F. (coord.). *As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003.
- GARCIA, C. Partido dos Trabalhadores: rompendo com a lógica da diferença. Dissertação de mestrado. Niterói: PPGH/UFF, 2000.
- _____. Partido dos Trabalhadores: da ruptura com a lógica da diferença à sustentação da ordem. Tese de doutorado. Niterói: PPGH/UFF, 2008.
- GRABOIS, M. Notas sobre estratégia, tática e mudanças na política no PT. *Revista Acheegas* nº 34. 2007. Disponível em http://www.acheegas.net/numero/34/grabois_34.pdf
- Acesso em setembro de 2010.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. vol. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- IASI, M. L. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- LÊNIN, V. *Que fazer?* São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. O Estado e a Revolução. Disponível em www.marxists.org/lenin Acesso em novembro de 2010.
- LESBAUPIN, I. Uma análise do governo Lula 2003-2009: de como servir aos ricos sem deixar de atender aos pobres. 2009. Disponível em www.iserassessoria.org.br/novo/produtos/biblioteca.php Acesso em julho de 2010.
- _____. Movimentos sociais e o pós-Lula. Entrevista concedida à revista IHU On-line. 2010. Disponível em www.ecodebate.com.br/2010/04/22/movimentos-sociais-e-o-pos-lula-entrevista-especial-com-ivo-lesbaupin/ Acesso em setembro de 2010.
- LIMA, S. L. R. *Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- MANDEL, E. A burocracia no movimento operário. In: MANDEL, Ernest; ANDERSON, Perry. *A burocracia no movimento operário*. Cadernos Democracia Socialista, v.5. São Paulo: Aparte, 1980.

OLIVEIRA, F. O Brasil depois de Lula. Revista Versus, abril de 2010. pp.41-46. Disponível em www.versus.ufrj.br/vs_n4/vsn4_contraponto.html Acesso em junho de 2010.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores*. 1980. Disponível em www.pt.org.br Acesso em janeiro de 2010.

PINHEIRO, L. F. *et al.* A democracia na América Latina. Uma análise sobre as conquistas e os desafios às lutas sociais. In: PINHEIRO, L. F. (org). *Movimentos sociais, políticas sociais e questão social*. Elementos para uma análise da realidade no Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

SABADINI, M. S. A política econômica do governo Lula: reformismo e submissão ao capital financeiro. 2006. Disponível em <http://www.ucm.es/info/cc/jec10/ponencias/714Sabadini.pdf> Acesso em setembro de 2010.

SADER, E. *A nova toupeira*. Os caminhos da esquerda latino-americana. São Paulo: Boitempo, 2009.

THERBORN, G. *Depois da dialética*: teoria social radical em um mundo pós-comunista. Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas, nº 10. São Paulo: Boitempo, 2007.

ARTIGO

**A NOÇÃO DE FRONTEIRA NA FORMAÇÃO DO
PENSAMENTO SOCIAL SOBRE A AMAZÔNIA**

Resumo

Este artigo apresenta uma discussão sobre a noção de fronteira a partir da formação do pensamento social sobre a Amazônia. Tal discussão visa facilitar o entendimento da Amazônia, apontando as distintas interpretações sobre esta região. Dessa maneira, compreender a noção de fronteira a partir da formação do pensamento social significa reconhecer que embora a noção de fronteira tenha existido em diferentes momentos históricos, seu significado varia no tempo e no espaço, pois a fronteira representa não apenas o desencontro de diferentes visões de mundo, mas a coexistência de diferentes temporalidades.

Palavras-chave

Amazônia; Fronteira; Pensamento Social.

Abstract

This article presents a discussion about the notion of border from the formation of social thought on the Amazon. This discussion is intended to facilitate the understanding of the Amazon, pointing out the different interpretations of this region. Thus, understanding the concept of border from the formation of social thinking means recognizing that while the notion of boundary has existed in different historical moments, its meaning varies in time and space, as the border is not only the clash of different world visions, but the coexistence of different temporalities as well.

Keywords

Amazon; Borders; Social Thought.

* Mestranda em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM). E-mail: alessandra_rufino@oi.com.br

Introdução

A temática da fronteira, seja no âmbito cultural, geopolítico ou simbólico, está sempre imersa em uma problemática teórico-conceitual. Dentro dos distintos conceitos que a caracteriza, é importante reconhecermos que a fronteira é uma dos raros lugares na sociedade contemporânea em que a disputa pela definição da linha que separa tanto a cultura e a natureza, quanto o homem do animal, ainda tem visibilidade.

Na obra intitulada “Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano” Martins (2009, p.10) destaca a fronteira “como lugar privilegiado da observação sociológica e do conhecimento sobre os conflitos e dificuldades próprios da constituição do humano no encontro de sociedades que vivem no seu limite e no limiar da história”.

Essa definição de Martins (2009) nos estimula a compreendermos a fronteira amazônica como o espaço próprio do encontro das sociedades e culturas diferentes. Dito em outras palavras, a fronteira amazônica também pode ser reconhecida como a busca desenfreada de oportunidades. Isso significa que o homem vem transformando o meio onde vive para satisfazer suas necessidades físicas e naturais. A natureza amazônica tem sido agredida desde o início do período colonial brasileiro. Entre as principais causas dessa agressão podemos destacar a fundação de cidades, o desenvolvimento de atividades agropecuárias e de mineração, e a criação da Zona Franca de Manaus.

Diante desse contexto, as mudanças em curso na sociedade amazônica contemporânea impõem desafios para o debate atual acerca dos processos que envolvem a relação dos seres humanos com a natureza, sobretudo os desafios para a implementação de políticas sociais que possam minimizar os problemas ambientais.

Conhecer a dinâmica e o crescimento da população amazônica é tarefa fundamental para expressar a complexidade das transformações da paisagem urbana em torno de mudanças em sua estrutura demográfica e econômica. Em linhas gerais, interessa destacar que as cidades da Amazônia repõem, pouco a pouco, uma característica que marcou a história dessa região até, pelo menos, as primeiras décadas do século XX, como um lugar de migração, favorecido pela capacidade de integração e interação das diferentes comunidades de migrantes internacionais e internos que ocuparam a região atraídos pelo auge do ciclo da borracha.

Segundo Castro (2008, p.09), entender as lógicas que estruturam a diversidade de formas de ocupação da Amazônia “é extremamente importante, pois remete a uma reflexão sobre a formação histórica e cultural, os processos de trabalho e os

impactos das políticas governamentais na redefinição e na reestruturação do espaço regional”. Além do mais, para a mesma autora, a Amazônia precisa ser vista enquanto uma região cada vez mais urbana, já que quase 70% de sua população vivem nas cidades.

No entanto, devido à densidade populacional na Amazônia ser muito menor que em outras regiões do Brasil, é difícil para alguns autores decifram o que é urbano nessa região. Contudo, as práticas migratórias evidenciam que habitar os espaços da Amazônia é um desafio à inteligência e a convivência com a diversidade resultante dos patrimônios que os povos amazônidas oferecem para o diálogo com outras culturas e saberes.

Sem dúvida, o diálogo entre diferentes culturas e saberes reforça a interpretação de que existem várias fronteiras na Amazônia. Conforme STEIMAN (p.2002, p.18) o estabelecimento das fronteiras políticas internacionais é composto pelas seguintes etapas:

a delimitação que consiste na fixação através dos tratados internacionais; a demarcação, que é a implantação física dos limites, por meio da construção de marcos em pontos determinados; a densificação ou caracterização, etapa na qual se realiza aperfeiçoamento sistemático da materialização da linha divisória, mediante intercalação de novos marcos, com o objetivo de torná-los cada vez mais intervisíveis.

Ainda segundo Steiman (2002, p.18), “a faixa de fronteira internacional do Brasil se estende em 15.719 km, dos quais 9.058 km correspondem ao limite internacional da Amazônia Ocidental”. Esse trecho de faixa forma um arco que compreende desde Rondônia, ao sul, até o estado de Roraima, ao norte. A mesma autora observa que esse arco abriga três capitais estaduais: Boa Vista (RR), Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC). No entanto, o estado de Roraima é o único totalmente situado à faixa de fronteira. O estado do Amazonas, por sua vez, é o único cuja capital não está localizada na faixa de fronteira.

A partir dos estudos de Gonçalves (2010) é possível inferir que a fronteira amazônica abrange o estabelecimento de relações distintas que facilitam a existência de um intercâmbio cultural, social e político que contribui para a diferenciação entre o “eu” e o “outro” seja perceptível. Dessa maneira, no espaço fronteiriço amazônico tanto a identidade quanto a alteridade configuram as relações sociais que envolvem um processo de contradições e ambiguidades que podem ser identificadas através do surgimento da diferença.

Assim, compreender a noção de fronteira a partir da formação do pensamento social sobre a Amazônia significa reconhecer que embora a noção de fronteira tenha

existido em diferentes momentos históricos, seu significado varia no tempo e no espaço, pois a fronteira representa não apenas o desencontro de diferentes visões de mundo, mas a coexistência de diferentes temporalidades. Nessa conjuntura, o eixo condutor do presente artigo é a compreensão do espaço amazônico a partir da formação do pensamento social. Para facilitar tal compreensão buscaremos suporte na teoria da interpretação, estudada pelo filósofo francês Paul Ricoeur.

A formação do pensamento social a partir da organização do espaço amazônico

Conhecida por sua dimensão territorial e por ser uma região extremamente complexa e diversificada, a Amazônia destaca-se como uma região estratégica para o Brasil, embora sua integração ao desenvolvimento socioeconômico nacional ainda seja considerada problemática e conflituosa.

Diante desse contexto, desenvolver uma discussão em torno do debate acerca do processo de formação do pensamento social que se construiu na Amazônia é tarefa fundamental para expressar a complexidade das representações negativas que foram elaboradas sobre o processo de desenvolvimento econômico, político, social e cultural dessa região.

De acordo com Cruz (2006, p.63), “o modelo que orientou o processo de ocupação e apropriação da Amazônia nas últimas décadas esteve pautado na crença da modernização como a única força capaz de “desenvolver” a região, não importando o seu custo social, cultural e político”. Essa ideologia pautada numa espécie de “fundamentalismo do progresso” justificou um conjunto de práticas e representações marcadas pelo colonialismo que serviam e ainda servem para justificar a subalternização dos povos considerados tradicionais.

Conforme sustenta Rocha (2006, p.146) não é possível entender a Amazônia “sem conhecer no passado e no presente da região o genocídio dos povos indígenas, a exploração da mão de obra escrava e a devastação para gerar a riqueza que tem sido apropriada por tão poucos”. Soma-se a isso a necessidade de desconstruir a idéia de que a Amazônia se tornou uma região atrasada e subdesenvolvida.

As imagens atuais do espaço amazônico retratam as tendências de novas configurações relacionadas às estratégias de ordem política, econômica e social. Nesse sentido, para Gonçalves (2010, p.20), “a imagem mais comum do que seja a Amazônia é a de que se trata de uma imensa extensão de terras, onde o principal elemento de identificação é a natureza, praticamente incontrolável, que a história nos legou intocada”. Nessa perspectiva, a visão que se tem do espaço amazônico refere-se a representação que a cultura dominante ocidental construiu a partir de sua realidade,

tornando-se fundamental na discussão sobre o futuro da humanidade e do próprio sentido da vida.

É importante salientar que essa representação dominante que se tem sobre a Amazônia é uma visão imposta pelo colonizador, podendo ser considerada uma visão de quem não vive na região, além de fortalecer a idéia de que a Amazônia é uma região periférica, que está a margem do contexto nacional.

Diante desses fatos, Gonçalves (2010, p.35), defende a concepção de que “as pessoas que se propuseram a dominar o espaço amazônico tenham acentuado a mão de obra, a idéia de vazío demográfico”. Isso justifica a concepção de que desde o período colonial, a Amazônia tem sido objeto de um debate voltado para a internacionalização. Em outras palavras, Becker (2001, p.139) assegura que “a ocupação da Amazônia se fez em surtos devassadores ligados à valorização momentânea de produtos no mercado internacional, seguidos de longos períodos de estagnação”.

A tentativa de derrubar florestas para implantar sistemas agropastoris com base em tecnologia elaboradas para outros ecossistemas é, para Campos (2004, p.02), “catastrófica e reforça que o Estado controla aquilo que deve ser distribuído ou integrado, tornando-se elemento fundamental no processo de organização do espaço amazônico, através de planos e projetos de infraestrutura”.

Pinto (2008, p.45) evidencia que “fatores são capazes de explicar por que certos povos e regiões do mundo se transformaram em palco de importantes mudanças”. O mesmo reconhece que ao longo dos três últimos séculos tem se produzido em torno da Amazônia um considerável acervo de pensamento sobre o homem, a sociedade e suas relações com a natureza. Entretanto, é necessário admitir que o conhecimento atual sobre tais temas pode ser considerado bastante fragmentado e incompleto. Por isso, que a obra “Viagem das idéias”¹ destaca a necessidade de reconstruir pacientemente o pensamento social sobre a Amazônia tal como ele tem sido concebido no âmbito da filosofia, dando destaque ao processo de elaboração e representação de dados oferecidos ao pensamento.

Desse modo, para Pinto (2008, p.34) reconstruir o pensamento social significa, “além de compreender os movimentos de seleção, elaboração e interpretação dos dados e dos objetos que se transformaram nas diferentes representações do universo social da Amazônia, restabelecer a possibilidade de uma “história das idéias” e de uma sociologia de novas bases”.

1 Obra escrita por pelo Professor Doutor Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto e publicada pela editora valer no ano de 2008.

A sugestão para facilitar a reconstrução do pensamento social é reconhecermos que a Amazônia despertou a curiosidade de muitos estudiosos que em busca pela compreensão dos processos de inter-relação entre o homem e a natureza, produziram discursos determinantes para a construção da sociedade e cultura amazônica.

Costa (2007) esclarece que a Amazônia primeiramente foi revelada pelo olhar dos viajantes, missionários e naturalistas, que se prendiam ao fascínio do estranho. No decorrer dos anos, passou a ser interpretada por outros pensadores que foram capazes de elaborar obras que se tornaram símbolos de rupturas e de novos cursos em busca de um pensamento social amazônico.

Sob essa perspectiva, Pinto (2008, p.199) enfatiza que existe hoje o reconhecimento de que no grande e variado conjunto de obras que tem se acumulado sobre a Amazônia, sobretudo nos últimos 250 anos, “alguns momentos privilegiados se destacaram e ajudaram a construir o que podemos denominar de pensamento social”. É o caso dos autores que, além do cuidado com o relato da natureza, das riquezas, da paisagem, da descrição de vilas e cidades, da produção extrativa e da multiplicidade dos povos indígenas, observaram, mesmo que de pontos de vistas unilaterais, aspectos relacionados com processos sociais e culturais que pudessem de algum modo contribuir para a compreensão da gênese e desenvolvimento de um novo universo humano na Amazônia.

Pinto (2008, p.200) enfatiza ainda que se não custa muito reconhecer quanto a Amazônia “está ligada aos processos de instituição de campos das ciências humanas, mas difícil tem sido determinar com precisão a contribuição real de vários autores que sobre ela realizaram empreendimentos investigativos”. Batista (2006, p.21), por sua vez, complementa argumentando que “entre os interpretes da Amazônia sobressai um nome que ocupa a primeira plana das letras nacionais: Euclides da Cunha”. Foi ele que deu nexos à formação do pensamento social sobre a Amazônia, traçando diretrizes seguras aos estudos amazônicos. Depois dele se inaugurou um novo modo de pensar a Amazônia, já que sua obra foi elaborada com a finalidade de reconstruir o pensamento produzido sobre a região.

Em relação às idéias políticas de Euclides da Cunha, Pinto (2008, p.203) sugere que sua interpretação da Amazônia pode ser aproximada às suas idéias de socialista, examinando-se, por exemplo, “o conteúdo do manifesto socialista que redigiu e que na verdade os seus estudiosos parece não terem levado em consideração como um possível elemento esclarecedor de seu modo de compreender e idealizar a sociedade amazônica”. Isso justifica porque Euclides da Cunha buscou entender a Amazônia através de sua face primitiva, rústica e atrasada, insistindo na idéia de que essa é uma

parte da terra ainda em formação, portanto, ainda em desordem e assim não preparada para receber a civilização.

Dentro desse raciocínio, Tocantins (2001, p.278) nos informa que “até meados do século XX foi em torno dos rios que se organizou a vida das populações amazônicas”. Para o mesmo, *os rios contribuíram para o progresso da Amazônia, pois tornaram possível a sua conquista ao assegurarem a presença humana na região. Desse modo, podemos dar ênfase a seguinte concepção: os rios serviram para diferentes atividades que foram desenvolvidas com a finalidade de explorar a floresta, os campos e a várzeas.*

Entretanto, Gonçalves (2010, p.79) afirma que “a partir da década de 1960 os rios deixaram de ter tanta influência na vida dos povos amazônicos, já que os interesses se deslocaram para as riquezas minerais da região que poderiam ser encontradas no subsolo”. Além do mais, gestores territoriais civis e militares passaram a defender um discurso político interessado em integrar o espaço amazônico ao resto do país. Para isso, o regime ditatorial ofereceu as condições necessárias para atrair os grandes capitais do centro-sul do país e internacionais. Porém não se atentou para as consequências desse processo, visto que os diversos sentidos de valorização dos recursos naturais da Amazônia passou a ser razão de intensos conflitos dos seres humanos com a natureza.

A exploração da natureza amazônica pelos seres humanos permitiu a apropriação da Amazônia por uma lógica capitalista explícita. Rampazzo (1997, p.24) argumenta essa inferência pode nos ajudar a entender que “a exploração da natureza está intimamente ligada ao avanço do complexo desenvolvimento tecnológico, científico e econômico” que, muitas vezes, tem alterado de modo irreversível o cenário do planeta, através da erosão e a perda da fertilidade dos solos; destruição da floresta; dilapidação do patrimônio genético e da biodiversidade; contaminação dos solos, da água, dos animais silvestres, do homem do campo e dos alimentos.

Como as diferentes fases de modernização têm como base o sistema capitalista, o novo padrão de organização do espaço amazônico, que se instaurou a partir dos anos 1960, tem na construção de rodovias seu eixo de estruturação. Esse contexto nos estimula reconhecer que para Gonçalves (1998, p.103) “a abertura de estradas e o barramento dos rios, para fornecer mais energia, foram tarefas assumidas pelo Estado”. Nessa mesma perspectiva, o mesmo autor alerta que embora as estradas estejam abertas a todos, nem todos dispõem das mesmas condições sociais e do mesmo poder econômico e político para tirar proveito dessa acessibilidade.

Fica evidente, portanto, que o conflito protagonizado pelos diferentes sujeitos que organizaram o espaço amazônico é intenso e desigual, principalmente para os povos tradicionais da região e para as famílias de trabalhadores migrantes que se des-

locaram para a região atraídos pela forte motivação que traduz o desejo de encontrar uma nova terra, na qual todas as suas aspirações poderão ser concretizadas.

Embora a imagem da Amazônia esteja sempre associada à floresta e aos rios, sua geografia humana tornou-se essencialmente urbana. Dentro de uma ótica global, a configuração da paisagem social urbana passou a ser dotada de contradições geradas pelo modelo de desenvolvimento capitalista, que, sem dúvida, proporcionou a desestruturação do espaço amazônico por meio da “desordem ecológica e social”.

Conforme argumenta Freitas (2007, p.34) refletir sobre a formação do pensamento social na Amazônia “tem a ver com a compreensão dos caminhos assumidos pela intervenção política nessa área”. Significa ainda buscar explicações para a rotinização das interpretações que se transformaram em senso comum e que acabam por “justificar” as medidas políticas assumidas.

Assim, torna-se possível reconhecer que o pensamento se materializa por intermédio das idéias e dos conceitos estruturados. Nesse sentido, para Freitas (2010, p.26) “o ato de pensar constitui uma dimensão importante da condição humana, configurando-se como o agente-motor da história universal”. É nesse universo sistêmico que se insere a contribuição da obra “Viagem das idéias” para a reconstituição do pensamento social tal como um processo de elaboração e representação das idéias.

A Amazônia e suas fronteiras: O espaço amazônico sob o olhar de distintos autores

A Amazônia possui uma complexidade que abriga uma extraordinária diversidade de ecossistema, de grupos sociais e peculiaridades locais. Gonçalves (2010, p.17) complementa afirmando que aparentemente parece ser fácil caracterizar essa região, que está associada “a imagem de uma grande área localizada na porção centro-oriental da América do sul, cortada pela linha do Equador, com um clima quente e úmido, coberta por uma densa floresta tropical úmida”, banhada por uma extensa bacia hidrográfica, habitada por uma população constituída basicamente por populações indígenas e que abriga riquezas naturais incalculáveis. Sem dúvida, é essa imagem, que foi contraditoriamente construída ao longo da História, que está praticamente consagrada na literatura - seja ela didática, científica e artística - e nos meios de comunicação.

O diálogo entre diferentes culturas e saberes reforça a representação de que existem várias fronteiras na Amazônia. Conforme assegura Ricoeur (2008) os sujeitos sociais elaboram modelos para tentar converter em significações o real que encontram e que os submerge. Esta concepção proporciona o entendimento de que

a partir dos pressupostos da teoria da interpretação é possível reconhecer que as regiões de faixa de fronteira da Amazônia foram construídas no imaginário social, tanto no sentido geográfico e político, quanto no sentido simbólico e cultural.

Ribeiro (2000) complementa esclarecendo que as fronteiras são sempre lugares isolados, impostos pelo distanciamento geográfico dos centros de poder que fazem deles uma fronteira e um lugar de liberdade. Em linhas gerais, a fronteira de povoamento da Amazônia brasileira tem sido marcada pela forte mobilidade da população e do trabalho, podendo ser associada ao fluxo e refluxo de migrantes responsáveis pelo aparecimento de novas cidades.

Como reflexo do surgimento de cidades na Amazônia, Fernandes Neto (2003, p.01) reconhece “a importância de se mencionar os elementos geográficos que caracterizam o Arco norte da faixa de fronteira internacional do Brasil”. Segundo o mesmo autor, o arco norte corresponde a faixa de fronteira dos estados de Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia, Amapá, Pará e Mato Grosso com países vizinhos, isto é o arco que envolve a bacia amazônica brasileira e um trecho da bacia do Paraná-Paraguai (Mato Grosso).

Diniz (1997) aponta a existência de um movimento generalizado de ocupação das cidades amazônicas, destacando um forte ritmo de urbanização na faixa de fronteira. Desta forma, é possível afirmar que o surgimento dos primeiros núcleos urbanos na Amazônia além de terem causado inúmeros danos à natureza, foi fortalecido pelo avanço da organização do sistema extrativista, do transporte de mercadorias, do processo de catequese e da dominação de indígenas para o trabalho servil. Nunes (2008, p.49), complementa argumentando que “a Amazônia é uma macrorregião com especificidades que há séculos tem sido submetida a estímulos exógenos do crescimento econômico, o que conferiu características específicas tanto à sua economia, quanto à ocupação do seu território”.

A ascensão da economia da borracha, por exemplo, garantiu a diferentes formas de produção e trocas de mercadorias, abrindo novas áreas de povoamento. Conforme evidenciam Acevedo e Castro (2003), a rede que organizava a produção e circulação de mercadorias foi base da produção inicial da borracha, pois em todas bocas de igarapés e rios com recursos e possibilidades de exploração, localizava-se um posto ou comércio que tinha a função de garantir o desenvolvimento da produção agroextrativa trazida das terras interiores e de drená-la para os portos de cidades maiores, base da extensa rede de aviação. Castro (2008, p.18) evidencia, por sua vez, que “a função econômica de circulação e gestão da produção, a partir da cidade, é chave para o entendimento da formação da rede urbana na Amazônia”.

O boom da borracha foi fundamental para o surgimento de vilas que deram origem posteriormente as cidades. Incentivados pelo governo brasileiro, um número expressivo de migrantes nacionais e internacionais se deslocaram para a Amazônia. Alguns autores estimam que entre os anos 1870 e 1900, cerca de 300 nordestinos se deslocaram para essa região. Muitos desses migrantes eram recrutados para trabalhar nos seringais, porém não possuíam direito na aquisição de terras, pois, na maioria das vezes, os seringais eram administrados por famílias tradicionais locais.

Esse contexto nos ajuda a ressaltar que o processo histórico de ocupação humana e urbanização da Amazônia não ocorreu de forma linear, visto que os fatores políticos e econômicos foram determinantes para a sua estruturação. A expansão urbana aconteceu na medida em que as bases da economia colonial foram definidas, garantindo a relação campo-cidade e a apropriação das terras em grandes latifúndios.

No entanto, Pinto (2008, p.232) deixa claro que “a construção da nação brasileira tomava a Amazônia como um vazio demográfico complicado de ser incorporado ao todo nacional, que na realidade não chegou a existir”. Essa idéia de Amazônia como vazio indica que a identidade nacional não admitia, para sua conformação, que existissem agrupamentos e populações com a vida cultural própria. Naturalmente sabia-se que na Amazônia havia gente vivendo. Mas na formulação do vazio, essa gente não representava uma existência histórica capaz de integrar a idéia de nação.

De um modo geral, essas idéias estão impressas no inconsciente coletivo das pessoas que vivem ou não na região e aparecem no conjunto de interpretações reais e imaginárias que denominam a presença da natureza despovoada, da paisagem sem homens e do colorido das formas naturais sem as tensões. As questões que já foram expostas só reforçam a idéia de que a região amazônica vem sendo construída desde a chegada do colonizador europeu ao novo mundo. A obra “Viagem das idéias” complementa essa concepção, deixando transparecer em seu discurso introdutório que crônicas, relatos de viagens, relatórios de expedições, além da cartografia, têm contribuído para a formação de uma visão sobre a Amazônia.

De acordo com Cruz (2011) a Amazônia tem sido interpretada como região natural, inferno verde, vazio demográfico, vazio cultural, fonte incomensurável de riquezas e região do futuro. Apesar das características preponderantemente associadas à região terem se transformado bastante no decorrer dos séculos, alguns elementos permanecem em torno dessas representações. Bueno (2008, p.78) destaca que se a expressão “inferno verde” foi “originalmente atribuída à região devido ao calor, aos insetos, à dificuldade de penetração na densa floresta e pode ser hoje uma alusão às frequentes queimadas que nela ocorrem”.

Bueno (2008, p.79) justifica ainda que “essas interpretações expressas em relação à Amazônia são também constitutivas da própria região”. Isso significa que a Amazônia passa continuamente por distintos processos de significados, mantendo-se de maneira consistente com o sistema de avaliação utilizado pelos indivíduos em relação a ela.

Diante dessas questões acerca das distintas interpretações sobre a Amazônia, o estudo sobre a teoria da hermenêutica torna-se extremamente importante para a compreensão das interpretações que distintos autores elaboram sobre o espaço amazônico. Ricoeur (2000, p.336) destaca que:

O texto é uma unidade complexa de discurso cujos caracteres não se reduzem aos da unidade do discurso ou frase. Por texto não entendo somente nem principalmente a escritura, embora a escritura ponha por si mesma problemas originais que interessam diretamente ao destino da referência; mas entendo prioritariamente a produção do discurso como obra. Com a obra, como a palavra o indica novas categorias entram no campo do discurso, essencialmente categorias práticas, categorias da produção e do trabalho. Antes de tudo, o discurso é a sede de um trabalho de composição, ou de disposição para retomar a palavra da antiga retórica - o que faz de um poema ou de um romance uma totalidade irredutível a uma simples soma de frases.

A partir desta problematização podemos destacar que esta discussão é de fundamental importância para mostrar onde está situada a intenção do autor dentro do processo interpretativo de um texto histórico. Ricoeur (2011) propõe a relação entre o ato de leitura e a verdade dos fatos narrados pela história, e quais os problemas que percebemos nesta relação, sustentando como hipótese que embora o leitor não consiga chegar no que o autor do texto pretende expressar, este precisa vivenciar o texto para perceber os vários fatores que influenciam a interpretação.

Este é um dos pontos fundamental do pensamento hermenêutico, que necessita de um leitor para o texto, visto que é somente com a leitura que a significação do texto estará completa. Ricoeur (2008) em seu texto “Memória, história e esquecimento” nos estimula a reconhecer que não existe história sem processo de interpretação. No caso da Amazônia isso não é diferente. Pinto (2008, p.16) contribui com essa constatação ao enfatizar que “existem leituras de obras necessárias para que possamos dar novos significados ao quadro de representações sobre a Amazônia”. Entre essas obras é possível destacar a importância de “Os canibais” (1580), ensaio de Montaigne (1533-1592) sobre a vida dos indígenas que os europeus encontraram na América. Embora a referida obra tenha ajudado a fundar uma das vertentes da antropologia assentada em um ponto de vista relativista, as idéias antropológicas de Montaigne foram idéias derrotadas e ficaram relativamente esquecidas até o presente.

Buffon (1707-1788), por sua vez, foi um pensador que teve suas idéias largamente aceitas sobre o Novo Mundo. O mesmo caracteriza a Amazônia como um experimento da natureza ainda em formação, mas que apresenta condições desfavoráveis ao pleno desenvolvimento das formas de vida naturais e humanas. É importante destacar que Pinto (2008, p.20) associa as idéias de Buffon às idéias de Hegel (1770-1831), pois este último utiliza, em “As Lições sobre a Filosofia da história universal” (1837-1840), exemplificações próximas às de Buffon, principalmente no que diz respeito à relação entre a geografia e a civilização. Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), autor da obra “Viagem filosófica” (1783), também utiliza argumentos e exemplos inspirados nas idéias de Buffon, defendendo a caracterização negativa das terras e gentes da Amazônia, propondo o estudo dos povos indígenas como um ramo da história natural.

Samuel Fritz (1654-1725) também contribuiu de forma decisiva para construir a idéia de Amazônia que tem estado presente na atualidade. Segundo Pinto (2008, p.23), sua obra “Diário de Viagem” (1912) constitui um momento inaugural do pensamento social sobre a Amazônia e em particular sobre o pensamento antropológico, uma vez que além de nos oferecer informações sobre a ocupação da Amazônia por espanhóis e portugueses, é considerada como uma das expressões da literatura de revelação do vale amazônico.

Entre esses primeiros autores que elaboram diferentes representações sobre a Amazônia, Pinto (2008, p.24) menciona a importância do padre João Daniel (1722-1776), autor da obra “Tesouro descoberto no rio das Amazonas” (1757-1776). O referido autor que institui o que poderíamos reconhecer como um novo padrão científico de interpretação da Amazônia via essa região não apenas como uma das regiões mais ricas do mundo do ponto de vista de seus recursos naturais, mas também procurava alertar sobre a necessidade do fim da escravidão indígena, que para ele constituía a maior evidência do atraso social e político do vale amazônico.

Outro padre, Cristóvão de Açuña (século XVII), autor de o “Novo descobrimento do grande Rio das Amazonas” (1641), também se tornou uma grande referência para a compreensão da Formação do Pensamento Social na Amazônia. Um exemplo disso é que seu relato constituiu um dos documentos fundadores do pensamento sobre essa região, já que tratou de um mundo que até então era mal conhecido e que, por isso, possuía o valor de verdadeira fonte de revelação.

O discurso de La Condamine (1701-1774) não é diferente do discurso dos autores citados anteriormente. Constitui, na verdade, um momento decisivo da história da ciência do século XVIII. O mesmo reconhecia e julgava fundamental o conheci-

mento indígena para a realização do inventário do Novo Mundo. Entretanto, apesar ter reconhecido a existência de um vasto conhecimento indígena sobre o meio natural e de técnicas apropriadas para a sua exploração, La Condamine expressou uma atitude etnocêntrica em relação aos povos indígenas.

Robert Avé-Lallemant (1812-1884), autor do livro de viagem “No Rio Amazonas” (1859), também registrou suas impressões sobre o Novo Mundo. Seu relato voltou-se para a Geografia e história social do cotidiano do século XIX na Amazônia e era dotado dos juízos de valor e dos preconceitos correntes no século em torno das populações amazônicas. Tais preconceitos eram relacionados com a preguiça, a licenciosidade moral, a sensualidade, o primitivismo técnico e econômico, a ausência de interesses por atividades ligadas ao lucro e ao enriquecimento, etc. Contudo, é necessário reconhecer que seu texto possui significado etnográfico e sociológico e é constituído de elementos substanciais para os pesquisadores da história social do século XIX na Amazônia.

O livro “Viagem ao Brasil” (1870), de Louis (1807-1873) e Elizabeth Agassiz (1822-1907) é outra obra essencial para conhecermos a Amazônia dos meados do século XIX, em particular no que diz respeito à história da organização familiar e das relações culturais entre os índios e brancos no horizonte limitado de uma sociedade marcada por valores rurais. Pinto (2008, p.191) reconhece que sua marca principal “é ser um livro escrito de um ponto claramente feminino e é exatamente esse olhar particular que o diferencia como percepção da paisagem e dos fatos humanos presenciados no decorrer do século XIX”.

O livro “Viagens pelos rios Amazonas e Negro” (1848), de Alfred Wallace (1823-1913), também merece ser destacado como uma obra que contribui para o conhecimento dos paradigmas da ciência do século XIX e seus desdobramentos até o século XX. Seu autor foi um dos que ajudou a desconstruir o mito da Amazônia como lugar de clima infernal e impróprio para o desenvolvimento da civilização. Defendia a região como um espaço potencial para a expansão do progresso. Viu nos povos nativos da região uma superioridade em relação aos demais povos nativos do Brasil e mesmo do resto da América do Sul, comparando-os com povos do noroeste norte-americano.

As abordagens sobre a Amazônia e suas interpretações destacadas na obra “Viagem das idéias” não escapam de questões relacionadas com o racismo, o exotismo e o progresso. Em cada abordagem, em cada autor, tais questões podem se completar em diferentes gradações. Do ponto de vista da construção de uma identidade nacional brasileira, a Amazônia tem sido mobilizada como a representação mais

acentuada e contrastada do atraso nacional, do primitivismo dos moldes de vida e da dificuldade maior da integração nacional. Pinto (2008, p.109), reforça que “a idéia de pobreza durante muito tempo não apareceu associada às populações da Amazônia. Essa era a idéia de seus primeiros observadores e intérpretes”. A pobreza, portanto, e as representações do povo como um povo pobre são consequências dos processos recentes de dominação.

Pinto (2008, p.151) lembra no decorrer das suas análises que “existe na Amazônia uma longa tradição de ciência e que os cientistas que contribuíram para construir essa tradição caracterizam seu modo de investigar, atuando simultaneamente em diferentes campos”. Essa é a característica do trabalho científico de pioneiros como João Daniel, Alexandre Rodrigues Ferreira e que se reflete na obra de poucos cientistas do presente como Araújo Lima (1864-1918), Arthur César Ferreira Reis (1906-1993) e Djalma Batista (1916-1979). As obras de ambos representam um momento privilegiado e rico do pensamento social sobre a Amazônia, pois além de contribuem com o processo de desenvolvimento regional, demonstram que as representações realizadas sobre a Amazônia desempenham um papel fundamental na dinâmica das relações sociais.

Fronteira Brasil-Venezuela: Espaço de novos significados culturais na Amazônia

A teoria da interpretação é um ramo da hermenêutica que tem a necessidade de refazer permanentemente o caminho pelo qual é possível explorar a sua relação com os contextos sociais e com as diferentes possibilidades de interpretação, fortalecendo a criticidade dos sujeitos sociais. Nessa perspectiva, autores como Max Weber e Frederick Jackson Turner associam a idéia de fronteira a uma estrutura de terras livres abertas à colonização.

Mudanças recentes no sistema de estados nacionais ocasionadas pela globalização indicam que tanto as barreiras fiscais impostas ao comércio internacional como do controle sobre o fluxo de pessoas, estão reforçando a concepção da fronteira como zona de comunicação e troca. É este o sentido da contribuição de Ganster *et al* (1997) *apud* Steiman (2002, p.12) quando afirmam que as regiões de fronteira constituem pontes entre nações, tornando mais abrangentes as formas de cooperação internacional.

Sem dúvida, a partir dos pressupostos do pensamento social podemos descrever a noção de fronteira enquanto realidade sociocultural e imaginada. As distintas interpretações sobre Amazônia, apresentadas na seção anterior, demonstram a importância que diversos autores tiveram na formação do pensamento social sobre a

Amazônia, uma vez que muitos desenvolveram uma interpretação crítica sobre a região, atribuindo verdades a determinadas narrativas destinadas a um tempo e espaço social e político específico.

Souza (1996) esclarece que é possível interpretar a fronteira como parte da construção da nação, pois o pensamento social sobre a fronteira revela, por meio do componente linguístico das tradições inventadas, o propósito de fomentar o nacionalismo inerente a todo Estado-nação. Conforme sustenta Rodrigues (2007, p.22), isto é especialmente verdadeiro “quando a criação do Estado-nação implicou grandes transformações, como é o caso do Brasil e da Venezuela que vivenciaram a passagem do estado de colônias para o de nações independentes”.

Rodrigues (2007, p. 27) assegura ainda que possivelmente “os pensamentos sociais dos dois países citados acima possuem uma estrutura, ou modelo construído a partir dos acontecimentos históricos, que pode ser desvendada por meio da verificação de hipóteses que expliquem as recorrências e diferenças”.

No caso da fronteira Brasil-Venezuela, além dos significados de demarcação territorial jurídica e política, configura-se como o lugar onde os Estados-nações se inscrevem, delimitam e se reafirmam como fronteiras territoriais que demarcam a soberania de uma e outra nação. Por essa razão, a fronteira internacional é um lugar que requer maior vigilância e controle institucional, particularmente policial e militar.

Neste sentido, é possível inferir que a fronteira Brasil-Venezuela estabelece a divisão espacial que marca a soberania de cada Estado-Nação sobre o seu respectivo território. Delimitada pelo Tratado de 1859 e confirmada pelo Protocolo de 1929, esta fronteira possui uma extensão de 2.199,0 km.

Para Faria (2009) essa mesma fronteira apresenta-se como importante zona de intercâmbio, onde o avanço da tecnologia, no âmbito dos meios de transportes e comunicação, contribuiu para a intensificação das trocas de mercadorias e informações, bem como o fluxo de pessoas, sejam elas turistas, migrantes temporários ou não. É importante acrescentar que grande parte das relações entre o Brasil e a Venezuela que acontecem na área fronteiriça é mediada pelos estados de Roraima (Brasil) e o estado de Bolívar (Venezuela). Tal relação se justifica devido a distância que o estado de Roraima apresenta dos grandes centros econômicos brasileiros. Logo, um estreitamento de suas relações com a Venezuela pode ajudá-lo a superar as dificuldades adquiridas em seu desenvolvimento econômico.

Atualmente, o referido estado possui 15 municípios, o que equivale a uma extensão territorial de 224.298,980 km²² e compreende uma população no total de

2 Número obtido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2007.

451.227 habitantes³, cuja maior parte se encontra na capital roraimense, a cidade de Boa Vista, que conta com 284.258 habitantes⁴.

Levando em consideração o fato de que grande parte da população do estado de Roraima se concentra na cidade de Boa Vista, podemos afirmar que a referida cidade possui grande importância para o estado roraimense, já que é nela que se concentram as principais atividades econômicas, tais como os serviços públicos. Além do mais, de acordo com Faria (2009) a capital do estado de Roraima possui uma grande importância geopolítica por compreender uma distância de aproximadamente 200 km da fronteira do Brasil com a Venezuela e 100 km da fronteira do Brasil com a República Cooperativa da Guiana.

Nessa discussão é importante ressaltar que a Venezuela é um país sul-americano cujo sistema político se constitui em uma república federal presidencialista. No entanto, o fato de seu território estar limitado ao norte pelo mar do Caribe, este país acaba se tornando uma importante rota de exportação. Logo, com o estreitamento das relações bilaterais que vem ocorrendo entre o Brasil e a Venezuela, através do MERCOSUL, o estado de Roraima acaba exercendo papel importante ao possibilitar a via de acesso terrestre direto entre os dois países por meio da BR-174.

Em relação ao estado de Roraima, localizado na região norte do Brasil, e o estado Bolívar, localizado ao sul da Venezuela, Rodrigues (2006) afirma que ambos possuem semelhanças, pois além de se constituírem em grandes espaços em relação aos seus respectivos territórios nacionais, vivem em processos de expansão de fronteira econômica, são palcos de constantes conflitos voltados para o controle de recursos naturais, possuem populações indígenas significativas e estão situados em áreas de fronteira. Contudo, a diferença existente entre esses dois estados é que Bolívar é um grande centro de indústrias de base, já Roraima possui uma economia baseada em recursos federais, o que o torna gerador de serviços públicos.

No entanto, apesar desta diferença, esses dois estados são impactados pela migração intra-regional. Ainda segundo Rodrigues (2006), o Estado Bolívar obteve um intenso crescimento populacional nas décadas de 1960 e 1970, favorecido pelo processo de instalação de projetos de infraestrutura e indústrias básicas de siderurgia e energia. Já Roraima foi impactado pelo crescimento populacional nas décadas de 1980 e 1990, onde os principais atrativos foram os projetos de colonização e atividades de mineração.

3 População estimada no ano de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

4 Contagem da população feita no ano de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Entretanto, a relação entre Roraima e Bolívar pode ser mais visível a partir das cidades de Pacaraima e Santa Elena de Uairén. Ambas apesar de apresentarem baixa densidade demográfica, possuem uma população composta tanto de nacionais quanto de estrangeiros.

É importante ressaltar que o município de Pacaraima foi emancipado em 17 de julho de 1995 ao ser desmembrado do município de Boa Vista, passando a funcionar como entreposto comercial, já que atrai diversos turistas do país venezuelano e de outras nacionalidades para a realização de bens de consumo básico.

Mas independentemente de ser uma pequena cidade, já que compreende uma população de aproximadamente 6.989 habitantes, Pacaraima já apresenta problemas de infraestrutura urbana em função do crescimento desordenado, concentrado na sede municipal, onde é possível visualizar, por exemplo, sérios problemas de saneamento básico.

Nesse ambiente é possível visualizar que além do serviço público, grande parte da população, seja de brasileiros quanto de estrangeiros, está empregada no mercado de trabalho informal. Cabe acrescentar que nessa cidade boa parte das pessoas falam tanto o português quanto o espanhol. Além do mais, o comércio aceita a moeda venezuelana (Bolívar), e assim como os taxistas brasileiros que trabalham na cidade de Santa Elena de Uairén, os taxistas venezuelanos trabalham em Pacaraima.

Santa Elena de Uairén, por sua vez, pertence a grande região conhecida como La Gran Sabana e compreende um núcleo urbano um pouco maior do que Pacaraima, com uma população de aproximadamente de 20 mil habitantes (Disponível em: <http://www.lagransabana.com/santaelena.htm>). Em suas proximidades é comum visualizar acampamentos e povoados predominantemente mineiros. Neste caso, é possível afirmar que sua economia é baseada tanto na atividade de garimpagem nas minas que estão ao seu redor quanto no comércio, que consequentemente estimula a prática turística na região.

Cabe lembrar que existem muitos brasileiros vivendo em Santa Elena de Uairén. Geralmente os brasileiros desenvolvem atividades nas minas, em comércio de ouro e diamante, e até mesmo em estabelecimentos comerciais e restaurantes. Todas essas informações nos possibilita constatar que para Rodrigues (2009, p.15) “a fronteira Brasil/Venezuela configura-se como espaço de encontros e, dessa forma lugar de construção de alteridades, de conflitos, das alianças e da solidariedade”. É, portanto, um lugar privilegiado para entender a diversidade cultural e as relações interétnicas vivenciadas por quem opta deslocar para esse espaço fronteiriço.

Rodrigues (2007) expõe que por ser uma múltipla fronteira, o espaço fronteiriço

entre Brasil e Venezuela é um lugar de encontros de diferentes realidades culturais e um espaço que contempla as relações interétnicas. Desta forma, as práticas migratórias que ocorrem nessa fronteira, fazem com que os diversos atores sociais entrecruzem suas trajetórias históricas e culturais, possibilitando o processo de seleção, revisão, reapropriação, invenção cultural, aproximação ou confronto interétnico.

Diante desse contexto, é importante lembrar que o conceito de “fronteira” vem assumindo diversos sentidos ao longo da história. Até bem recentemente, por volta dos séculos XVIII e XIX, a noção de fronteira esteve associada, prioritariamente ao sentido de fronteira da soberania dos Estados nacionais. Ao se definir limites e traços fronteiriços, menos o território e mais a territorialidade apresenta-se como elemento articulador e diferenciador das relações sociais e culturais. A fronteira, então deixa de ser percebida como algo fixo, imutável e passa a ser vista enquanto processos e referências mentais responsáveis por guiar a percepção da realidade, possibilitar aos indivíduos a percepção do imaginário, das fronteiras entre o “eu” e o “outro”.

Sendo assim, compreendemos o imaginário como um sistema simbólico de interpretações coletivas que atribui significado ao real e que ajuda a consolidar as construções de sentidos, fazendo parte do jogo de representações que estabelecem classificações, hierarquias e limites. Com estes referenciais Cardia (2009) afirma que nos aproximamos de uma realidade fronteiriça em que convivem diferentes grupos que se autodefinem e são definidos em relação às realidades socioculturais diferenciadas, fortalecendo a aparição de novos códigos culturais.

Por isso, a medida que a identidade passa a ser reconhecida como um processo de identificação e diferenciação, ambos, brasileiros e venezuelanos tentam se contrapor ao “outro”, ao mesmo tempo em que formulam idéias de “si” mesmos baseados em imagens e discursos positivos e enaltecidos dos aspectos culturais nacionais. Essa constatação indica que o lugar fronteiriço, por ser um lugar de trânsito constante de pessoas, favorece a mescla cultural, ao mesmo tempo em que proporciona tanto a afirmação dos núcleos de significado das identidades de origem como a incorporação de outros elementos culturais na identidade atual. Segundo Rodrigues (2007), este é um processo de hibridação e sincretismo cultural ocorre quando os sujeitos em contato com outras culturas se apropriam criticamente dos elementos próprios de outros, selecionando-os, modificando-os e combinando de outra forma os signos e seus significados.

Considerações finais

A construção do presente artigo, que tomou como referência a noção de fronteira a partir da formação do pensamento social sobre a Amazônia, proporcionou o surgimento de diferentes questionamentos e interpretações sobre a Amazônia. Ficou evidente que a contradição do espaço amazônico pode ser facilmente percebida dentro de diversos âmbitos. Do ponto de vista socioeconômico, por exemplo, para Fleicshfresser (2006) o patrimônio natural amazônico está na origem de uma série de conflitos pela posse de seu uso, uma vez que a Amazônia tornou-se uma fronteira de expansão para as atividades produtivas que dependem de recursos naturais.

Dentro desse cenário, Pinto (2008) tornou-se fundamental para a formulação de uma teoria interpretativa consistente para a região. Dentro dessa análise cabe a ressalva de que diversos autores que escrevem sobre a Amazônia se preocupam em articular uma aproximação entre o conhecimento científico e o conhecimento tradicional, tomando como princípio básico a concepção de que o mundo natural molda fortemente as sociedades e os agrupamentos humanos.

Nesse sentido, não podemos esquecer que é a partir do mundo natural que se esboçaram as primeiras teorias que buscavam os elementos possíveis para estabelecer as causas das diferenças entre os homens e sua vida material e espiritual. Em decorrência disso, Pinto (2008, p.242) expressa que “uma boa parte do que conhecemos hoje como etnociências, isto é, ciências que se fundamentam no conhecimento produzido pelas sociedades indígenas e locais, foi praticada no Brasil e na Amazônia”.

A principal tendência da discussão sobre a noção de fronteira a partir da formação do pensamento social sobre a Amazônia é nos ajudar a reconhecer que a teoria da interpretação é aquela que não se reduz somente a uma realidade, mas sim a um campo de possibilidades. Dessa maneira, podemos considerar que a tarefa dos pensadores que estudam a Amazônia é definir e avaliar a natureza e o âmbito das alternativas que possam dar ênfase à análise crítica das lutas políticas, sociais e culturais.

Tudo o que foi exposto até aqui nos estimula a compreender que interpretar a Amazônia de forma crítica é o novo desafio para uma nova forma de pensar. Sem dúvida, a discussão sobre fronteira e pensamento social facilita o entendimento de que a teoria da interpretação engloba um conjunto disciplinado de práticas, mas também representa de forma considerável o corpo de conhecimento acumulado ao longo da história da humanidade.

Pensar de forma crítica nos ajuda, de um modo geral, olhar para o passado da Amazônia com a finalidade de encontrar possíveis soluções para o seu futuro. Nos

motiva a corrigir nossas impressões e desafiar nossas opiniões, além de reconhecer que nossas ações podem ser descritas e explicitadas em diferentes planos da experiência.

O cenário da situação atual da Amazônia consiste na persistência da condição de periferia, dependência e destruição gradual da floresta, fortalecida pela constante disputa pela terra. Como cenário alternativo podemos mencionar a valorização da prática de uma economia sustentável, que minimize a desigualdade social e a destruição acelerada da floresta.

Por fim, diante do quadro de desigualdade social presente, sobretudo, nas faixas de fronteira da Amazônia, a teoria da interpretação nos conduz a uma série de problemas fundamentais do destino humano. Nos estimula a desenvolver a habilidade de compreender nossos problemas essenciais, através da capacidade de enfrentar as incertezas e de encontrar os meios que nos ajudam a ter consciência da existência de um futuro incerto que, ao mesmo tempo, nos incentiva a ter coragem e esperança para facilitar o diálogo entre todos os grupos sociais com o intuito de transformar as estruturas de dominação, exploração e exclusão.

Recebido em agosto, aprovado em setembro.

Referências Bibliográficas

ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. *Negros do trombetas*. Belém: CEJUP, 2003.

BATISTA, Djalma. *Amazônia: Cultura e Sociedade*. 3 ed. Manaus: Valer, 2006.

BECKER, Bertha. *Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

BUENO, Magali Franco. Natureza como representação da Amazônia. In: *Revista Espaço e Cultura*. N. 23. Rio de Janeiro: UERJ, jan/jun de 2008.

CASTRO, Edna. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, Edna (Org.). *Cidades na floresta*. São Paulo: Annablume, 2008.

CARDIA, Laís M. *Espaços e culturas de fronteira na Amazônia Ocidental*. Ateliê Geográfico. Goiânia-GO. V. 3, n. 7. Set/2009.

COSTA, Selda Vale. *Por rios amazônicos: conversas epistolares com Nunes Pereira*. In: BASTOS, E. R.; PINTO, R. (Orgs.). *Vozes da Amazônia: investigação sobre pensamento social brasileiro*. Manaus: EDUA, 2007.

CRUZ, Valter do Carmo. *Pela outra margem da fronteira: Território, identidade e lutas sociais na Amazônia*. (Dissertação de mestrado). Niterói: UFF, 2006.

Crítica, autocrítica e perspectiva para o futuro. (Palestra proferida ao Ciclo de Palestras do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia). Manaus: UFAM, 2011.

DINIZ, Alexandre. A evolução fronteiriça em Roraima. O caso das confiança I, II e III. In: *Formação do Espaço Amazônico e Relações Fronteiriças* (Seminário Organizado e Coordenado pelo curso de Especialização em relações Fronteiriças do Centro de Ciências Sociais e Geociências da UFRJ). Boa Vista-RR: UFRJ, 1997.

FARIA, Ana Carolina Viana. *Fronteira Brasil/Venezuela: Relações bilaterais entre Roraima e Estado Bolívar*. MG: PUC-Minas, 2009.

FERNANDES NETO, Pedro. *Caracterização Geográfica da Faixa de Fronteira Continental Norte do Brasil*. (Monografia de Graduação). Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

FLEICSHFRESSER, Vanessa. *Amazônia: Estado e Sociedade*. Campinas: Armazém do Ipê (autores associados), 2006.

FREITAS, M.C. A Amazônia e o pensamento social brasileiro contemporâneo. In: BASTOS, E. R.; PINTO, R. (Orgs.). *Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro*. Manaus: EDUA, 2007.

_____. Einstein e a Amazônia: diálogos com a estética de vida. In: FREITAS, Marcílio de; SILVA, Marilene Côrrea de; BASTOS, Marcus (Orgs.). *Diálogos com a Amazônia*. Manaus: Valer, 2010.

Fronteira Brasil-Venezuela. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/daa/venezue.html> / Acesso em: 15/01/2012.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Geografando: nos varadouros do mundo – da territorialidade seringueira a territorialidade seringueira ou do seringal a reserva extrativista*. (Tese de doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

_____. *Amazônia, Amazônias*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Primeiros resultados do Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26/11/2010.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

NUNES, Brasilmar Ferreira. A interface entre o urbano e o rural na Amazônia Brasileira. In: CASTRO, Edna (Org.). *Cidades na floresta*. São Paulo: Annablume, 2008.

O estado de Roraima no contexto de faixa de fronteira. Disponível em: <http://acd.ufrj.br/fronteiras/pesquisa/fronteira/p02mono0104.htm> / Acesso: 10/02/2012.

PINTO, Ernesto Renan Melo de Freitas. *Viagens das idéias*. 2.ed. Manaus: Valer, 2008.

RAMPAZZO, S. E. A questão ambiental no contexto do desenvolvimento econômico. In: BECKER, D. F. (Org.). *Desenvolvimento sustentável: Necessidade e/ou possibilidade?*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Cultura e política no mundo contemporâneo: paisagens e passagens*. Brasília: Ed. UnB, 2000

Ricoeur, Paul. *A Metáfora Viva*. São Paulo-SP: Loyola: 2000.

_____. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2008.

_____. *Sobre a tradução*. UFMG, 2011.

ROCHA, Genylton Odilon Rego da. O ensino de geografia e a construção de representações sociais sobre a Amazônia. In: *Revista Terra Livre*. Ano 22, v.1, n.26. Goiânia: Jan-Jun/2006. (ISSN 0102-8030).

RODRIGUES, Francilene dos Santos. Migração transfronteiriça na Venezuela. In: *Estudos Avançados* 20 (57). São Paulo: EDUSP, 2006, p. 197-207.

_____. *Nacionalidade no pensamento social brasileiro e venezuelano e o lugar Guayana*. (Tese de doutorado). Brasília: UNB, 2007.

_____. Transitando na fronteira: A imigração de brasileiros e brasileiras para a Venezuela. In: *Anais da II Reunião Equatorial de Antropologia e XI Reunião de Antropólogos do norte-nordeste*. Natal: 19 a 22 de agosto de 2009. ISBN: 97885735384.

SOUZA, Candice Vidal. A noção de fronteira e espaço nacional no pensamento social brasileiro. In: *Textos de história*. v.4, n.2 (1996): 94-129.

STEIMAN, Rebeca. *A geografia das cidades na fronteira: Um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)*. (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

TOCANTINS, Leandro. *O rio comanda a vida*. Manaus: Valer, 2001.

ARTIGO

**CONVERSÃO: UMA DISCUSSÃO SOBRE TROCA CULTURAL
E ASSIMILAÇÃO DA RELIGIÃO CRISTÃ**

Resumo

O presente artigo tem por finalidade estabelecer a discussão sobre encontro cultural, mais precisamente por meio da conversão ao cristianismo por parte de povos tribais. Os embates existentes entre a religião tradicional (representado pelo xamanismo) e a religião mundial (representada pelo cristianismo trazido pelas missões) são complexos, principalmente quando está em jogo a religião letrada. Baseado nisto, o texto traz algumas discussões que circundam este complexo tema como, por exemplo: o perspectivismo indígena, o solipsismo ocidental, os vários tipos de conversão etc. Como base desta reflexão encontra-se o diálogo com alguns teóricos que se debruçaram sobre este tema tais como Robbins, Hefner, Vilaça, Sahlins dentre outros.

Palavras-chave

conversão; religião; missões cristãs; povos tribais.

Abstrait

Le présent document vise à établir une discussion de rencontre culturelle, plus précisément en se convertissant au christianisme par des tribaux. Les affrontements entre la religion traditionnelle (représentée par le chamanisme) et religions du monde (représenté par le christianisme apporté par les missions) sont complexes, surtout lorsque la religion est à lire et écrire participation. Sur cette base, le texte apporte quelques discussions autour de ce sujet complexe tel que: perspectivisme indigène, le solipsisme de l'Ouest, les différents types de conversion, etc. A la base de cette réflexion est le dialogue avec certains théoriciens qui ont étudié ce sujet, par exemple Robbins, Hefner, Vilaça, Sahlins et d'autres.

Mots-clés

de conversion; la religion; les missions chrétiennes; des tribus.

* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Professor do Curso de História na Universidade Federal de Roraima (UFRR).

INTRODUÇÃO

Ultimamente, o tema *conversão* tem chamado a atenção de muitos especialistas das Ciências Sociais, especialmente de alguns etnógrafos e historiadores que tentam dar conta do fenômeno ao descrever o cotidiano dos mais variados povos. Isto porque, na Antropologia, o estudo do cristianismo em sociedades tribais ocupa ainda um espaço relativamente pequeno, principalmente com relação aos povos indígenas, embora haja o reconhecimento da legitimidade e da relevância de objetos de estudo como a conversão e o letramento para os antropólogos (FIENUP-RIORDAN, 1991: 7). Em relação à História, a situação não é diferente.

Alguns estudiosos como Robbins, Hefner, Sahlins e Gruzinski propõem, por meio de importantes trabalhos de pesquisa, teorias específicas que norteiam a compreensão dos imbricados contatos interétnicos entre a sociedade tribal com sua religião tradicional imersa em uma cosmologia local, e a sociedade ocidental com sua religião universal, racional e relativista, repleta de aparatos e tecnologias utilizados na evangelização. Desta forma, a conversão implica, nesse sentido, em permeabilidades culturais num processo de ocidentalização da alteridade¹.

A conversão deve ser entendida aqui como fenômeno ocorrido entre os indígenas das terras baixas da América do Sul². Ocorrência que traz quatro desdobramentos: primeiro, a adaptação da missão, e, por conseguinte da religião proposta às práticas locais; segundo, a estruturação do pensamento ocidental especificado na teologia como metodologia norteadora das missões por meio das representações da conversão e de como esta deve ser vivenciada pelos catequizados; terceiro, o papel dos bens de consumo e o aparato tecnológico missionário no momento do contato; e quarto, a experiência dos catequizadores e catequizados em torno das práticas conversoras, numa dinâmica de permeabilidade cultural, evidenciada, particularmente, no contraste entre a lógica ocidental e o perspectivismo ameríndio.

1. Serge Gruzinski faz uma reflexão esclarecedora sobre esse tema ao analisar a ligação da cultura europeia renascentista com a dos indígenas do Novo México no século XVI onde demonstra mundos mesclados, permeados por misturas. Sua consideração sobre o momento da conquista recorda que a chegada dos europeus provocou turbulências, desordem e caos. Adverte ainda que, sem essa noção, não se pode compreender as misturas provocadas pela conquista. Dessa forma, surgiram as “zonas estranhas”, onde a improvisação venceu a norma e o costume, isto é, a relação entre o espanhol e os nativos foi assinalada por improvisações, precariedades e indeterminações.

2. Embora especialistas apresentem suas considerações com base em estudos etnográficos feitos em outras partes do mundo como, por exemplo, Robbins e os povos melanésios, minha preferência será pelos povos indígenas da Amazônia, mais precisamente os Waiwai.

O meu objetivo aqui não é tanto desenvolver uma discussão teórica aprofundada, embora não possa escapar da epistemologia, mas abordar o tema com base em meu trabalho de pesquisa que inclui as fontes a mim disponíveis cujo resultado incluiu os estudos sobre a cosmologia Waiwai, as transformações sofridas com trabalho missionário no final da década de 40, a reflexão sobre a missão cristã e a manutenção do cristianismo neste povo ao longo de décadas³.

Incluo também a reflexão sobre as práticas de letramento, visto que o cristianismo estrutura-se, por excelência, como religião do livro, da escrita e das Escrituras. As implicações missionárias, materializadas em metodologias com resultados específicos podem, de alguma maneira, ser observadas neste estudo de caso.

CONVERSÃO: PRÁTICA PERCEBIDA, TEORIA EM CONSTRUÇÃO

O interesse crescente da Antropologia pela conversão dos índios ao cristianismo no Brasil pode ser percebido com a publicação dos dois volumes da obra “Transformando os deuses”⁴, que reúne artigos organizados por Robin Wright contendo análises, etnográficas em sua maioria, sobre o assunto, e a coletânea de artigos intitulada “Deus na aldeia” organizada por Paula Montero. Voltando um pouco no tempo, as pesquisas iniciais feitas pelos antropólogos até a década de 70 e 80 se ocupavam em estudar e divulgar a resistência à religião cristã por parte das sociedades tribais, ou seja, buscavam a “preservação” da religião tradicional que subsistia contra as inovações religiosas trazidas de longe. Essa postura não levava em conta, ou até mesmo desprezava, a conversão como fenômeno. Já os trabalhos mais recentes reverteram esta tendência, pois os pesquisadores perceberam que, em alguns casos, a adesão ao cristianismo era por demais visível, algo que não podia ser desprezado ou silenciado.

Ressalto ainda que o cristianismo como tema não é algo tão recente. O interesse pelo estudo, do ponto de vista social e filosófico, remonta o século XIX. Mas apesar desse longo percurso, não nos foi fornecido, uma definição precisa e final que venha responder por completo as questões que envolvem a adesão à religião cristã, principalmente por indígenas, de modo geral.

3. A conversão dos Waiwai ao cristianismo foi monumental a ponto de fazer com que este povo passasse a ser visto em sua maioria como uma nação cristã protestante. Para mais detalhes sugiro a leitura de minha tese de doutorado intitulada: *Entre escritas e as escrituras: práticas letradas nas missões protestantes junto aos Waiwai (1948-1984)*.

4. São duas coletâneas de artigos que versam sobre a conversão. O primeiro volume trata do trabalho missionário indígena conservador, o segundo trata do trabalho missionário indígena pentecostal. Ambas foram publicadas pela Unicamp. Já a obra “Deus na aldeia” traz uma coletânea de artigos que tratam sobre as missões, os indígenas e a mediação cultural. A obra foi publicada pela Globo.

Hoje, todavia, há uma preocupação em se compreender essa “adesão”. E, de modo geral, o primeiro passo é a tentativa em se responder o que significa conversão ao cristianismo, empreitada que surge como a fornecida por Aparecida Villaça:

[A conversão] está fundada na possibilidade de tomar o cristianismo como um conjunto de aspectos – que inclui rituais, dogmas e mitos – que não funcionam, necessariamente, como um todo coeso, ou seja, que se desmembram e ganham feições particulares nos diferentes contextos culturais. (VILAÇA, 1996: 132).

A conversão seria compreendida, então, como a adoção de uma religião universal, adaptável a peculiaridades locais. Nesse sentido, historicamente, o cristianismo, em seus dogmas e práticas, apresenta-se flexível ao se estabelecer nas várias culturas contatadas pelo trabalho missionário conforme Hefner:

Recent anthropological work has emphasized that Christianity in a cross-cultural context is far less socially and ideologically monolithic than the “salvationist orthodoxy” (Scheider and Lindenbaum 1987: 4) often attributed to it. Contrary to essentialist characterizations of its meaning, Christianity has demonstrated a remarkable ability to take on different cultural shadings in local settings (Badone 1990; Boutilier et al. 1978; Saunders 1988; Schneider and Lindenbaum 1987) (HEFNER, 1993: 5)

O cristianismo missionário, segundo estudos em Antropologia e História, apresenta esta característica de acomodação e adaptação⁵.

Muitos trabalhos etnográficos tornam visíveis essas “adaptações”, principalmente quando uma liderança nativa local passa atuar no ofício pastoral. Há casos em que a religião tradicional é completamente abandonada sendo substituída por uma nova. É o modelo que Sahllins chama de modernização. Mas também há dados que demonstram nesta troca cultural⁶ a confluência das duas religiões em um mesmo grupo⁷. Mesmo concordando com este ponto, não posso, por outro lado, exacerbar quanto ao isolamento, criando um particularismo extremo que resulta num cristianismo restrito calcado em práticas e tradições meramente locais. Não se pode desprezar um conjunto mínimo de regras e preceitos que fazem do cristianismo,

5. Os jesuítas desenvolveram, entre os séculos XVI e XVII, um princípio missionário que ficou conhecido por *accommodatio* onde havia a utilização dos elementos culturais para o processo da evangelização. Ou como afirma Županov: “Este método assentava no conhecimento da estrutura espiritual das culturas encontradas na Ásia, tidas como «pagãs», mas encaradas como sociedades complexas e «civilizadas», a fim de enxertar o cristianismo por via de uma substituição ou redefinição dos costumes «sociais» existentes. A conversão em si conceituou-se em conformidade com os preceitos de Inácio de Loyola expressos nos Exercícios Espirituais, isto é, uma acção «interior» e «pessoal» concretizada por meios persuasivos e não coercivos.” (ŽUPANOV, s/d).

6. Trataremos mais adiante sobre os três modelos de troca cultural sahlinsianos discutidos por Robbins.

7. Um exemplo desta característica é o movimento religioso conhecido por Hallelujah, uma construção religiosa feita a partir do anglicanismo e a religião tradicional entre os Patamona.

como religião universal, um conjunto de práticas e de representações diferenciado de outras religiões igualmente universalizantes, como o Islã ou o judaísmo. Aspectos importantes ao cristianismo têm perdurado na longa duração, apontando para as continuidades ao longo do tempo como, por exemplo, o trabalho missionário⁸ e suas estratégias tais como o uso da tecnologia da escrita, a educação formal, a formação e utilização de lideranças locais dentre os catequizados etc.

Embora polissêmicos, os saberes cristãos convergem para um ponto comum: a erradicação do paganismo. Pelo menos as missões protestantes conservadoras tratam este aspecto como alvo vital, justificando assim, em absoluto, a própria ação missionária. O argumento aqui é que o cristianismo possui uma particular definição quanto ao significado do *tornar-se um cristão*⁹, que denota o *passar a perceber o mundo pela ótica da fé*, tal como descrita na Bíblia, nas confissões de fé e nos catecismos.

Do ponto de vista volitivo, duas grandes correntes teológicas devem ser destacadas: o *calvinismo*, que propõe a visão de que o indivíduo não pode escolher sua conversão, uma vez que a prerrogativa desta escolha situa-se em Deus; e o *arminianismo*, onde o indivíduo está entregue ao livre arbítrio, ao escolher se deve ou não se converter¹⁰. Embora essas duas noções se dediquem ao tema da escolha do catequizando, em um aspecto concordam que deve existir algum tipo de transformação com desdobramentos, segundo o interesse dos missionários.

Do ponto de vista religioso, o alicerce usado para sustentar esta explicação do fenômeno é a própria teologia, entendida como aquilo que “... articula o *ato* comunitário da fé” (CERTEAU, 2002: 59). Grosso modo, a teologia seria, essencialmente, o discurso normativo (*a priori*) de toda ética, moral, estética e política das missões cristãs conservadoras (CERTEAU, 2002: 241). Vale lembrar que este modelo de conhecimento é absolutamente dependente, não só da escrita, como também da sistematização lógica, embora esteja confinada unicamente aos meios religiosos¹¹, usufruindo do *status* de mediadora entre a experiência vivenciada nestes meios e a compreensão teleológica dos fatos vividos, ou como afirma Dumont “O que é verdadeiro para a hermenêutica bíblica pode se aplicar também à interpretação dos dados brutos da experiência” (DUMONT, 1985: 50).

8. Embora a Igreja Católica tenha uma política diferenciada na evangelização dos povos indígenas após o Concílio do Vaticano II, o interesse em levar o conhecimento do Evangelho perdura, mesmo que a metodologia esteja voltada para o reconhecimento, e até certa assimilação da cultura mítica indígena local.

9. Na teologia esta área é denominada de soteriologia.

10. O calvinismo é a base epistemológica da maioria das missões protestantes, enquanto o arminianismo assemelha-se muito ao modelo adotado pelas missões católicas.

11. A própria Igreja Católica, após o Concílio Vaticano II, optou por se aproximar da Filosofia e Antropologia, distanciando-se da Teologia sem, portanto, abandoná-la totalmente.

Desde o início das campanhas no século XVII¹², toda articulação missionária, principalmente protestante, foi norteada por esta forma de pensar. Desde as representações mais remotas do *pagão* até as explicações cosmológicas, sociais e psicológicas do descrente, tudo ocorreu pela lógica do conhecimento teológico ocidental, como fundamento e, ao mesmo tempo, como finalidade dos atos humanos.

O ocidentalismo na sua versão dogmática na visão de seus seguidores, antecipa, pelo menos do ponto de vista teórico, a experiência vivida por cada missionário envolvido nas estratégias catequéticas. E é neste ponto que encontramos o problema do exclusivismo teleológico¹³.

As conversões ocorridas em uma comunidade indígena qualquer não se restringem à simples substituição de uma nova confissão de fé pela antiga adotada até então, substituição bruta da religião tradicional pela religião universal¹⁴ como se alguém trocasse de casa ou de emprego. A partir do momento em que uma escrita passa a ser imposta numa cultura ágrafa, aí já se inicia um processo que pode desencadear em várias conversões.

Para a visão missionária formal, entretanto, o foco é muito mais restrito: só se torna cristão aquele que passa por uma profunda transformação de alma (*anima*) como decorrência do processo de evangelização e catequese. O que se espera, de acordo com esta lógica, é a adesão completa ao cristianismo em seus rituais e credos, ou seja, é o início de uma experiência pessoal (ou individual)¹⁵ com um conjunto de fé, sendo esta adesão desprovida de qualquer outro interesse inicial, seja material ou comportamental. A grande mola propulsora é a transmutação do espírito (*anima*) que apresenta como corolário uma nova visão dos hábitos cotidianos. Pensando no cotidiano, é quando muitas práticas locais são tidas como pecado sob a denominação de *adultério, roubo, assassinato, infanticídio, antropofagia, feitiçaria* etc. Significa dizer que para os missionários protestantes há primeiro uma “mudança interna”, para conseqüentemente haver uma “mudança externa”.

Neste embate entre o *modus faciendi* e o *modus vivendi*, encontramos a declaração feita por um missionário protestante que tenta justificar a inconstância dos Wari.

12. Alguns pesquisadores acreditam que a tradução, para o malaio e o árabe ainda no século XVII, e a conseqüente divulgação da Confissão de fé protestante intitulada *De Veritate Religionis Christianae*, escrita em 1627 por Grotius (1583 – 1645) foram atitudes que devem ser reconhecidas como uma legítima campanha missionária, diferenciando-se apenas, com relação às missões católicas, pelo seu caráter basicamente itinerante.

13. O exclusivismo teleológico da teologia, além de não dar conta de todo o processo, ao mesmo tempo exclui outras áreas importantes para a análise fenomenológica como a Antropologia e a História.

14. O estudo sobre o perspectivismo e a inconstância subsidiam esta afirmação.

15. Lembro aqui o trabalho comparativo feito por Dumont (1985) sobre o individualismo.

Mesmo que informalmente, sua observação demonstra, o confronto entre a descrição teológica simplificada sobre conversão e a complexidade das práticas indígenas na aldeia.

Sem saber a natureza da salvação, só sabendo que a vida das pessoas que aceitaram tinham mudado muito, todo mundo virou crente, só para imitar os crentes. Por isso deu tanta evasão depois; não eram convertidos de espírito, mas só de persuasão mental. Crente para eles era só mudar de vida, e crente é uma relação íntima com Deus, que eles não tinham conhecido (...). Por mais que eu explique que é o espírito de Cristo que traz a salvação, ainda ligam salvação à sua conduta. Quando se ensina parece que estavam entendendo muito, mas, se eles começam a dizer, é sempre referente à conduta (...). Não é a conduta que salva, mas a crença em Cristo é que muda a conduta. (VILAÇA, 1996: 138).

Com base na metodologia das Ciências Sociais, principalmente a Antropologia e a História Cultural, algumas perguntas pertinentes podem ser colocadas a partir dessas representações da inconstância dos Wari frente à conversão, perguntas estas que o missionário responde unicamente através do caminho dogmático. Estas perguntas são: por que há a conversão? Por que há a rejeição? Quais são as implicações culturais presentes? Qual é a noção do indígena quanto ao que significa tornar-se crente ou deixar de ser crente? O que representa a religião universal frente à sua religião tradicional? Como podemos ver, são muitos os questionamentos.

Muito se discute quanto ao que se pode asseverar sobre a internalidade ou externalidade da conversão. Seguidores de Weber tendem a pensar a conversão como algo majoritariamente externo cujo objetivo se restringe aos bens de consumo. Esta visão weberiana já enquadra a própria religião tradicional nestes moldes ao afirmar que o mágico e a busca do domínio mecânico do sobrenatural viabiliza o interesse naquilo que pertence ao mundo como a longevidade, êxito nos confrontos contra inimigos etc. (HEFNER, 1993: 5)¹⁶

Em contrapartida, há uma proposta desenvolvida por Horton ao afirmar que a conversão seria como um fenômeno metafísico interno com vistas a resolver questões voltadas ao sentido da existência. Neste caso, há um certo distanciamento das afirmações positivistas e uma certa semelhança com a própria argumentação teológica, destituindo, como se é de esperar, as concepções inspiracional, teleológica e dogmática, bases comuns a este modo de pensar. Em outras palavras, este tipo de argumentação abarca a estruturação cartesiana na diferenciação alojada no espírito, sendo este o foco da conversão, como veremos adiante.

16. É preciso ressaltar que nesta mesma obra, na p. 15, Hefner demonstre que “Their studies and the work of others suggest that it is highly misleading to claim, as some Weberian sociologists still do, that traditional religions are ‘unable to go beyond the word as it is immediately experienced’ (Whimster and Lash 1987: 6)”.

Esta discussão suscita uma outra hipótese: a do papel do aparato tecnológico na propagação da religião cristã e na catequese dos indígenas. Com raras exceções, toda estratégia de contato para posterior evangelização vem acompanhada de artefatos que artificialmente (a redundância é proposital) causam certo impacto sobre a sociedade tribal em questão. No decorrer da convivência, necessidades são arquitetadas e inseridas no cotidiano da aldeia, o que facilmente faz com que as missões sejam vistas como uma instituição indelevelmente conectada aos bens de consumo. Mesmo quando há a rejeição para com a nova religião trazida de longe, como é o caso dos Yekuana e dos Yanomami¹⁷, ainda assim, certas influências ocidentais, vistas como algo intimamente ligada ao cristianismo, são cobiçáveis, proporcionando o anseio pelos produtos trazidos pelos missionários. Não importando se a conversão é tida por uma ocorrência externa ou interna, em ambos os casos, o desejo por esses bens ocorrerá¹⁸.

No caso dos indígenas, muitos trabalhos etnográficos demonstram que este nativo, muitas vezes em detrimento de um conhecimento mais aprofundado das doutrinas cristãs, tende a uma preocupação voltada ao comportamento, ou seja, para se tornar um cristão basta não fumar, não beber, não buscar os xamãs etc. Em certo sentido, tais trabalhos de campo desvendam a importância dos bens de consumo no encontro de duas culturas ou cosmologias. Neste ponto cito o questionamento feito por Hefner: “Alternately, or in addition, do Christianity and the other world religions embody a cultural logic uniquely adapted to the challenge of the civilized macrocosm?” (HEFNER, 1993: 5).

Aqui chegamos ao ponto crucial para a discussão sobre a conversão do nativo, ou seja, pensar, não o que os leva a mudar, mas por que desejam mudar. Até que ponto os bens de consumo são a motivação? Será que há outros modelos de conversão? Para uma compreensão maior deste questionamento, seria relevante citar a discussão levantada por Robbins sobre a análise da teoria da *troca cultural* esboçada

17. Em seu artigo “Entre corpo” e “alma”: a não-conversão dos Yekuana no Brasil” Lauriola trata da resistência deste povo tribal à conversão, ao contrário de seus pares na Venezuela. Todavia a autora reconhece o interesse por artefatos cristãos, como, por exemplo, o letramento. Tal posição argumenta que a conversão ao cristianismo não se dá apenas quanto ao fenômeno virar crente. Eis o que a autora diz: “Por último, o “palco da escola”, seja através do ritmo social, seja através do exercício da tradução, mas especialmente através da moral cristã e ocidental, recorda-nos que a conversão tem várias facetas, a prática religiosa é apenas uma delas.” (LAURIOLA, 2004: 373). Este assunto também é tratado em minha dissertação de mestrado que trata da questão Yanomami (SOUZA, 2003).

18. Como já mencionei, este tipo de discussão (internalidade ou externalidade da conversão) deve ser feito a partir do perspectivismo ameríndio, assunto que será tratado mais adiante.

por Sahlins. Embora sua maior atenção esteja no último dos três modelos, o que encontramos em sua demonstração é o seguinte:

In the first, people are able to fit new circumstances into old categories. As they do so, they expand the categories of their culture in order to broaden the the broaden the range of referents to which those categories can be applied, but the relationships between categories do not change. We can call this a model of assimilation. In the second, which can be referred to as one of transformation or transformative reproduction, people's efforts to bring their traditional categories into relation with the world eventuate in a transformation of the relations between those categories. Finally, in the third model, people take on an entirely new culture on its own terms, forgoing any conscious effort to work its elements into the categories of their traditional understanding. Although Sahlins discusses this as a model of modernization, I would argue it can also apply to changes other than modernizing ones and hence requires a different name. One might be tempted to call it a model of replacement, but since the new culture does not necessarily replace the old, I will call it one of adoption; the image here being one that emphasizes the talking on of something new without prejudging what happens to what was there before. (ROBBINS, 2004: 10.)

Ressalto aqui, nesses gêneros de trocas, os três modelos distintos que podem aclarar a noção de *troca cultural*¹⁹.

O ponto de partida deste processo é a análise criteriosa de duas propostas que tentam dar conta desta complexa área de estudo. Trata-se dos dois estágios cuja inspiração surge de duas diferentes abordagens empreendidas pelos estudos de campo: a *utilitarista*, que enfoca apenas o desejo pelas vantagens físicas como bens materiais, poder, prestígio etc; e a *intelectualista*²⁰, que privilegia a busca de significados, fazendo com que os convertidos sejam atraídos pela oferta de novas representações que resultam em um novo sentido ao mundo em que vivem, desafiando a antiga capacidade de compreensão segundo o modelo tradicional de entendimento deste mundo. Numa palavra simples, seria como denominar a conversão como “externa” e “interna”.

Embora tentador, polarizar o conceito de conversão não é tão simples como parece. Não devemos focar apenas um em detrimento do outro, senão vejamos: o *utilitarismo*, sob pena de se transformar a análise em afirmações etnocêntricas e tautológicas remete à desconsideração da lógica cultural dos nativos que consideramos *perpectivista*. Outro problema nessa polarização mecânica da estrutura é a elaboração da noção de preservação da cultura tradicional²¹, desconsiderando a mobilidade estabelecida pelas redes sociais da missão e das aldeias. Utilizando as categorias da

19. No caso do Capitão Cook apenas o terceiro modelo é demonstrado por Sahlins.

20. Robbins usa os termos Utilitarian Approach e Intellectualist Approach.

21. É o que se percebe, por exemplo, em artigos como o de Dominique Gallois e Luis Donisete Grupioni intitulado. “O Índio na Missão Novas Tribos”. In: WRIGHT, 1999: 77-129.

teoria da prática de Bourdieu, seria como superestimar a sociedade estruturada em detrimento da sociedade estruturante.

Já o caminho da abordagem *intelectualista*²², de igual modo, apresenta um grande problema ao pressupor a cultura cristã como um todo coerente, harmonioso e coeso, desconsiderando as práticas utilitaristas que também ocorrem nestes encontros. Mais uma vez, o problema está na visão unilateral. E é neste ponto que a postura kantística de Robbins propõe mérito em ambas abordagens. Ele não as descarta, mas as define como etapas do processo de conversão.

A inspiração direta reside nos trabalhos desenvolvidos por Dumont e Sahlins. Este traz a formulação dos três processos ou modelos da troca cultural que entram em jogo na conversão de uma sociedade tribal.

A influência de Dumont sobre a proposta de Robbins está em sua análise da sociedade ocidental influenciada pelo individualismo, onde reside o grande valor. Esta análise busca compreender os encontros entre as duas culturas, isto é, uma sociedade individualista (a missionária) com uma sociedade relacional (a indígena). E, na articulação com as teorias de Sahlins, tenta-se dar conta da convivência da cultura tradicional com a cultura ocidental cristã protestante.

Já a influência de Sahlins nos leva ao primeiro modelo denominado *assimilação* corresponde à “expansão” ou à “movimentação” na aquisição de novos valores funcionais, na conformação de novas circunstâncias em velhas categorias, sendo o importante aqui a relação entre as categorias, sem mudanças estruturais. Já no modelo da *reprodução transformativa* ocorre certa mudança estrutural, pois a transformação acontece quando a relação entre categorias muda, ou seja, as categorias tradicionais na relação com o mundo alteram a relação dessas categorias. No terceiro modelo denominado por Sahlins de *modernização* e por Robbins de *substituição* ou mais precisamente de *adoção*, encontramos assimilação ou adesão da nova cultura em sociedades tidas como relacionais²³. Este é o modelo que nos interessa aqui, uma vez que a conversão em foco apresenta uma adoção das práticas e da lógica cristã²⁴ levando, conforme demonstrado em alguns trabalhos etnográficos, os nativos a desenvolverem uma atitude de ojeriza para com as práticas da religião tradicional.

22. Robbins desenvolve este pensamento a partir dos trabalhos de Horton sobre conversão de sociedades tribais ao cristianismo.

23. Embora a análise de Robbins esteja embasada em seu trabalho etnográfico sobre os melanésios, sua visão de sociedade relacional, que se diferencia da visão de Dumont, vem ao encontro das sociedades indígenas das terras baixas da América do Sul.

24. Como já foi abordado no início deste artigo, há casos em que o modelo de troca cultural não ocorre pela adoção, mas ocorre nos moldes dos outros modelos propostos por Sahlins.

CONVERSÃO: UM EMBATE ENTRE COSMOVISÕES

O tema do perspectivismo ameríndio²⁵ tem sido desenvolvido, há algum tempo, conforme trabalhos realizados no Brasil por pesquisadores da área da Antropologia Cultural²⁶. O perspectivismo (também conhecido por *relatividade perspectiva* ou *ponto de vista*) é considerado como uma variante do relativismo filosófico, segundo o qual mundo só pode existir para alguém, posto que o sujeito não é concebido necessariamente na primeira pessoa. É como ressalta Deleuze, “será sujeito aquele que vier ao ponto de vista, ou sobretudo aquele que se instalar no ponto de vista” (DELEUZE, 1991: 36 apud LIMA, 1996: 40.). Se o corpo é a sede das perspectivas, então:

Alma e corpo são conceitos que não designam primeiramente substâncias, mas efeitos de perspectivas. Esses conceitos operam por intermédio de uma noção, o ponto de vista que articula tanto as duas dimensões da experiência humana (...) quanto a dimensão sensível de um com a dimensão espiritual do outro. Poderíamos designar as duas últimas como natureza e sobrenatureza, não esquecendo que tais conceitos são necessariamente dependentes do ponto de vista de alguém, isto é, funcionam como categorias relacionais (LIMA, 1996: 36).

Na lógica indígena, são possíveis as migrações feitas entre o que é ser humano e o que é ser animal, trânsito entre a humanidade e a animalidade. Vejamos o que nos diz Viveiros de Castro:

Em suma, os animais são gente, ou se vêem como pessoas. Tal concepção está quase sempre associada à idéia de que a forma manifesta de cada espécie é um envoltório (uma roupa) a esconder uma forma interna humana, normalmente visível apenas aos olhos da própria espécie ou de certos seres transespecíficos, como os xamãs. Essa forma interna é o espírito do animal: uma intencionalidade ou subjetividade formalmente idêntica à consciência humana, materializável, digamos assim, em um esquema corporal humano oculto sob a máscara animal. Teríamos então, a primeira vista, uma distinção entre uma essência antropomorfa de tipo espiritual, comum aos seres animados, e uma aparência corporal variável, característica de cada espécie, mas que não seria um atributo fixo, e sim uma roupa trocável e descartável. A noção de ‘roupa’ é, com efeito, uma das expressões privilegiadas da *metamorfose* – espíritos, mortos e xamãs que assumem formas animais, bichos que viram outros bichos, humanos que são inadvertidamente mudados em animais –, processo onipresente no “mundo altamente transformacional” proposto pelas culturas amazônicas. (VIVEIROS DE CASTRO, 2002: 351.)

A base deste pensamento está na derrocada das teorias que reduzem os ameríndios ao animismo e ao mero etnocentrismo. A proposta é que o centro da lógica perspectivista está no ponto de vista. Ou como afirma Lima:

25. Até aqui o meu texto trouxe apenas pequenos lampejos sobre este assunto.

26. Destaco aqui as pesquisas desenvolvidas por Tânia Stolze Lima e Eduardo Viveiros de Castro.

Quando se trata de perspectivismo, conforme ressalta Deleuze em seu estudo sobre Leibniz e o pensamento barroco, e cujo conceito de “dobra” não deixa de evocar o perspectivismo paralelístico que estamos estudando, nada de sujeito e objeto definidos previamente: “será sujeito aquele que vier ao ponto de vista, ou sobretudo aquele que se instalar no ponto de vista” (LIMA, 1996: 40).

Além do animismo e do mero etnocentrismo, também se descarta a visão do relativismo que torna uma verdade como propriedade objetiva, uma vez que este relativismo leva em conta um conceito/objeto pré-existente. O arcabouço se situa nas perspectivas que representam diferentes “realidades”. É o ponto de vista que reside no corpo e não na alma. Destaca nesta argumentação a importância do texto na lógica solipsista ocidental, uma vez que, para os missionários, tais textos são objetivos e imutáveis em si mesmos. Todos devem se adequar ao texto, ocorrendo o achatamento do perspectivismo e a introdução de conceitos fixos como salvação, humanidade, alma etc. Se, para o pensamento ocidental, o que assemelha é o corpo e o que difere é o espírito, entendemos aí a insistência em os missionários converterem a alma selvagem.

Mas, como o indígena interpreta o fenômeno da conversão? Acredito que, em sua cosmovisão, conversão é vista como um acontecimento exatamente contrário à lógica do homem ocidental. Em outros termos, ela deveria se dar na dimensão do corpo e não na dimensão da alma. Aqui está o grande conflito entre a lógica ocidental e o perspectivismo. Se para o indígena a conversão significa a incorporação daquilo que o corpo demonstra, então praticar os hábitos alimentares, o modo de se vestir, de falar etc. é visto como processo metamórfico. Por outro lado, a visão missionária ocidental vem na contramão para abalroar com essa cosmologia nativa.

A epistemologia ocidental crê no sujeito como aquele que constrói o objeto. Da mesma forma crê na dicotomia Deus/criação, sujeito/objeto, eu/ele, identidade/alteridade. Afirma que toda a natureza foi construída com suas peculiaridades onde o homem é humano e o bicho é animal. Se o homem difere do restante da natureza é porque ele é alma (*anima*) vivente, e o ponto de igualdade existe pela noção do corpo onde homem e natureza são criaturas de Deus. Logo, conversão é também um processo de transmutação de cosmologias.

Se conversão é a assimilação de um sistema, então é porque este sistema é o cristão trazido pelos missionários no contato com os indivíduos da aldeia. Isto pode ser exemplificado pela experiência vivida no contato entre os Waiwai e os missionários da UFM. E as às reformulações do cotidiano, também se inclui a reclassificação do cosmo, as novas representações e as readaptações do *habitus* para com a rede de

relacionamento na região. Estas mudanças se deram em todas as dimensões, pois desde o corpo ao imaginário, tudo foi re-elaborado, re-codificado, re-condicionado.

Mas neste caso em particular penso que não podemos desconsiderar também que as principais práticas cristãs entre os Waiwai possuíam eco na antiga cultura. Um comportamento dos Waiwai que muito impressionou os missionários²⁷ quase imediata à conversão foi a disposição em espalhar o cristianismo a outras aldeias e etnias. A princípio defendo que esta iniciativa se deu pela catequese e pela estratégia missionária e, de certa maneira, isto faz sentido. Mas quando tomamos conhecimento daquilo que chamamos por *processo de waiwaização*, descobrimos que os Waiwai já realizavam esta prática muito antes dos missionários, apenas condicionada à cultura tradicional²⁸.

A TECNOLOGIA DA ESCRITA A SERVIÇO DA CONVERSÃO

Sendo o protestantismo uma religião do livro, da escrita e da leitura, mecanismos fundamentais da evangelização e catequese²⁹, as noções de *palavra* e de *escrita* devem ser precisadas. De acordo com Certeau³⁰, a palavra se encontra na esfera da *economia escriturística*. Nela, o papel da escrita³¹ surge como elemento que se articula simbolicamente sobre as práticas sociais e, ao mesmo tempo, como um mito da modernidade que se desdobra firmemente sobre os que *apenas falam*, impondo a grafia sobre o ágrafo. Mesmo que o contexto desta argumentação esteja fundado no início da era Moderna³², o caso específico em estudo pode ser analisado sob esta perspectiva.

Assim como as religiões letradas, o cristianismo sempre impõe a conversão. Aliás, quando se pensa em missões protestantes, se pensa em adesão dos seus dogmas

27. Afirimo isto com base nos documentos da missão, atas, cartas, relatórios e entrevistas.

28. Além do que já escrevi sobre o assunto, Howard e Caixeta possuem pesquisas que comprovam esta prática entre os Waiwai em waiwaizar outros povos indígenas.

29. É necessário mencionar que "...a grande diferença entre o mundo da cultura católica e o da Reforma, no qual uma divisão religiosa repercute significativamente na leitura. A relação com a Bíblia propõe vínculos totalmente diferentes com o livro. (...) o mundo da cultura católica estabelece um nexos mais estreito, de hábito, com a imagem, e que resulta marginal em relação à leitura, ao contrário do mundo protestante que teria uma aproximação mais próxima da leitura e uma maior distância frente às imagens." (CHARTIER, 2001: 140).

30. Certeau faz uma discussão deste poder da escrita, inclusive sobre a história em seu livro *A Escrita da História*.

31. Certeau faz um paralelo, utilizando o termo *Escritura*, entre o conhecimento revelacional como fonte da palavra divina (epistemologia vigente no período que antecede a modernidade), e as leis (bem como a ciência) que substitui o divino pela "burguesia" na própria modernidade.

32. Neste ponto Certeau usa a obra de Defoe Robson Crusoe como argumentação análoga ao processo imposto pela modernidade e a questão do poder pela escrita.

escritos. Todos os esforços são direcionados para este ponto³³ conforme Goody afirma:

As religiões letradas por um lado, pelo menos as alfabeticamente letradas, são geralmente religiões de conversão, não são apenas religiões de origem. Podem ser espalhadas como geléia. E podem persuadir-se ou forçar-se as pessoas a abandonar um conjunto de crenças e práticas para adotarem outro conjunto, a que se chama uma seita ou igreja particulares. De fato, a palavra escrita, a utilização de um novo método de comunicação, pode por vezes fornecer-nos só por si o incentivo à conversão, independentemente do conteúdo específico da Escritura; pois que essas religiões não são consideradas “superiores” apenas por seus sacerdotes serem letrados e poderem ler bem como ouvir a palavra de Deus, mas também por poderem fornecer à sua congregação a possibilidade de ela própria se tornar letrada. O que afirmo aqui, com efeito, é que só as religiões letradas podem ser religiões de conversão no sentido estrito, na qualidade de distintas do desvio para um “Cargo Cult”, santuário de magia ou movimento anti-feitiçaria. (GOODY, 1987: 21).

De início, quando traçamos um paralelo entre o protestantismo e o catolicismo e a relação de ambos com as Escrituras, observamos que o protestantismo é uma religião estritamente voltada ao texto, principalmente quando incluímos as lideranças eclesiais e os fiéis. Neste caso, esta relação é mais intensa que a do catolicismo que pode ser também definida como uma religião voltada à imagem. Sem contar que as características das missões protestantes entre os indígenas no norte do Brasil são de coloração muito mais calvinista³⁴.

Desde o movimento da Reforma cunhada pelo calvinismo e o puritanismo em solo europeu, os protestantes de linha reformada buscam utilizar os dogmas contidos na Bíblia para julgar as práticas dos fiéis e dos descrentes. Segundo Chartier³⁵, o catolicismo, em sua fase medieval e moderna, apresenta uma clara imposição de impedimento quanto à relação fiel-Bíblia. A preocupação maior do clero era, segundo as suas conclusões teológicas, evitar as interpretações tidas como nocivas e heréticas ao conteúdo da apologia dogmática. Era um tipo de postura de guardião da verdade, embotando qualquer tentativa de participação individual do chamado leigo na interpretação do texto bíblico. Conseqüentemente, ao contrário do que se percebe entre os protestantes, a Bíblia no universo católico “não era de uso imediato nem univer-

33. É importante lembrar que o objeto de estudo proposto aqui são as missões protestantes, uma vez que as missões católicas, principalmente após o Concílio do Vaticano II, fragmentaram o foco que no passado se preocupava com a adesão do cristianismo.

34. A UFM se utiliza de um calvinismo moderado como base teológica às suas práticas entre os Waiwai, ou seja, não se encontra na região de Roraima nenhum trabalho fora deste esquema.

35. Roger Chartier nos traz uma análise comparativa entre o catolicismo e o protestantismo quanto à relação com o texto bíblico em seu livro *Cultura escrita, literatura e história* conforme as várias entrevistas articuladas por Carlos Anaya, Jesús Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit.

sal” (CHARTIER, 2001: 141). Ao contrário, o uso era velado devido à hermenêutica exclusiva e aplicada. O resultado foi o uso e a propagação de imagens, uma vez que os leigos só poderiam entender os dogmas da fé por intermédio delas, fossem teatralizadas ou esculpidas, situadas nas igrejas e catedrais, praças públicas ou em lugares reservados dentro do lar. Isto fez com que o catolicismo fosse reconhecidamente uma religião que girava em torno das representações³⁶. Isto não significa dizer que o texto não tivesse relevância, mas comparando com o protestantismo ou mesmo com outras religiões mundiais como o Islamismo ou Judaísmo, sua tendência é privilegiar as imagens como elemento comunicador da fé ao fiel.

Ao contrário disso tudo, o que se pode concluir aqui é que o protestantismo reformado é, acima de tudo, uma religião que busca exclusividade do livro evocando como sustentação a *sola scriptura* da tríade dos reformadores³⁷.

A cultura letrada protestante também utiliza o texto como parâmetro fronteiro muito bem definido. São fronteiras que já se estabelecem no momento em que se impõe uma definição para a conversão do nativo como função inicial contrastante. O xamanismo, o canibalismo, a animalidade, o infanticídio, ou seja, o modo de vida na aldeia é sumariamente comparado e definido a partir dos dogmas contidos no texto. Quem vai definir o crente, contrastando-o com o descrente, são estes dogmas, uma vez que o paganismo e o cristianismo são evidenciados por aquilo que o texto define, aprecia ou condena. O rigor confessional – conjunto de fé adotado – é uma amostra da rigidez encontrada no texto na demarcação deste contraste. O que os missionários esperam é o *deslizamento*³⁸ do “selvagem” de uma lógica à outra, ou seja, a passagem da religião tradicional para a religião cristã que se desdobra na submissão e adequação ao texto bíblico e ao conjunto sistematizado dos dogmas. Talvez seja por isto que o cristianismo seja definido também como uma religião individualista, não por que transforme o crente em um eremita, pois a vida em comunidade é incentivada, mas devido ao relacionamento estimulado entre o fiel e o texto, ou com os ensinamentos do líder cristão que assume a posição de vetor entre o texto e o discípulo, isto é, a catequese.

Esta fronteira estabelecida também institui a representação da religião como lógica que distingue as práticas tribais dos dogmas agora inseridos. Ao contrário

36. Estátuas e pinturas dos santos, procissões como o Corpus Christi, encenações teatrais das narrativas bíblicas, tudo é utilizado para o auxílio da catequese dos fiéis e recém convertidos. É importante, todavia, reconhecer que, mesmo com esta tendência, o letramento sempre assumiu papel de relevante importância na catequese missionária católica desde o século XVI.

37. A chamada tríade da Reforma: *sola scriptura, sola fide, sola gratia*.

38. Este termo define o papel da tradução dos textos para a língua Waiwai no que diz respeito ao achatamento da lógica indígena.

de estudos mais remotos – como é o caso das argumentações feitas por Durkheim que exprimia a religião como termo definidor dos rituais específicos em uma comunidade tribal – na lógica Waiwai não havia um termo equivalente para a noção de religião tal como é conhecida pela lógica ocidental. Para os Waiwai tudo era encarado e definido como práticas xamânicas, ou seja, para um desses indígenas que viveram antes do contato com os missionários, não havia distinção entre o que poderia ser concebido como laico e o que poderia ser concebido como religioso. Estes conceitos binários foram imbuídos pela perspectiva do texto e da racionalização. O ponto de vista que partia das leis espirituais escritas passaram a definir estas áreas – religiosa e laica – como diferentes e dicotômicas, sem contar com a diferença estipulada entre a religião universal ou cristã da religião tradicional, ou, se preferirmos, religião mundial e religião local conforme a terminologia proposta por Weber e, posteriormente, por Parsons. O que temos aqui é o legado Iluminista nas argumentações missionárias.

As diferenças resultantes do contato entre ágrafo e letrado são notórias. Neste ponto, o texto é visto como um tipo de processo autoritativo em dois níveis que se entrelaçam. Tomemos como exemplo os processos gerais para o exercício da autoridade entre os indígenas. Para a religião tradicional, a transformação de um indivíduo em um xamã obedece a vários critérios complexos como a idade do candidato, sua forma de dominar alguns elementos da natureza, capacidade para a animalização, utilização de elementos da floresta, tamanho da roça, número de mulheres etc. Cada povo possui um conjunto múltiplo de fatores que são utilizados como crivo de escolha ou reconhecimento da autoridade xamânica. Com a imposição do texto por meio das missões, todo este aparato milenarmente complexo começa a sofrer certo desgaste entre os conversos. Isto se torna mais visível quando há um número considerável de conversos, como é o caso dos Waiwai. O novo modelo de liderança passa a ser o controle do conhecimento do livro sagrado pela leitura do texto. Os dogmas são compelidos ao *status* universal, mas estes dogmas precisam ser compreendidos e divulgados, processo que se expande por meio da leitura pública ou individual. Aqui está a migração do processo de autoridade pela inserção letrada: a autoridade comunitária desloca-se do xamã ao pastor ou missionário.

O grupo de líderes da religião deve, antes de qualquer coisa, dominar a leitura e passar a estudar os preceitos contidos no texto, quer seja a Bíblia ou uma Confissão de Fé ou as recomendações e orientações escritas por outro líder, sobretudo pelos missionários através de cartas, documentos ou cursos teológicos. Trata-se de dois processos: primeiro, as grandes mudanças dos métodos que encaminham o nativo ao lugar de autoridade; segundo, esta autoridade é proporcionada ao letrado no mo-

mento em que há a possibilidade da leitura e, conseqüentemente, compreensão do texto por esta leitura.

Seria ingênuo pensar que a conversão ocorre somente quando o indígena abandona sua religião tradicional e recebe a religião pregada pelos missionários. Não podemos confundir o contexto tribal e o contexto urbano onde é corrente se pensar que a conversão ao cristianismo envolve apenas uma decisão individual, tendo por base a experiência vivida em sociedades em que os axiomas cristãos já são observados desde há muito tempo, mesmo que em níveis variados. Pois quando uma pessoa se diz convertida ao cristianismo em uma sociedade urbana, transformações significativas também ocorrem em suas práticas cotidianas. Certos deslocamentos acontecem na rede social e alguns capitais simbólicos são assimilados enquanto outros são abandonados. Em uma sociedade tribal, estas questões tornam-se mais densas e complexas, a começar com o encontro de duas lógicas totalmente distintas.

Falar em conversão é falar em letramento, e falar em letramento é falar em tradução. E este é o lugar onde ocorre a imposição da lógica ocidental solipsista. Após o processo de evangelização, implantação e desenvolvimento da catequese, o grande empreendimento dos missionários é a alfabetização. Aliás, a conversão não ocorre apenas na assimilação dos dogmas do ponto de vista ocidental. O indígena nesse momento precisa passar por um processo metamórfico qualitativo, para utilizar Aristóteles, ou seja, ele precisa aprender a ler. É a conversão ao texto (alfabetização), paralela ou anterior à conversão pelo texto (evangelização). No bojo dessas estratégias é que se localiza a tarefa de tradução do texto bíblico, catecismos e confissões de fé para a língua tribal.

No catolicismo tridentino, este pressuposto correspondia a conceber aproximadamente as línguas indígenas como superfície, e o verdadeiro Deus era apenas ignorado pelo selvagem, sem jamais deixar de ser a verdade. De acordo com a visão ocidental influenciada pelo que podemos chamar de uma *soteriologia platônica*, os missionários católicos acreditavam que os indígenas haviam contemplado o Bem, porém esqueceram-se dele pelo pecado da ignorância. É possível, assim, circular na superfície de uma língua a outra (considerando-se todas as línguas vernáculas do mundo), pois a profundidade é a verdade divina. O mesmo pressuposto teológico encontramos entre os protestantes, embora com algumas nuances. O que justifica a pregação, a alfabetização, a tradução e a catequese na língua indígena é o paralelo entre a superfície, aqui entendida como espaço da tradução e da circulação lingüística e a profundidade, aqui entendida como a verdade indelével do verdadeiro Deus.

Este abono teórico para o *kerigma* move todos os esforços para a supressão da

cultura local pelo estabelecimento da cultura letrada. Aliás, esta é a motivação maior para a tradução dos textos sagrados para a língua indígena. A transformação é esperada pelos missionários assim como a sua consolidação pelo manuseio do texto.

A tradução feita pelos missionários são paráfrases conformativas. Da mesma forma em que há o deslizamento de um texto ao outro pelo processo de tradução, também há o deslizamento de certas práticas indígenas a outras, sendo o ponto central o deslizamento da lógica perspectivista para a lógica ocidental. O grande esforço está em eliminar a lógica responsável pela “religião animista ou totêmica”³⁹ do nativo, substituindo-a pela grande tricotomia Deus/homem/natureza.

Aqui está a grande razão para o último esforço lingüístico que tem início no aprendizado da língua tribal, ou seja, toda a trajetória ocorre no aprendizado, na pregação, na alfabetização, na catequese e, finalmente, na tradução, não importando se esta ocorre pela equivalência formal ou pela equivalência dinâmica, embora esta última seja mais recorrente.

CONCLUSÃO

Em uma palavra resumida diríamos que conversão foi analisada por dois pontos próximos às instituições missionárias⁴⁰: primeiro, a capacidade do cristianismo em se adaptar ao meio, conformando-se ao local com certa frequência; segundo, em meio à estrutura do pensamento ocidental, encontramos a teologia como um tipo de conhecimento que se aproxima ou que motiva as missões na definição de conversão, isto é, naquilo que ela é e naquilo que ela deve processar no pagão. Embora este tipo de conhecimento seja dogmático e teleológico, ele não escapa da visão cartesiana e do esquema binário grego: tudo/nada, vago/pleno, alma/corpo etc.

Conversão também deve ser vista por dois pontos mais próximos aos catequizados, ou seja, a necessidade criada dos bens de consumo e a troca cultural vivida⁴¹ quando há a adoção em larga escala da cultura apregoada. Lembrando que esta adoção sempre ocorrerá em meio ao embate das cosmologias ameríndia e missionária.

A aparição dos catequizadores, rodeados de seus aparatos tecnológicos e donativos destinados à “pacificação” e à aquisição da amizade “selvagem”, dá início aos processos de achatamento da lógica do pensamento indígena⁴², o perspectivismo. E

39. Esta é a definição mais difundida pelas missões na primeira metade do século passado.

40. Quando uso o termo próximo não estou querendo dizer exclusivo. Isto vale para todos os pontos mencionados nesta conclusão.

41. Mesmo que a adoção seja privilegiada, não se exclui aqui a assimilação e a reprodução transformativa.

42. Não quero aqui fazer do indígena uma personagem passiva embora reconheça o poderio missionário

o letramento é prática fundamental neste processo que pode durar anos ou décadas. Inserir uma sociedade ágrafa à lógica da letra, atribuindo autoridade àquilo que está escrito⁴³, é virá-la de ponta cabeça, pois nesta esfera existe o legado da autoridade absoluta que pertence a uma concepção externa de um Criador que a tudo criou e que detém um ponto de vista totalitário de todas as coisas. E onde há a revelação do Criador? Inicialmente e autoritativamente na *escritura*⁴⁴. Portanto, se há algo que possa ser visto como um bom exemplo deste processo de substituição, eu diria que este algo é o letramento e a escrita⁴⁵

Não há como negar a continuidade deste tema sobre conversão nas etnologias peculiares à Antropologia, como também na longa duração peculiar à História. São os subsídios para a proposição de importantes teorias que foram mencionadas neste artigo. Há muito mais convergência que divergência entre os pesquisadores.

Finalmente, não posso deixar de ressaltar a ausência neste artigo de dois grandes temas de discussão que está imbuído no estudo sobre conversão, a inconstância ou *desconversão* indígena; e a mediação cultural. Esta ausência se justifica pelo falta de espaço e por extrapolar os meus objetivos aqui. Apenas como exemplo, lembro sobre os movimentos xamânicos na *incorporação* de certos animais (da humanidade à animalidade e da animalidade à humanidade) podem ser a base para a incorporação e abandono do cristianismo. A questão da *inconstância selvagem*, como também o da resistência ameríndia, em muito podem contribuir para nossa compreensão do fenômeno da conversão, abrindo um leque multiforme neste vasto e intrigante tema.

Recebido em agosto aprovado em setembro.

revelado nos trabalhos dos historiadores e etnógrafos.

43. O contexto do que estou dizendo é o papel da Bíblia como escrita (ou Escritura) irrefutável.

44. Utilizo aqui o jogo de palavras feito por Certeau (2002) entre os termos: escrita e escritura.

45. Não estou privilegiando a escrita em detrimento de outros processos tão complexos e importantes quanto. Estou apenas destacando algo que vem ao encontro das minhas pesquisas.

Referências Bibliográficas

- CERTEAU, Michael de. *A escrita da História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002
- DUMONT, Louis. “Gênese I Do Indivíduo-fora-do-mundo ao Indivíduo-no-mundo” in _____. *O individualismo. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985
- GOODY, Jack. *The Logic of Writing and the Organization of Society*. New York: Cambridge University, 1986.
- HEFNER, Robert. “Introduction: World Building and the Rationality of Conversion” in _____. *Conversion to Christianity. Historical and Antropological perspectives on a great transformation*. Berkeley: University of California Press, 1993
- LAURIOLA, Elaine. “Entre ‘corpo’ e a ‘alma’: a não-conversão dos Yekuana no Brasil” in *Transformando os deuses. Igrejas evangélicas, pentecostais e neopentecostais entre os povos indígenas no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2004, v. 2
- LIMA, Tânia. O dois e seu múltiplo: reflexões sobre o perspectivismo em uma cosmologia Tupi. *Revista Mana*, 1996. v. 2, n.2
- QUEIROZ, Rubens. “A saga de Ewká. Epidemisa e evangelização entre os Waiwai” in WRIGHT, R. *Transformando os deuses. Os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1999
- ROBBINS, Joel. “Introduction: Christianity and Cultural Change” in _____. *Christianity and moral torment in Papua New Guinea society*. Berkeley: University of California Press, 2004
- SOUZA, Alfredo de. *As representações missionárias do Yanomami*. Simpósio Nacional de História Cultural, 2., 2004, Rio de Janeiro. *Histórias e linguagens*. Rio de Janeiro: 2004. p. 53.
- _____. *O resgate das almas, a missão protestante entre os Yanomami no Território Federal do Rio Branco (1956 – 1963)*. 2003. 166 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- _____. *Entre escritas e as Escrituras: práticas letradas nas missões protestantes junto aos Waiwai (1948-1984)*. 2008. 355 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Revista Mana*, 1996. v. 2, n. 2

ARTIGO

AS ESTRATÉGIAS DE APROPRIAÇÕES INDEVIDAS DE VERBAS PÚBLICAS FEDERAIS NO GOVERNO DE RORAIMA: UM ESTUDO DO ESCÂNDALO DOS GAFANHOTOS

Resumo

Este artigo é um estudo sobre as estratégias utilizadas pelo grupo político que governou o Estado de Roraima no período de 1998 a 2002, para “surrupiar” as verbas públicas federais em benefícios próprios, no “escândalo dos gafanhotos”, período em que ocorreram várias ações de desvio de verbas públicas federais em partes do Brasil. O objetivo da investigação foi compreender o funcionamento do esquema fraudulento e o modo como o grupo político dominante, na época, se articulava para desviar os recursos financeiros através de uma folha de pagamento criada especificamente para incluir os funcionários “fantasmas”. Na investigação dessa experiência procurou-se compreender de modo sistêmico as estruturas corruptas montadas para apropriação, de modo indevido, do dinheiro público, repassado pelo Governo Federal para o Governo de Roraima. Nas investigações foram analisados vários Processos do Escândalo dos Gafanhotos, partindo de uma perspectiva hermenêutica crítica. Para efetivar a investigação do tema em estudo adotou-se como procedimento metodológico a combinação da Pesquisa Exploratória para ampliar o conhecimento a respeito do problema e a Pesquisa Descritiva, com o objetivo de aproximação maior com o problema visando torná-lo mais explícito do ponto de vista do estudo. O referencial teórico teve como perspectiva discutir algumas das concepções teóricas sobre corrupção, como também suas raízes históricas a partir de BIASON (2011) e FONSECA (2011). Os principais resultados alcançados com a pesquisa mostram como eram vulneráveis os Poderes Executivos e Legislativos à corrupção, e como eram falhos os sistemas de controle das verbas públicas, facilitando práticas inescrupulosas de políticos.

Palavras-chave:

Corrupção. Verbas públicas. Escândalo dos gafanhotos.

Abstract

This paper is a study on the strategies used by the political group that ruled the state of Roraima in the period 1998 to 2002, to “steal” the federal public funds in private benefits, the “scandal of the locusts,” a period in which they occurred various actions to federal embezzlement of public funds in parts of Brazil. The objective of this investigation was to understand the workings of the scam and how the leading political group at the time was linked to divert financial resources through a payroll created specifically to include the “ghost” workers. In the investigation of this experiment sought to understand systemically corrupt structures mounted for appropriation, improperly, of public money, passed by the Federal Government to the Government of Roraima. Investigations were analyzed in various processes of the Scandal of the Locusts, from the perspective of critical hermeneutics. To carry out the investigation of the topic in question was adopted as a methodological procedure the combination of Exploratory Research to increase knowledge about the problem and Descriptive Research, with the goal of closer ties with the problem in order to make it more explicit in terms of the study. The theoretical perspective was to discuss some of the theoretical concepts of corruption, as well as its historical roots from BIASON (2011) and FONSECA (2011). The main achievements of the research show how vulnerable were the Executive and Legislative Powers corruption and flawed as they were control systems of public funds, facilitating practices of unscrupulous politicians.

Keywords

Corruption. Public funds. Scandal of the locusts.

* Doutor em História (UFPE), Professor de História na UFRR ** Mestrando em Sociedade e Fronteira (UFRR), Professor da Fundação UNIVIRR

Introdução

Este artigo é uma análise de situações de improbidade administrativa e corrupção no Governo de Roraima, no período de 1998 a 2002, no esquema de desvio de verbas públicas federais, que ficou conhecido como “escândalo dos gafanhotos”. Nessa ocasião muitos acontecimentos políticos relacionados à falta de transparência das contas públicas convergiram para um dos maiores escândalos de corrupção no Estado. Assim sendo, esse trabalho é também uma apreciação crítica de alguns dos processos instaurados pelo Ministério Público Federal em que é demonstrado como eram efetuados os esquemas de desvios de dinheiro público dos cofres federais e dos mais variados convênios, assinados entre o Estado de Roraima e os diversos órgãos federais.

A expressão “apropriações indevidas”, objeto de estudo deste artigo, é utilizada como eufemismo do termo “corrupção” e refere-se às estratégias de grupos políticos adotadas para interferir diretamente nos processos de decisões, conforme seus interesses materiais e ideológicos, buscando sempre o benefício próprio ou do grupo partidário. O montante das verbas públicas sujeitas à corrupção parece demonstrar que em Roraima “[...]a política tornou-se a Mega Sena dos corruptos. Os novos ricos estão aí para quem quiser conferir. Todos envolvidos na política partidária”(SOUZA, 2012). Um olhar de indignação sobre essa situação em Roraima fez o cardeal Dom Geraldo Magela, em uma visita ao Estado no ano de 2004, afirmar que aqui é um terreno propício para se cultivar cada vez mais corrupção (Folha de Boa Vista, p. 04, 28 e 29/02/2004).

1. Corrupção em nível nacional e local

Em nível nacional, no período de 1998 a 2002, o fator corrupção não foi apenas um evento específico de Roraima. Muitos outros escândalos de repercussão nacional estiveram em evidência em grandes mídias do país. Em 1998 o ex-deputado Pedrinho Abrão - PTB de Goiás, foi acusado de cobrar comissão para incluir uma verba no Orçamento da União. As denúncias da época indicavam que Abrão cobrava comissão de 4% sobre uma verba de 42 milhões de reais para a construção de uma barragem no Ceará (VEJA, 1998 a)¹.

1 Outros autores tratam da corrupção no Brasil, período contemporâneo, com bastante propriedade: PINTO, Celi Regina Jardim. A banalidade da corrupção: uma forma de governar o Brasil. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012; AVRITZER, Leona. Corrupção e Sistema Político no Brasil. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011; VAZ, Lúcio. Sanguessugas no Brasil. São Paulo: Geração Editorial, 2012.

Em 1999, Nicolau dos Santos Neto, juiz trabalhista aposentado, foi acusado de desvio de somas vultosas no valor de R\$ 193 milhões da construção do edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo. A obra havia consumido mais de R\$ 263 milhões, mas somente foram encontrados gastos efetivos da ordem de R\$ 70 milhões (PINHEIRO, 1999). Nesse mesmo ano, o ex-governador Joaquim Roriz, do Distrito Federal, foi acusado de ter ligações com bicheiros, em que seria um “assalariado da contravenção”. O ex-bicheiro Manoel Ventura Durso fez denúncias ao Ministério Público e revelou que durante quinze meses pagou uma mesada de R\$ 10.000 ao governador do Distrito Federal. (BRASIL, 1999 c).

No de 2000, Niceia Pitta fez uma série de acusações contra vários políticos paulistanos, incluindo o seu ex-marido o falecido Celso Pitta. Nas revelações de Niceia foram detalhados o funcionamento de um cartel da corrupção instalado na Prefeitura de São Paulo e que também envolveria o padrinho político de Pitta, o atual Deputado Federal de São Paulo Paulo Maluf (KLAJN, 2000). Também nesse mesmo período, Luiz Antonio Paolicchi, ex-secretário de Fazenda do Município de Maringá, no Paraná, foi acusado de desviar recursos da prefeitura e apresentar patrimônio muito superior a sua renda. Segundo os procuradores que investigam a riqueza de Paolochhi, foi calculado o patrimônio de aproximadamente R\$ 20 milhões (LIMA, 2000).

Em 2001, O Ministério do Trabalho e Emprego, coordenado pelo ex-ministro Francisco Oswaldo Neves Dornelles² descobriu o desvio do programa social Seguro-desemprego. Apontaram as investigações que nos últimos três anos foram desviados pelo menos R\$ 220 milhões do programa. O dinheiro, no período do desvio, daria para pagar um salário mínimo a 405.000 desempregados durante três meses (FLORES, 2001). Ainda nesse ano, o ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho foi envolvido em denúncias no ano de 1995, publicadas pelo jornal O Globo (CARNEIRO, 2001).

Em 2002, o ex-coletor de fundos para campanhas do PSDB Ricardo Sérgio de Oliveira pode ter cobrado propina do empresário Benjamin Steinbruch, por ocasião da privatização da Vale do Rio Doce. Surgiram indícios de que a propina não foi apenas cobrada – mas de que uma parte chegou a ser paga (OINEGUE, 2002). Nesse mesmo ano é descoberto, em Tocantins, um esquema de desvio de mais de R\$ 10 milhões. O esquema envolvia doze funcionários, parentes, amigos e ex-assessores

2 Informação disponível em: http://www.planalto.gov.br/infger_07/presidentes/FHC-2.htm. Acesso em: 8 abril de 2012.

de quatro deputados e um senador, todos eleitos pelo Estado do Tocantins (OLTRAMARI, 2002).

Em Roraima, no ano de 2003, foi desmontado pela Polícia Federal um esquema montando por políticos do executivo, legislativo (estaduais e federais) e conselheiros do Tribunal de Contas, para desviar verbas públicas federais avaliadas em mais de R\$ 230 milhões. O referido esquema ficou conhecido como “escândalo dos gafanhotos”, em alusão ao inseto que devora folha, no escândalo citado servidores “fantasmas” devoravam a folha de pagamento do Estado. Nesse período, o Governador de Roraima, Neudo Ribeiro Campos, conforme denúncias apresentadas pelo Ministério Público Federal, foi o criador de uma folha de pagamento paralela, em que eram inseridos nomes “fantasmas”. O esquema da folha paralela beneficiava um grupo político de apoio ao governo. Cada participante do esquema tinha uma cota de valores estipulados pelo próprio governador que variava de R\$ 20.000,00 a R\$ 40.000,00 para inserir funcionários inexistentes na folha de pagamento, conforme critério subjetivo.

Um dos principais operadores do escândalo Carlos Levischi, que até então era homem de confiança de Neudo Campos, servia como caixa do governo. Levischi em depoimento revelou que, dos R\$ 200 milhões que o Governo Federal enviou ao Departamento de Estradas e Rodagem de Roraima - DER, cerca de R\$ 100 milhões foram desviados (GASPAR, 2003).

2. Vendo e revendo os conceitos teóricos de corrupção

Ao se fazer uma revisão bibliográfica sobre o assunto encontra-se em Fonseca (2011) uma análise da corrupção, enquanto possibilidades das origens e causas. A primeira causa apontada pelo autor diz respeito à colonização portuguesa, que seria fundamentalmente patrimonialista em contraposição ao “poder local” e ao “espírito de comunidade”. Nessa concepção, a cultura e os povos ibéricos seriam tratados de modo inferior por seus congêneres anglo-saxões, com consequências políticas nefastas. A segunda causa da corrupção apontada pelo autor é referente à cultura brasileira, que ainda não conseguiu separar o público e o privado, mesmo após a independência e a República, mantendo as “raízes do Brasil”, segundo a análise culturalista de Sérgio Buarque de Holanda. Um terceiro fator apontado por Fonseca como causa da corrupção é o caráter “(i) moral” de grupos específicos que alcançam ao poder. Essa versão é muito divulgada pela mídia brasileira. A quarta causa de corrupção, segundo Fonseca, é a ausência de uma base educacional formal sólida como explicação para comportamentos não republicanos. Porém, nessa perspectiva,

desconsideram-se o chamado “crime do colarinho branco” e as diversas formas de “tráfico de influência”, pois tais atos seriam praticados por pessoas “educadas”, em termos de educação formal.

Fonseca (2011) conclui que o sistema político brasileiro é marcado pela privatização da vida pública como estrutura que sustenta. Basta que se verifique o financiamento das campanhas políticas, que é essencialmente privado, o que abre espaço à prática do chamado “caixa dois”. Também ressalta-se a sistemática dos partidos políticos nas coligações e amplas coalizações, como modo de governar, que tem como resultado a construção de alianças sem qualquer confluência programática. O norte para uma reforma política como modo de coibir práticas corruptas é a “desprivatização” da vida pública e o “aumento da representatividade e da responsabilidade” dos partidos. Paralelamente, afirma Fonseca, não basta apenas a reforma política, mas o Estado brasileiro deve organizar uma pauta permanente referente à transparência, à publicização, à participação popular e ao republicanismo.

Em um contexto de discussão mais amplo quanto às práticas de corrupção no Brasil, BIASON (2011) aponta que são questões históricas que datam do século XVI, período da colonização portuguesa, como o primeiro momento das práticas ilícitas, que era frequente, nesse período:

Os funcionários públicos, encarregados de fiscalizar o contrabando e outras transgressões contra a coroa portuguesa e ao invés de cumprirem suas funções, acabavam praticando o comércio ilegal de produtos brasileiros como pau-brasil, especiarias, tabaco, ouro e diamante (BIASON, 2011, p. 08).

O segundo momento na História do Brasil em que práticas corruptas aconteciam reiteradamente foi no período de 1580 a 1850, com a utilização da mão-de-obra escrava na agricultura brasileira para a produção do açúcar. O governo brasileiro mantinha-se tolerante e conivente com os traficantes que burlavam a lei. Muito embora houvesse denúncias de autoridades internacionais ao governo brasileiro contra o tráfico de escravos, no período de 1850 até 1888. Com a Abolição da Escravatura, em pouco foi feito para coibir a circulação de escravos para o Brasil. Afirma BIASON que “Isso advinha em parte pelos lucros, do suborno e da propina, que o tráfico negreiro gerava a todos os participantes, de tal forma que era preferível ao governo brasileiro ausentar-se de um controle eficaz” (2011, p. 09). Outro período apontado por BIASON, em que foram reincidentes as práticas corruptas foi com a Proclamação da Independência e a instauração da República. A partir desses momentos históricos entrou em cena a corrupção eleitoral e de concessões de obras públicas: “O fim do tráfico negreiro deslocou, na República, o interesse dos grupos oligárquicos para

projetos de grande porte que permitiriam manter a estrutura de ganho fácil” (BIANSON, 2011,p.11).

Proclamada a República em 1889, o domínio dos “donos do poder”, principalmente os latifundiários denominados de coronéis, que impuseram coercitivamente o voto de “cabresto”, isto é, o voto desejado aos seus empregados e dependentes. Outras formas de corrupção eleitoral são relatadas por Bianson do período da Proclamação da República aos dias atuais como a compra de votos e as alianças políticas espúrias, sendo o mais característico dessas práticas a “caixinha do Adhemar”, quando nas campanhas eleitorais dos anos de 1950, o político paulista Adhemar de Barros ficou conhecido como “um fazedor de obras”, com o lema “Rouba, mas faz”.

Filgueiras (2009) ao analisar os motivos da corrupção no Brasil, aponta alguns fatores. No primeiro fator são considerados os valores e moralidade como os pressupostos da prática social ordinária, desse modo a construção de sua significação social depende de valores que circulam no plano da sociedade e qualquer interferência desprovida de escrúpulo nesse ordem moral desestabiliza os valores, tornando-os relativos. Assim, qualquer ação corrupta, pondera Filgueiras: “deve ser analisada em uma dimensão sistêmica que considere, de um lado, a existência de valores e normas que tenham uma conformação moral e, de outro lado, a prática social realizada no âmbito do cotidiano de sociedades” (2009, p. 03).

Os valores são gestados no seio de uma sociedade em um processo deliberativo de natureza consensual e de modo representativo em que todas as categorias podem concordar ou discordar quanto à configuração de um governo bom. Nessa perspectiva, entende-se que a corrupção pode nascer das concepções consensuais definidas como valores normativos fundamentais para uma determinada sociedade que tem uma natureza linguística originada comunicativamente de acordo com concepções de bom governo e só pode ocorrer no âmbito de uma sociologia das relações de poder, de acordo com as significações que ela pode assumir na sociedade, diz Filgueiras. A corrupção, portanto, é uma consequência do juízo moral no sentido do julgamento das ações políticas como corretas ou incorretas, de acordo com os valores definidos socialmente pelos grupos ou sociedade. Exemplifica Filgueiras:

Dessa forma, quando dizemos, no plano do discurso político, que determinado agente A é desonesto, usou indevidamente os recursos públicos, cometeu uma improbidade administrativa, usou de clientelismo para se eleger ou simplesmente utiliza seu poder para obter alguma vantagem, julgamos que ele cometeu um ato de corrupção (2009, p. 04).

Quando se analisa a corrupção no sentido prático, considerando o pensamento de Bourdieu, Filgueiras diz que dificilmente ela está dissociada dos valores funda-

mentais da moralidade política, já que as antinomias e contradições nas estruturas no mundo social é quase inevitável. É comum, partindo dessa perspectiva de análise, a tolerância à corrupção, já que ocorre nesse espaço entre os juízos de valor e os juízos da necessidade. Pode-se inferir, segundo Filgueiras (2009), que a moralidade e a prática social têm um aspecto contraditório, já que as pessoas podem concordar com valores morais universais como a honestidade e, no entanto, as ações de tais pessoas podem ser desonestas, exemplificado:

Isso explica o fato de criarmos a expectativa de que os políticos e cidadãos sejam honestos, mas o sujeito, ao mesmo tempo, querer entrar em um esquema de corrupção, tendo em vista interesses bem determinados, na esfera econômica e social. A antinomia entre juízos de valor e juízos de necessidade permite compreender a antinomia existente entre moralidade e prática social, explicando a tolerância à corrupção nas sociedades contemporâneas (FILGUEIRAS, 2009, p. 05).

A moralidade pode ser o referencial para as definições das ações corruptas, porém há limitações nessa concepção em torná-la com único meio seguro de estabelecer como parâmetro político e social para as ações mais coerentes.

Por fim, Filgueiras (2009) define os níveis de corrupção: controlada, tolerada ou endêmica. No primeiro nível – controlada – é representada por uma situação ideal em que os valores e necessidades regem e orientam as práticas e faz manter o controle da corrupção. Os deveres sociais, baseados na moralidade, são modelos normativos, contudo não há uma praticidade no mundo real, mantém-se apenas como ideal de referência em todas as sociedades. O segundo nível da corrupção é a tolerada, estabelecida entre a antinomia e os valores/necessidades. Os sujeitos sociais até concordam com a existência dos valores fundamentais da política no campo teórico, contudo são incapazes no plano prático de efetivar a moralidade política: “A tolerância à corrupção está relacionada a contextos sociais marcados pelo mundo dos interesses cotidianos, em que a atividade política é realizada na dimensão da representação” (FILGUEIRAS, 2009, p. 06). Basta que determinadas vantagens beneficiem A ou B para que os valores morais sejam relativizados. O último nível de corrupção é a endêmica, caracterizada pelo desaparecimento entre antinomia e os valores e necessidades, estabelece-se a ausência de significados morais para a vida da sociedade e a predominância das práticas corruptas. Nesse nível endêmico a sociedade apresenta diversas situações de rupturas políticas e as instituições encontram-se em decadência.

3. Um estudo dos processos do “Caso dos Gafanhotos”

Para esclarecer o leitor da temática pesquisada é apresentado a seguir o funcionamento do “Esquema dos Gafanhotos”, que é o objeto de estudo deste artigo. São analisados os processos julgados pelo 1ª Vara da Justiça Federal – Seção Judiciária do Estado de Roraima, sobre o caso.

A descrição e análise começam pelo Processo nº 2008.42.00.002233-5, apresentado pelo Ministério Público Federal (MPF) à Justiça Federal. A ação ocorrida denominada “escândalo dos gafanhotos” foi uma prática espúria levada a cabo pelos réus para lesar o patrimônio da União e do Estado de Roraima [...]” (fls. 1728).

Segundo a denúncia do MPF, o ex-governador Neudo Ribeiro Campos e seus colaboradores desviaram, nos anos de 1998 a 2002, milhões de reais dos cofres públicos. Somente no ano de 2002 o desvio atingiu aproximadamente R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), incluindo verbas federais” (fls. 1728).

O idealizador do esquema, conforme o MPF, foi o ex-governador Neudo Ribeiro Campos, quando, sob sua gestão, foram inseridos na folha de pagamento do Departamento de Estradas de Rodagem de Roraima – DER/RR e da Secretaria de Administração – SEAD os nomes de “[...]pessoas que jamais prestaram serviços ao Estado, sendo que seus salários eram, embolsados por terceiros que não os fictícios servidores, estes conhecidos como ‘gafanhotos’”. (fls. 1729)

O esquema corrupto aconteceu motivado por interesses políticos de um grupo de aliados, que apoiava o governador da época, que sob a sua coordenação recebiam dos favores, segundo MPF, no Processo nº 2008.42.00.002233-5:

Interesses políticos motivaram a constituição do esquema criminoso, vez que decorriam de autêntica troca de favores entre NEUDO RIBEIRO CAMPOS e os vários membros do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, com o desvio de verbas federais oriundas de convênios, nos termos de informação pericial que se analisará oportunamente. NEUDO estabelecia o valor das quotas de cada um dos deputados de acordo com sua fidelidade, suas propostas e interesses políticos. (fls. 17290).

Para melhor detalhar o funcionamento do esquema o MPF descreve da seguinte forma: por determinação direta do ex-governador Neudo Ribeiro Campos³, o

3 Contrariando as provas cabais apresentadas pelo Ministério Público Federal Neudo Ribeiro Campos, em entrevista virtual a Folha Web, atribui às acusações a perseguição de seus adversários e acrescenta: “Mas, ao poucos, a verdade vai se restabelecendo. Confiei em quem não merecia confiança. Mas agora, muito mais experiente e preparado posso lhe garantir que isso não voltará a acontecer”. Disponível em: <http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=90888>. Acesso em: 8 abril 2012

dinheiro originário de convênios federais era transferido para uma conta que se destinava a pagar os servidores públicos estaduais, incluindo os ditos “gafanhotos”. O pagamento desses servidores (gafanhotos) era realizado por uma empresa privada denominada Norte Serviços de Arrecadação e Pagamento Ltda. – NSAP, a qual tinha senha para movimentar as contas bancárias do Estado de Roraima. A empresa tinha a autorização da Secretaria da Fazenda para movimentar as contas do governo e até fazer compras em lojas locais com o dinheiro público (DUARTE, 2005).

Os aliados políticos do ex-governador, deputados estaduais e conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, recebiam diretamente de Neudo Campos quotas com valores específicos a que cada beneficiário tinha direito, segundo a lógica do esquema. A partir de então, pessoas comuns do povo⁴ eram aliciadas com promessa de ajuda financeira, e as relacionava como falsos servidores para serem incluídos na folha de pagamento do DER/RR ou da SEAD, dentro de sua quota.

Uma vez composta a lista com os nomes das pessoas e seus respectivos CPFs, era entregue ao outro réu do processo, o senhor Carlos Eduardo Levischi, na época diretor do DER/RR e também a lista era repassada a Diva da Silva Brígida, Secretária de Administração na época do escândalo. Ela era a responsável pelo “[...] gerenciamento da fraude, a mando do governador, e encaminhavam o rol para que a NSAP fizesse o pagamento” (Processo nº 2008.42.00.002233-5, fls. 1730).

O pagamento era retirado por procuradores dos “gafanhotos”, que passavam procurações com plenos poderes a pessoas de confiança do deputado ou conselheiro beneficiado, que evitavam aparecer diretamente (fls. 1730). O dinheiro sacado era repassado diretamente ao deputado ou conselheiro beneficiado. Consta no Processo nº 2008.42.00.002233-5 que: “O ‘gafanhoto’ não recebia nada e quando recebia, era uma quantia irrisória” (fls. 1730).

O esquema da gestão corrupta envolvia cinco categorias de personagens diferentes com atribuições específicas, segundo o MPF. No topo da pirâmide (Figura 1) o mentor do escândalo, Neudo Campo que, na condição de governador, idealizou e colocou em prática ações corruptas, indicam os Processos de números: 2004.42.00000173-8; 2004.42.00000181-3. Em segundo lugar vem os executores, que eram agentes públicos do primeiro e do segundo escalão, que tinham como

4. O Processo nº 2004.42.00.000796-5 especifica melhor o esquema: “... consistia no seguinte: várias pessoas, geralmente humildes e (semi) analfabetas, eram cooptadas para fornecerem seus documentos pessoais e outorgarem suas procurações a um intermediário, com a promessa de que esses documentos serviriam para arrumar-lhes emprego no ESTADO DE RORAIMA. De fato, dias depois, essas pessoas apareciam na folha de pagamento, mas efetivamente não trabalhavam nem recebiam um centavo dos salários ou recebiam muito pouco, a título de ajuda”. (p. 10)

atribuição executar “os atos necessários à inclusão dos ‘gafanhotos’ na folha de pagamento, bem como gerenciavam o controle das quotas que eram distribuídas a cada um dos mentores, a transferência de recursos públicos para a NSAP e o pagamento ao procurador. A terceira categoria de personagens eram os beneficiários, isto é, os deputados estaduais e outros agentes públicos “cada qual formava a sua lista de ‘gafanhotos’ e levava para o executor inserir na folha, de acordo com o limite estabelecido pelo governador”. (Processo° 2008.42.00.002233-5, fls. 1731). O quarto personagem eram os “testa-de-ferro”⁵, constituído de pessoas de confiança do beneficiário (deputados estaduais e outros agentes públicos), que aliciavam pessoas e recebiam mediante procuração o dinheiro para repassar ao beneficiário. Por fim, os últimos personagens, que ficaram conhecidos como “gafanhotos”, normalmente eram pessoas simples, com pouco estudo e conhecimento formal, deixavam-se enganar com bastante facilidade.

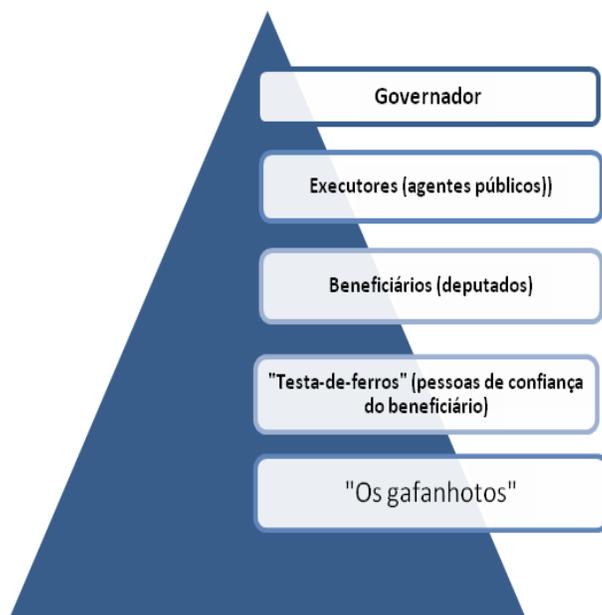


Figura 1: Esquema piramidal do Escândalo dos Gafanhotos

5 Termo utilizado em todos os processos pelo Ministério Público Federal para referir-se às pessoas que se apresentavam com outros nomes para esconder os beneficiários do escândalo.

O esquema do “escândalo gafanhoto” encontrou um campo propício à execução pelas facilidades na realização. O Poder Legislativo, com atribuição de legislar, acompanhar e até mesmo fiscalizar o Poder Executivo, estava atrelado ao ex-governador, quase todos os deputados estaduais e também alguns federais fizeram parte do esquema. Assim, o executivo não tinha nenhum obstáculo na realização das suas empreitadas fraudulentas, pois encontrava apoio no Poder Legislativo. O Tribunal de Contas do Estado, órgão que deveria fiscalizar as contas públicas do governo do Estado, também alguns de seus conselheiros eram partícipes do conluio, segundo o Ministério Público Federal.

O Laudo nº 0459/05 – SETEC/SR/DPF/RR apresentado no Processo nº 2004.42.00.000181-3 constata que no “ano de 2002, ano eleitoral, houve um grande aumento na movimentação da conta em relação aos anos anteriores, principalmente a partir do mês 07 (julho/2002) sendo que no mês 10 (outubro/2002), mês de eleição, ocorreu a maior movimentação de valores”.(p. 17 de 8B). Nos processos julgados estão evidenciados os políticos participantes do esquema, todos aliados na época, ao governador Neudo Campos. No Processo de nº 2004.42.00.000181-3, aparece o nome da Deputada Estadual Francisca Aurelina⁶, como uma das pessoas de confiança do governador, repassava a relação fictícia de funcionários diretamente ao diretor, na época, do DER-RR Carlos Levischi:

(...) em troca de apoio político, NEUDO facilitou a formação da quadrilha encabeçada por FRANCISCA AURELINA. Esta, aproveitando-se do prestígio político e relacionamento que tinha com o então governador, organizou uma quadrilha para, de forma sistemática e continuada, apropriar-se de dinheiro público através do aliciamento de ‘gafanhotos’, incluindo ilicitamente na folha de pagamento do Estado, seja na TE-ASS, seja no DER/RR (Processo de nº 2004.42.00.000181-3, fls. 05-06).

O Processo da Justiça Federal nº 2004.42.00.000181-3 enfatiza que os deputados apresentavam uma lista de funcionários ao DER/RR para serem incluídos como funcionários da instituição, porém não exerciam nenhuma atividade laboral, porém alguns desses funcionários fantasmas ficavam à disposição desses deputados.

A lista nominal de pessoas, muitas vezes anônima, semianalfabeta, idosa e indígena, que cada deputado elaborava cumpria duas finalidades conforme Processos: nº 2005.42.00.002531-2; nº 2008.42.00.001778-2; 2005.42.00.002531-2, primeiro estabelecimento de um vínculo de fidelidade e apoio ao governador e segundo a

6 A matéria jornalística da Folha Web diz que “Laudo pericial anexado nos autos do inquérito policial comprova que entre novembro de 1998 e agosto de 2002, Aurelina Medeiros embolsou, através dos procuradores, R\$ 1,599 milhão”. Disponível em: <http://folhabv.com.br/noticia.php?id=18793>. Acesso em: 17 dez. 2011.

“fidelidade e dedicação integral” ao próprio deputado como aparece no Processo nº 2008.42.00.001778-2: “In casu, me parece claro que o então Deputado Estadual Sebastião Silva, a pretexto de conseguir “fidelidade e dedicação integral” dos acusados tratou de incluí-los na folha de pagamento do Governo do Estado de Roraima, a fim de complementar-lhes a remuneração paga pela Assembleia Legislativa” (p. 06).

As acusações do Ministério Público Federal indicam o desvio de verbas públicas federais provenientes de repasses e convênios firmados entre o Estado de Roraima e a União, para financiar o “Esquema dos Gafanhotos”. Tais acusações foram procedentes, pois a partir do Laudo de Exame Econômico-Financeiro nº 0451/04-SE-TEC/DPF/RR (fls. 579/586) elaborado pelo Setor de Perícias do Departamento de Polícia Federal, foi comprovada a “utilização indevida de recursos provenientes de convênios da União com os pagamentos realizados no contexto do esquema criminoso ora em apuração” (Processo nº 2005.42.00.002531-2).

O esquema denominado “Escândalo dos Gafanhotos”, o maior já registrado na história de Roraima, no período pesquisado de 1998 a 2002, constituiu-se de vários processos, muitos deles já julgados e sentenciados. Nesses processos, segundo acusações do Ministério Público Federal, foram descritas as ações de improbidade administrativa e os atos corruptos, em que um grupo de políticos utilizando-se de pessoas vulneráveis (analfabetos, indígenas, idosos, etc), sarrupiu dos cofres públicos cifras milionárias, incluindo verbas federais (Processo nº 2004.42.00.000181-3, p.81).

4. Análise da situação atual – dez anos depois do “Caso dos Gafanhotos”

Após uma década do escândalo, o que resultou de toda a operação deflagrada pela Polícia Federal? Vários processos foram instaurados e julgados pela 1ª Vara Federal de Boa Vista, entre os quais: 200642000019833, 200542000025312, 200842000017347, 200842000006080, 200842000013367, 200842000017347, 200542000025312, 200842000017782, 200842000012810. Alguns dos acusados foram absolvidos por falta de provas e outros foram condenados.

No ano de 2010, a Justiça Federal de Roraima publicou a decisão do Juiz Atanair Nasser, em que o nome de um dos principais envolvidos no escândalo Neudo Campos, conforme incriminação do MPF, foi retirado da lista de acusados na Ação Civil Pública sobre as irregularidades da administração de convênios federais e malversação de verbas públicas (Fora do Processo, 2010). No ano seguinte, isto é, 2011, no Processo nº 2005.42.00.002531-2, Neudo Ribeiro Campos foi condenado a 16 anos de prisão em regime fechado, pelos crimes de peculato e formação de quadrilha. No

entanto, a decisão cabe recurso e Neudo Campos recorre em liberdade (COELHO, 2011).

Em 2007 foi determinado pelo juiz Helder Girão Barreto, da 1ª Vara Federal de Roraima, o bloqueio dos bens e contas no valor de R\$ 4,718 milhões do ex-governador Neudo R. Campos e de Francisca Aurelina de Medeiros, atualmente deputada estadual (CASO GAFANHOTO, 2007). No dia 19 de julho 2012, o jornal Folha de Boa Vista publicou reportagem sobre o bloqueio de bens de Neudo: “O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) acatou parecer do Ministério Público Federal (MPF) e negou provimento ao recurso de Neudo Ribeiro Campos, ex-governador de Roraima, que questionava o bloqueio de seus bens”. Acrescenta ainda o Jornal que: “O ex-governador foi condenado pelo Tribunal de Contas da União a devolver o valor destinado à obra aos cofres públicos, além de responder à ação de improbidade administrativa por ter se apropriado dos recursos federais[...]”. (FOLHA DE BOA VISTA, Caderno Política, 19 julho 2012).

Os participantes do esquema Carlos Levischi, ex-diretor do DER (Departamento de Estradas e Rodagens) e Diva Brígida, ex-secretária de Administração foram inocentados das acusações pela Justiça Federal por meio da “deleção premiada” (JUSTIÇA FEDERAL, 2009).

Em 2010 Neudo Campos candidatou-se para concorrer a vaga de governador Estado de Roraima, no primeiro turno ficou com 47,62% dos votos válidos em relação ao seu oponente, José de Anchieta, que ficou com 45,02%. Já no segundo turno Neudo ficou atrás de seu adversário com diferença de menos de 1% do total de votos (SANTOS, 2011).

Alguns dos deputados supostamente envolvidos no escândalo, segundo acusação do Ministério Público Federal, continuam em atividades políticas como deputados estaduais ou federais e, ironicamente, como oposição a Neudo Campos, atualmente no Partido Progressista.

Considerações Finais

O “escândalo dos gafanhotos”, ocorrido no período de 1998 a 2002, constituiu-se como um dos momentos em que a fragilização das instituições políticas, nos poderes executivo e legislativo, foi permeável a muitas ações corruptas. As facilidades nos desvios de dinheiro público expuseram o Estado a uma desmoralização nos aspectos da gestão pública. Até o ano de 2002 não havia muita transparência com relação aos gastos com as verbas públicas. A sociedade, alheia a todas as questões dos desvios das verbas públicas, não poderia fazer de modo sistemático uma agenda

de acompanhamento das aplicações dos recursos financeiros. Também ainda não estava muito claro o conceito de *accountability*, isto é, a responsabilização, ou não era de interesse do governante promover a abertura das ações políticas pensadas e elaboradas a partir dos gabinetes para os cidadãos roraimenses, com a finalidade de fazer uma adequação dos arranjos institucionais aos interesses coletivos.

As investigações do MPF e também da Polícia Federal concluíram que no “Caso dos Gafanhotos” houve uma organização sistematicamente pensada para burlar a Folha de Pagamento do Estado. Havia duas folhas de pagamento, uma folha era a oficial em que constavam os nomes dos servidores públicos estatutários e temporários, e a outra a folha “paralela”, em que eram inseridos os funcionários inexistentes ou “fantasmas”. A pesquisa realizada nos Processos citados no artigo demonstrou que a folha de pagamento paralela à oficial atendia a interesses privados. Consideravam os fraudadores que uma folha paralela dificilmente seria evidenciada publicamente, permanecendo oculta.

A verificação da pesquisa baseada nos Processos julgados demonstrou o envolvimento de várias pessoas trabalhando de modo articulado e não apenas de uma pessoa na coordenação de todas as ações corruptas para burlar a Folha de Pagamento. Cada componente participante no projeto corrupto tinha uma responsabilidade específica e “solidária”, para que o funcionamento de todo o processo fluísse de modo a não despertar atenção.

O plano corrupto montado era frágil por vários motivos: primeiramente pela quantidade de pessoas envolvidas era inevitável o “vazamento” de informações; a soma de verbas vultosas em circulação no período de pagamentos do Governo do Estado era desproporcional para o número de servidores legalmente instituídos na folha de pagamento oficial; e por último, as alianças políticas estabelecidas entre os acusados não eram tão sólidas, havia assimetria na divisão dos recursos entre os participantes, o que ocasionou insatisfação entre eles.

Este trabalho sobre o “escândalo dos gafanhotos” não se esgotou aqui é necessário aprofundar os contextos histórico, social e também contábil para uma análise mais precisa do objeto pesquisado. Outros encaminhamentos serão necessários no sentido de uma compreensão mais sistemática, pois muitos outros fatores convergiram para a efetivação do escândalo. Estudar a corrupção em Roraima no período delimitado abre a possibilidade para novas pesquisas sobre gestão pública, improbidade administrativa, formas de controles sociais existentes, transparência das contas públicas e também as alianças políticas estabelecidas entre os grupos de poder.

Recebido em agosto, aprovado em setembro.

Referências Bibliográficas

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO. Procuradoria Geral Federal. Processo nº 2008.42.002233-5. (Impresso)

BIASON, Rita. Breve História da Corrupção no Brasil. UNESP. Disponível em: <http://www.votoconsciente.org.br/site/index.php?page=breve-historia-da-corrupcao-no-brasil>. Acesso em: 19 nov. 2011

BRASIL, Sandra. Roriz na cabeça. Revista VEJA on-line. Caderno Brasil. Edição 29 sete. 1999. Disponível em: http://veja.abril.com.br/290999/p_048a.html. Acesso em: 02 out. 2011.

CARNEIRO, Marcelo. Vozes do passado. Revista VEJA on-line, Caderno Brasil, Edição 1709, 18 julho 2001. Disponível em: http://veja.abril.com.br/180701/p_048.html. Acesso em: 14 dez. 2011.

CASO GAFANHOTO - Justiça Federal bloqueia mais de R\$ 4,7 milhões de Neudo e Aurelina. Folha Web. Boa Vista, 27 jan. 2007. Disponível em: <http://folhabv.com.br/noticia.php?id=18794>

COELHO, Mário. Neudo Campos condenado a 16 anos de prisão. Congresso em Foco. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/neudo-campos-condenado-a-16-anos-de-prisao/>. Acesso em: 14 dez. 2011.

DUARTE, Luciana. O caso gafanhotos sob a ótica da imprensa: uma análise do conteúdo impresso local e nacional na operação “Praga do Egito”. Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 2005 (monografia)

ENTREVISTA Virtual Neudo Campos. Folha Web. 20 julho de 2010. Disponível em: <http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=90888>. Acesso em: 8 abril 2012.

FOLHA DE BOA VISTA. TRF nega recurso a Neudo Campos. Edição online. Disponível em: http://folhabv.com.br/Noticia_Impressa.php?id=132909. Acessado em: 19 julho 2012.

FORA do processo Neudo comemora decisão da Justiça Federal. *Jornal Roraima Hoje*, Boa Vista, 15 de julho de 2010, p. 12.

FILGUEIRAS, F. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. Revista Opinião Pública. Campinas. Vol. 2, número 2, novembro 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762009000200005&script=sci_arttext. Acesso em: 18 nov. 2011.

FLORES, Lourenço. Ralo social. Revista VEJA on-line. Caderno Brasil. Edição 1688, 21 fev. 2001. Disponível em: http://veja.abril.com.br/210201/p_049.html. Acesso em: 02 out. 2011.

FONSECA, Francisco. A corrupção como fenômeno político. Revista Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, número 50, p. 6-7, setembro 2011.

GASPAR, Malu. “Flamarion sabia de tudo”. Revista VEJA on-line. Caderno Brasil. Edição 1833 . 17 de dezembro de 2003. Disponível em: http://veja.abril.com.br/171203/p_054.html. Acesso em: 14 dez. 2011.

JUSTIÇA FEDERAL. Seção Judiciária do Estado de Roraima. Processo nº 2004.42.00000173-8. Ação civil Pública por Ato improbidade administrativa Disponível em: <http://www.jfr.jus.br/adm/pdf/200442000001738.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2011

JUSTIÇA FEDERAL. Seção Judiciária do Estado de Roraima. Processo nº 2004.42.00000181- 3. Peculato Continuidade Delitiva Formação de Quadrilha Concurso Material Esquema dos Gafanhotos Caracterização Condenação. 08/07/2011. Vara 1. Criminal. Disponível em: <http://www.jfr.jus.br/adm/pdf/200442000001813.pdf>. Acesso em: 14 jul 2011

JUSTIÇA FEDERAL. Seção Judiciária do Estado de Roraima. 1 Vara Federal. Peculato Continuidade Delitiva Formação de quadrilha Concurso Material Esquema dos Gafanhotos Processo 2005.42.00002531-2. Disponível em: <http://www.jfr.jus.br/adm/pdf/200542000025312.pdf>. Acessado em: 27 ago. 2011.

JUSTIÇA FEDERAL. Seção Judiciária do Estado de Roraima. 1 Vara Federal. Disponível em: Processo 2008.42.00001778-2. <http://www.jfrr.jus.br/adm/pdf/200842000017782.pdf>. Acessado em 12 ago. 2011.

JUSTIÇA FEDERAL. Seção Judiciária do Estado de Roraima. 1 Vara Federal. Processo 200542000025312. Disponível em: <http://www.jfrr.jus.br/adm/pdf/200542000025312.pdf>. Acessado em 12 ago. 2011.

OINEGUE, Eduardo. Alvorço no ninho tucano. Revista VEJA on-line. Caderno Brasil, Edição 1751, 15 de maio de 2002. Disponível em: http://veja.abril.com.br/150502/p_042.html. Acesso em: 2 out. 2011.

OLTRAMARI, Alexandre. Descoberta a bancada da pesada. Revista VEJA on-line. Caderno Brasil, Edição 1757, 26 junho de 2002. Disponível em: http://veja.abril.com.br/260602/p_050.html. Acesso em: 02 out. 2011.

PINHEIRO, D.; LIMA, M. Dom Nicolau, lau, lau, lau, lau. Revista VEJA on-line. Edição 28 abril 1999. Caderno Brasil. Disponível em: http://veja.abril.com.br/280499/p_044.html. Acesso em: 2 out. 2011.

SANTOS, Débora. 'Foi feita justiça', diz Neudo Campos sobre cassação de governador de RR. G1 Política. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/02/foi-feita-justica-diz-neudo-campos-sobre-cassacao-de-governador-de-rr.html>. Acesso em: 14 dezembro de 2011.

SOUZA, J. A mega da Política. Folha de Boa Vista. Caderno Opinião de 27 de março de 2012. Disponível em: http://folhabv.com.br/Noticia_Impressa.php?id=126582. Acesso em: 8 abril de 2012.

VEJA on-line. De quem ri Abrão? Caderno Brasil. Edição 3 jun. 1998. Disponível em: http://veja.abril.com.br/030698/p_049.html. Acesso em: 2 out. 2011.

ARTIGO

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E ESPACIAL DO SUBCENTRO COMERCIAL DA AVENIDA ATAÍDE TEIVE EM BOA VISTA-RR

Resumo

Boa Vista representa uma das cidades mais importantes do estado de Roraima e, segundo o Plano Diretor (IBAM, 2005), a capital é dividida em quatro zonas (Norte, Sul, Leste e Oeste) e para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, a divisão dá-se em 55 (cinquenta e cinco) bairros. Assim, o objetivo do presente trabalho consiste em apresentar o resultado da pesquisa, que se constitui em conhecer o perfil dos consumidores e dos comerciantes da Avenida Ataíde Teive e suas adjacências, quanto ao seu abastecimento e de sua população sem que necessite sair do local. O aporte teórico focou a teoria abordada por Silva em Dinâmica Territorial Urbana de Boa Vista-RR, e dados empíricos do subcentro, compôs-se de análises e interpretações das informações apuradas, bem como a elaboração de mapas temáticos ao visitar as empresas. Além disso, procurou-se detectar potenciais e deficiências e, desta forma, com o diagnóstico da situação encontrada identificou-se gargalos que vem minizando o desenvolvimento da área. Constatou-se que os produtos comercializados são de procedência de estados do sudeste do país, e que o maior consumidor é cidadão boavistense, aliado ao setor de serviços – administração pública (servidor público/contracheque). Concluiu-se que a Av. Ataíde Teive é carente de melhorias, tanto de infraestrutura como sinalização, estacionamento, policiamento, bem como na implementação de suas mercadorias, fachadas modernas, capacitação de colaboradores, dentre outros aspectos.

Palavras-chave:

Avenida Ataíde Teive Boa Vista (Roraima); Relações de Comércio-consumidores; subcentro; espaço urbano.

Abstract

The city of Boa Vista is the capital and most important city of the state of Roraima. And according to the Master Plan of Boa Vista (IBAM, 2005), it is divided into four zones (North, South, East and West). The IBGE adopts a division of the city into 55 neighborhoods. The research involved several stages, from the creation of literature, through field data collection, to analysis and interpretation of information collected in the field, and with the preparation of some thematic maps. The city of Boa Vista is characterized as a polarizing center of goods and services in the State of Roraima, a fact that alters the rhythm of the urban city. And this is one reason why urban sprawl, which gives rise to new neighborhoods, new shopping centers and sub-centers, and they also social pathologies such as crime, prostitution, lack of sanitation among others. The methodology was reviewed through literature and field work which enabled us to better conduct this research work consisted of the following steps of library research on the topic, Objectives of proposed research was to understand the consumers and residents subcenter Ataíde Teive and their adjacent ones. And consider that the sub-center supplies its population without leaving this site.

Keywords

Retail; sub-center; urban space.

* Mestranda em Geografia da UFRR. E-mail: maria_valdira@hotmail.com

** Mestranda em Geografia da UFRR. E-mail: anaveras@cti.rr.gov.br

*** Mestrando em Geografia da UFRR. E-mail: ditur@turismo.rr.gov.br

Introdução

Boa Vista é a capital do Estado de Roraima e a cidade mais populosa concentra aproximadamente dois terços da população, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, além de situar-se na margem direita do rio Branco. É a única capital brasileira localizada totalmente ao norte da linha do Equador e, portanto, totalmente no Hemisfério Norte. A moderna cidade de Boa Vista destaca-se entre as capitais da Amazônia pelo traçado urbano organizado de forma radial concêntrico que foi planejado no período entre 1944 e 1946 pelo engenheiro civil Darcy Aleixo Derenusson, lembrando um leque, em alusão às ruas de Paris, na França.

Esse traçado foi construído no governo do Capitão Ene Garcez, o primeiro governador do então Território Federal do Rio Branco e nele as principais avenidas do centro convergem para a Praça do Centro Cívico Joaquim Nabuco, onde se concentram as sedes dos três poderes estaduais: Executivo, Legislativo e Judiciário. Além de pontos culturais e turísticos importantes como: teatro, palácios, hotéis, bancos, correios, catedrais religiosas, monumentos e etc.

A cidade caracteriza-se como um centro polarizador de bens e serviços no Estado de Roraima, fato este que altera o ritmo urbano da cidade. E este é um dos motivos da expansão urbana, que faz surgir novos bairros, novos centros e subcentros comerciais, e com eles também patologias sociais como: crime, prostituição, falta de saneamento básico entre outras.

Com base nessas premissas observa-se que não só o espaço urbano da Av. Ataíde Teive, como todos os outros bairros novos da cidade de Boa Vista urgem de políticas públicas voltadas para a melhoria em segurança, iluminação, educação, saúde, habitação, investimentos em infraestrutura, transporte coletivo entre outros.

O surgimento de subcentros comerciais fora das proximidades do centro da cidade ocorreu para atender uma necessidade das populações desses novos bairros periféricos distantes do centro comercial de Boa Vista, que se localiza na Av. Jaime Brasil. Dentre esses subcentros comerciais, podemos destacar o que está localizado na Av. Ataíde Teive, que surgiu como uma alternativa de consumo para a população da zona Oeste da cidade.

No lugar das pessoas se deslocarem de suas casas ao centro comercial, é satisfazer suas vontades de compra nesse subcentro comercial ou em outro que seja mais viável e que possa atender suas necessidades.

O nome dessa avenida, assim como do próprio subcentro comercial, é em homenagem ao então Capitão-general Fernando da Costa de Ataíde Teive Sousa Cou-

tinho, (o General Ataíde Teive), que foi governador da província do Grão-Pará (atual Estado do Pará), entre 1763 e 1772, segundo pesquisa em SANTOS (2004).

Essa época se destaca por ser o primeiro período de colonização das terras do Rio Branco (atual Estado de Roraima) de acordo com VERAS (2009), nesse período em que se consolidou o domínio português na região com sua ocupação estratégico-militar. Período em que foram organizadas algumas expedições religiosas e exploratórias, que visavam colonizar essas terras, assim como proteger os caminhos de entrada para a Amazônia através dos rios.

Assim evidencia-se nesse espaço um processo de mudança das necessidades que a sociedade precisa para encontrar uma reestruturação social. Este processo de emergência de um mundo dominado pelas cidades e pelos valores urbanos, em que decisões são tomadas em condições que estão longe da percepção e do ideal de sua população.

No que se refere à área da pesquisa delimita-se: subcentro comercial que se estende pela Av. Ataíde Teive e suas proximidades em Boa Vista-RR, onde a referida avenida é um dos principais elos entre os bairros da Zona Oeste com o Centro da cidade e vice-versa, o que justifica o grande fluxo de pessoas e automóveis que passam pelo local.

Objetivando conhecer o perfil dos consumidores e a relação com o comércio e das ruas adjacentes a este subcentro Ataíde Teive, zona oeste da cidade de Boa Vista.

Materiais e Métodos

Dentro do objetivo proposto adotou-se os seguintes procedimentos metodológicos:

a) Primeira etapa:

Levantamento bibliográfico de textos e discussão sobre os subcentros comerciais, além de pesquisas diversas sobre o tema, como textos científicos, informativos, e notícias na internet relacionadas com a avenida.

b) Segunda etapa:

Para a realização dos trabalhos de campos, através de visitas *in loco*, momento de entrevistas com comerciantes, frequentadores e consumidores, coletar imagens e percepção da dinâmica da avenida em vários momentos.

As entrevistas mostraram informações importantes para a elaboração dos resultados, mapas cadastrais, sobre os comércios, produtos, funcionários, lucro, encargos, acessibilidade, consumidores, renda familiar, bairros de origem, as motivações pes-

soais, preocupações, perspectivas futuras, entre outras.

c) Terceira etapa:

A elaboração dos mapas cadastrais utilizou-se ambiente de Sistema de Informações Geográficas (SIG). Para confecção dos mapas, o substrato ocorreu sobre imagem digital do Satélite Landsat5 TM, da órbita 232/58 de 14/03/2008, nas bandas 3, 4 e 5, na composição colorida (banda 3 na cor Blue, a banda 4 na cor Green e a banda 5 na cor Red, do software Spring 5.3).

Características do subcentro comercial da Av. Ataíde Teive

A Avenida Ataíde Teive insere-se na zona Oeste da cidade de Boa Vista e atravessa diversos bairros da cidade, possui aproximadamente 10,1 km de extensão, quase que totalmente ocupada por lojas de vários seguimentos comerciais, além de algumas residências e espaços vazios.

Em sua totalidade, ainda está sendo ocupada pelo processo de expansão urbana, e conseqüentemente, expansão comercial da cidade de Boa Vista. Apresenta-se como a maior concentração de atividades comerciais e comércios, assim como a que a classifica como a área mais importante e movimentada desse subcentro comercial.

É dentro do perímetro da avenida que também há a ocorrência do Feirão do Garimpeiro que é uma feira livre no meio da rua, com frequência aos domingos, comercializando roupas, bijuterias, frutas, farináceos, verduras, peixes, carnes, animais vivos ou abatidos, enfim, todos os tipos de produtos e gêneros alimentícios.

Para um melhor entendimento e compreensão da dinâmica comercial presente na Avenida, dividiu-se a referida avenida em três setores, de acordo com Figura 1.

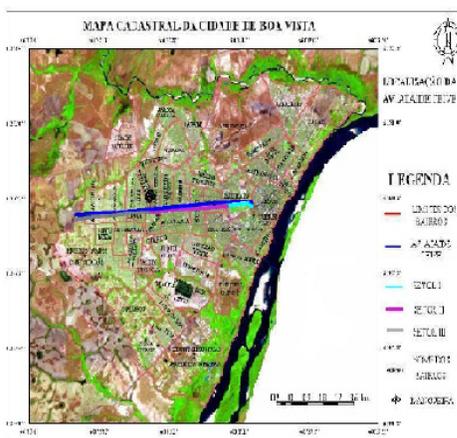


Figura 1: Localização dos setores do subcentro comercial da Avenida Ataíde Teive. Fonte: Elaboração: Valdemir.

O primeiro setor localiza-se entre as Avenidas Venezuela e Terêncio Lima, primeiro a ser ocupado, todavia, no que tange as suas dificuldades de acessibilidade¹ apresenta apenas poucos pontos comerciais antigos, e os mais modernos e especializados em meio as residências, que são a grande maioria.

No segundo setor (setor II), que se encontra delimitado entre a Av. Venezuela e a Mangueira da Av. Ataíde Teive (entre os bairros Jardim Primavera e Cambará), setor onde se desenvolveu algumas entrevistas.

É nesse trecho da avenida que se encontra a maior distribuição de comércios, e quase não se percebe a presença residências, que em sua grande maioria, estão localizadas nos fundos ou, em parte superiores dos comércios.

Identificou-se ainda, em um trecho de pouco mais de 2 km, entre as Av. São Sebastião e Dos Bandeirantes, localiza-se a maior parte e maior concentração de comércios, apresentando-se como a área principal desse subcentro.

Há uma predominância de lojas de roupas, de tecidos, armarinhos de pequeno e grande porte dentre outros, há também a presença de bancos públicos e privados, lojas de produtos e serviços especializados, além de ser o ponto escolhido, há mais de quinze anos, para ser realizada uma tradicional feira livre da cidade, o Feirão do Garimpeiro, que todos os domingos reúnem aproximadamente 650 vendedores e 30 mil pessoas circulando pelo local.

Quanto ao terceiro setor (setor III), que compreende a partir da Mangueira e área do estudo, até o limite do perímetro urbano de Boa Vista no final do Bairro Equatorial, é um trecho que apresenta duas contradições, e com seus poucos pontos comerciais, é uma área em plena expansão comercial.

Essa parte da avenida apresenta duas áreas distintas, uma em plena expansão comercial, com destaque para as lojas que comercializam peça para carros, motos, bicicletas e prestação de serviços mecânicos (oficinas), e se estende desde a Mangueira da Av. Ataíde Teive até o cruzamento com a Av. Nazaré Filgueiras (antiga S-4) no bairro Alvorada.

Encontram-se também presentes vazios comerciais e muitas residências, não apresentando muitos comércios, com exceção de poucos comércios de gêneros alimentícios, mais é evidente o pleno processo de ocupação urbana, fato esse que pre-

1 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050/2004, em acordo com a norma citada a parte da avenida, além de ser ainda mão única em direção ao centro, também há um maior estreitamento da avenida. Essa parte da Av. Ataíde Teive não oferece acessibilidade aos consumidores, porque a grande maioria das ruas que cortam essa parte da avenida não possui saída (decorrente da presença dos Igarapés Jararaca e Caxangá, que correm paralelo a Av. Ataíde Teive).

cede a expansão comercial. Essa parte da avenida que se encontra nos bairros Alvorada e Equatorial, é o que podemos chamar de espaço em repouso (SANTOS, 2004).

Perfil socioeconômico do proprietário e do consumidor

Contextualizando o perfil do comerciante, pôde-se estabelecer seu grau de instrução, situação do imóvel comercial, tempo de comércio, outros estabelecimentos, atrativos do comércio, lucro dos comércios, encargos trabalhistas e sociais, políticas públicas para o comércio, período de maior movimento, acessibilidade ao consumidor, procedência dos produtos e tipo de venda do comércio.

Constatou-se que os comerciantes (donos, gerentes e/ou responsáveis pelos comércios), em sua grande maioria 45% possuem apenas o Ensino Médio Completo, até mesmo incluindo alguns gerentes de filiais de grandes lojas.

Dos 29% entrevistados verificou-se que estão cursando ou já cursaram o Ensino Superior, exemplificando bem a questão atual da cidade sobre a questão que envolve a oferta e procura por cursos de graduação em faculdades particulares.

Quanto aos que ainda não concluíram o ensino regular (Médio Incompleto, Fundamental Completo e Incompleto) constatou-se um percentual de 24%, e apenas 2% desses comerciantes se diziam possuir curso técnico.

A presença de vários bancos, filiais de grandes lojas comerciais, lojas de produtos modernos, e de serviços especializados (serviços advocatícios, médicos, odontológicos, de crédito financeiro, projetos para a construção civil, contabilidade e etc.), além de distribuidoras de produtos diversos e vários órgãos e prédios governamentais, como escolas, creches, delegacias, Juizado da Infância e Juventude, Feira do Passarão, Mercado Municipal, agências dos correios, casas lotéricas, estádio de futebol, terminal de integração de ônibus.

Esses elementos que SANTOS (2004) classifica como pertencentes ao circuito superior de uma economia urbana, principalmente em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento como o Brasil, Figura 2.



Figura 2. Imagens de elementos do circuito superior na Avenida Ataíde Teive Fonte: Valdemir, adaptado dos autores.

Com base nas considerações de SANTOS (2004), e relacionado a esse subcentro comercial, identificamos que apresenta alguns elementos que são encontrados no circuito inferior como “serviços não-modernos”, são prestadores de serviços diversos como, o eletricitista, cabeleireiro, costureiras, barbeiro, vendedores ambulantes, camelôs que vendem de tudo, loja de usados, além dos feirantes, que estão presentes na avenida aos domingos.

Há ainda em meio as grandes lojas, e pequenas lojas que comercializam e vendem variedades, mas a forma de pagamento é apenas em espécie, e sempre em pequenas quantidades, Figura 3.



Figura 3: Imagens de alguns elementos do circuito inferior na Av. Ataíde Teive. Fonte: Cleiton Viana (Jornal Folha de Boa Vista). Adaptação dos autores

O subcentro está sendo incorporado por elementos da economia moderna, mas os elementos dos dois circuitos ainda partilham de uma solidariedade orgânica², com uma sobreposição dos elementos mais modernos sobre os elementos não-modernos na dinâmica da economia.

Comprovou-se que, embora partilhando o mesmo espaço, de pequenos comerciantes e grandes, os consumidores estão dando preferência às grandes lojas, proporcionando uma dinâmica quanto à disposição de venda dos produtos em vitrines, e pela variedade de marcas comercializadas.

Por seu turno ininterrupto, a situação do imóvel comercial compreende uma das conseqüências desse processo de expulsão dos primeiros e pequenos comerciantes da Av. Ataíde Teive, para as áreas mais periféricas em outras partes da cidade e ainda pouco visada pelas maiores lojas comerciais, onde se constatou que 51% dos imóveis onde estão instalados são alugados, e 47% são próprios e apenas 2% são cedidos.

2 Baseado em Milton Santos (2006 e 2008), é a coexistência no mesmo espaço, no caso, no subcentro comercial da Av. Ataíde Teive, dos dois elementos da economia urbana, as lojas de grande porte e lojas pequenas e ambulantes (circuito superior e inferior). São dois circuitos distintos, onde cada um tem seu tipo de comércio, produto, consumidor e preço, dividem o mesmo espaço, dependem um do outro, mais não fazem concorrência. Há uma dependência recíproca entre os comércios, e um não sobrepe o outro.

Tempo de comércio

Quanto à prática de aluguel desses imóveis constitui-se uma realidade para alguns comerciantes, não mencionando insatisfações quanto aos valores pagos. Contudo, a grande maioria dá preferência a aquisição de terrenos e posterior investimento na construção de suas lojas, principalmente pela certeza e a posterior comprovação da margem de lucro que estão tendo em seus comércios.

Os comerciantes com mais de 05 (cinco) anos instalados somam-se 43%, mostrando persistência e certa adaptação à nova realidade econômica da avenida, havendo o caso de uma loja com mais vinte 20 anos de funcionamento. A maioria das lojas são relativamente novas, com menos de cinco 5 anos de instalação representando 57%.

Destacam-se, ainda, bancos privados, lojas de artigos de luxo e exclusivos, prestadores de serviços especializados, filiais de grandes lojas com fachada moderna, Figura 4.



Figura 4: Imagens mostrando a modernização comercial da Av. Ataíde Teive. Fonte: Valdemir. Adaptação dos autores.

Por outro lado, há comércios antigos e/ou pequenos nessa avenida, que ainda não despertaram para investir em fachadas modernas, iluminação especial, ambiente climatizado. Dentre as que mais se destacam, contemplam as recém instaladas que foram atraídas pela dinâmica e importância comercial da Av. Ataíde Teive para o

comércio da cidade de Boa Vista, sendo que a grande maioria tem menos de cinco anos de funcionamento.

Na dinâmica dessa evolução da área comercial e, principalmente, pela configuração de lojas instaladas, percebeu-se que a Avenida tende a ser cada vez mais valorizada. Os investimentos são realizados por pessoas empreendedoras e com maior poder aquisitivo, utilizando produtos especializados, preocupados não apenas em vender, mais em atrair consumidores mais exigentes.

Outra constatação desse efeito atrativo do subcentro comercial da Avenida Ataíde Teive são as instalações de filiais de grandes lojas ou de marcas nacionais e internacionais, como as lojas de motos, operadoras de telefones celulares, lojas de confecções, móveis, eletroeletrônicos e farmácias.

Dentro do vínculo de lojas com a Av. Ataíde Teive, destacam-se 28% dos entrevistados que possuem outra loja na cidade 46,8% estão localizadas no bairro central da cidade. Não significa que essas lojas têm uma filial no Centro, mais que as lojas do Centro estão se expandindo ou mudando para a Av. Ataíde Teive, Figuras 5 e 6.



Figura 5: Bairros onde estão localizadas as filiais ou matriz dos comércio.

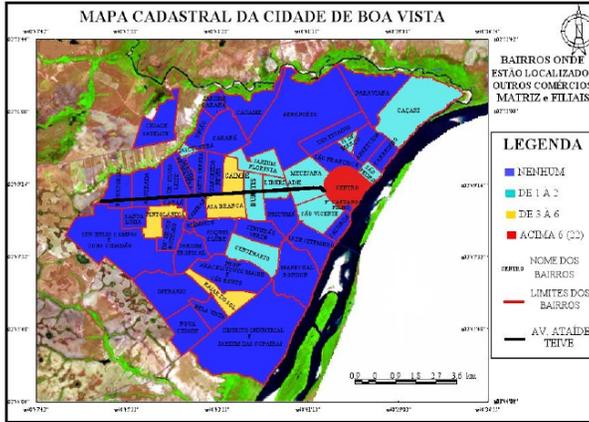


Figura 6: Mapa com a localização dos bairros onde estão localizados outros comércios (filiais ou/e matriz).Elaboração: Valdemir

Atrativos do comércio

Quanto aos mecanismos usados pelos comerciantes para atrair os consumidores, observou-se estratégias de mercado, enquanto outros não usam nenhuma forma de atração. Tais formas sobressaem os cartões de créditos, tickets diversos, vale alimentação, convênios com órgãos e empresas, além do crediário próprio.

Os instrumentos que determinam diferenças mais usadas pelos empresários são por meio da pesquisa e caixa de sugestões. Dentre as demais informações, 25%, informaram que o bom atendimento prestado aos clientes; seguido de 29%, refere-se às promoções realizadas pelo estabelecimento comercial, conta também produtos de qualidade com 19%, facilidade de pagamento com 10%, preços baixos 15%, e ambiente climatizado 2%.

Contudo, não são apenas os preços, promoções que atraem mais consumidores e sim o bom atendimento. Durante as visitas realizadas em algumas lojas percebeu-se que esse item não é ainda um diferencial.

A falta de espaço, sinalização e de segurança, são problemas antigos, motivo reclamações pelos consumidores e motoristas que passam por essa avenida. Nesse aspecto, há necessidade de solucionar com urgência, bem como a descarga de mercadorias e estacionamentos dos automóveis, das calçadas para pedestres.

Destaca-se que a rua é uma das principais vias de acesso dos moradores da Zona Oeste para o centro da cidade, assim como uma das vias de circulação mais movimentadas e que mais ocorreram acidentes de trânsito. A não utilização da calçada para pedestres são tomadas por veículos que estacionam nas calçadas, excluindo assim o pedestre de utilizar seus direitos, além da invasão de camelôs, oferta de produtos na calçada, Figura 7 (B).



Figura 7: Imagens da Av. Ataíde Teive mostrando a falta de espaços nas calçadas. Fonte: Maria Valdira. Organização dos autores.

LUCROS DOS COMÉRCIOS

Analisando os comerciantes entrevistados 63% estão satisfeitos com o lucro de seus comércios, enquanto apenas 13% afirmaram que o lucro não é satisfatório. Ainda para outro grupo, 24% dos entrevistados afirmaram que o lucro é regular e que podia melhorar mais. Segundo esses grupos de comerciantes, atribuiu-se o pico de vendas às datas comemorativas.

Percebeu-se durante a entrevista certo receio em responder tal questionamento, decorrência do aos crescentes casos de assaltos e roubos que os comerciantes vêm sofrendo nos últimos anos.

Encargos trabalhistas e sociais

Relativo aos encargos trabalhistas e sociais 39% dentre os comerciantes declararam pagar em dia seus tributos (trabalhista e ICMS), cerca de 2% afirmaram não pagar nenhum imposto. Os gerentes de lojas de médio porte informaram que pagam regularmente INSS 30%, FGTS 16% e sindicato 54%. Para os 28% dos entrevistados, em geral, lojas de grande porte, 50% pagam INSS, 35% e 15% para demais impostos tais como: ICMS, DARE, COFINS, DARF (Simples), décimo terceiro, hora extra, rateio para pagamento do vigia e fretes.

Quanto aos pequenos comerciantes do Feirão do Garimpeiro e alguns vendedores ambulantes e camelôs, informaram pagamento de impostos como, água, luz, telefone, IPTU, taxa do lixo, considerando tais valores altos para sua movimentação comercial, totalizando 20% desse universo.

Políticas Públicas

Para SEPLAN (2012) a segurança pública é considerada um dos principais desafios ao Estado de Direito no Brasil. O Estado de Roraima se insere neste contexto, para equacionar e minimizar as taxas de criminalidade inclui-se os comércios das avenidas e o trânsito, reclamado por 30% dos entrevistados a falta de incentivos financeiros e de fiscalização 30%.

Na dimensão promocional uma maior participação dos pequenos e médios comércios 25%, seguido de novos modelos ou projetos de desenvolvimento para Roraima, que substitua a política do contracheque³ somam 15% responderam as entrevistas. Destaca-se a necessidade de um policiamento mais intensivo na avenida ao longo da semana como na feira livre nos finais de semana, para evitar ou inibir assaltos, roubos e arrombamentos.

Quanto ao trânsito na avenida, mão-única, sentido centro da cidade, a preocupação comentada pelos comerciantes da área em estudo, refere-se à falta de sinalização, de redutores de velocidade, de estacionamento e de fiscalização dos órgãos responsáveis.

Diante dessas considerações apontadas por municípios que vivem a realidade do trânsito em Boa Vista, estudos relativos a essa problemática apontam que parte está

3 A Administração Pública (Contracheque) ainda é a principal atividade econômica em Roraima, segundo Indicadores de Crescimento do Estado. DEES/SEPLAN-RR, 2008.

atrelada a formação de condutores, sendo que a consciência por parte dos motoristas é algo imprescindível ao aplicar prudência, recomendado pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (RODRIGUES, 2011).

Cite-se os benefícios e estímulos que o governo estadual pode incentivar como a legalização do uso de medicamentos naturais e energéticos; compra de produtos e serviços dos comerciantes locais pelo governo estadual e municipal; a padronização de barracas para os feirantes, melhorias na localização e a acessibilidade aos comércios.

Outros benefícios que estão contemplados neste item foram comentados pelos entrevistados como: melhoria do transporte público coletivo, o combate a corrupção, diminuição da burocracia, implantação da banda larga, melhorar a acessibilidade do estado em relação ao restante do país⁴ e a energia elétrica.

Procedência dos produtos

A importância da eficiência dos meios de transporte em nosso estado é incontestável, Roraima não produz quase nada do que comercializa e de acordo com a pesquisa realizada junto a alguns comerciantes, a grande maioria deles 94% responderam que seus principais produtos são de procedência dos estados: Amazonas, Rio de Janeiro, Ceará e, principalmente, São Paulo, e chegam via terrestre/ e ou correios. Cerca de 6% utiliza o transporte aéreo, recebendo suas mercadorias de fornecedores/ ou distribuidores.

Quanto à procedência dos produtos comercializados somente 2% dos produtos são de origem Argentina, roupas e artigos variados da Guiana e da Venezuela, carros, motos e peças de países diversos, responderam a esse item os vendedores ambulantes, feirantes e algumas lojas de produtos personalizados. Para um percentual de 98% seus produtos são de procedência nacional.

De acordo com a maioria dos comerciantes 65% vendem seus produtos apenas no varejo, para 35% que vendem tanto no varejo e ou no atacado e são representantes e distribuidores de bebidas, lojas de materiais de construção.

Dos entrevistados 11% são prestadores de serviços como advogados, contabilistas, médicos, dentistas, cabeleiros, serralheiros e técnicos diversos.

4 Roraima possui apenas uma via de escoamento (terrestre) e transporte para os produtos que entrada e saída do estado nacional, que é a BR-174. Indicadores de Crescimento do Estado. DEES/SEPLAN-RR, 2008.

Resultados obtidos

O espaço é discutido por várias ciências, dentre elas a geografia, que assegura estar em constante processo de mudança, decorrente das necessidades que a sociedade precisa para encontrar uma reestruturação social, pois esta transformação acontece de forma acelerada, segundo Corrêa (1989):

No começo dos tempos históricos, cada grupo humano construía seu espaço de vida com as técnicas que inventava para tirar do seu pedaço de natureza os elementos indispensáveis à sua própria sobrevivência. A cada constelação de recursos correspondia um modelo particular. Pouco a pouco esse esquema se foi desfazendo: as necessidades de comércio entre coletividades introduziam nexos novos e também desejos e necessidades e a organização da sociedade e do espaço tinha de se fazer segundo parâmetros estranhos às necessidades íntimas ao grupo. Essa evolução culmina, na fase atual, onde a economia se tornou mundializada, e todas as sociedades terminaram por adotar, de forma mais ou menos total, de maneira mais ou menos explícita, um modelo técnico único que se sobrepõe à multiplicidade de recursos naturais e humanos (SANTOS, 1994).

O crescimento urbano é inevitável para a cidade de Boa Vista que tem tendência natural para a criação de novos subcentros e as pessoas se afastarem do centro, encontrando um novo comércio local.

Segundo alguns consumidores, a realização do comércio varejista da feira da avenida aos domingos atrapalha a rotina de suas trajetórias. Nesse contexto de dinâmica de feiras livres, comparando com a Feira do Produtor, que tem movimento semanal (localizada em espaço próprio), identificam-se características de cidade pequena.

Boa Vista guarda traços de cidade em expansão, a mais importante área comercial situa-se no Centro da cidade. Outras concentrações ocorrem nas Avenidas Ville Roy, Glaycon de Paiva e Ataíde Teive diferentemente do que ocorre nos grandes *centros urbanos*, locais no qual existem geralmente um pólo comercial para cada bairro.

O trabalho de campo do subcentro da Ataíde Teive permitiu identificar essa desorganização no espaço principalmente nos dias de feiras que interrompe o tráfego dessa avenida, o transtorno aos moradores, como mostra a Figura 8.



Figura 8: Mostra os consumidores na feira da Ataíde Teive. Fonte: Maria Valdira Adaptado pelos autores

Os consumidores da Ataíde Teive ainda em sua maioria baixa renda, o nível de escolaridade ainda está em construção, constatou-se que 100% são Alfabetizados, sendo 10%, Ensino fundamental completo 15%, Ensino médio completo 35%, Superior completo 15%, Ensino fundamental incompleto 7%, Ensino médio incompleto 12% Superior incompleto 8%.

A renda mensal média de maioria da população no município de Boa Vista é de 50,31% do total é de 1 a 3 salários mínimos, sendo que 32,75% auferem rendimentos mensais de 3 a 10 salários mínimos. Na população com menores salários, em torno de 49% da renda é destinada à alimentação da família.

Os moradores dos bairros adjacentes, quando entrevistados, informaram que a renda predominante é de dois a cinco salários mínimos: 0-1 salários mínimos 29%, 2 a 5 salários mínimos são 53%, 5 a 10 salários mínimos são 16% e acima de 10 salários mínimos só 2%.

Os consumidores desse subcentro são de procedência das zonas leste e oeste, e de bairros adjacentes: 13 de Setembro 1%, Alvorada 2%, Aparecida 1%, Asa Branca Bairro 15% Olímpico 1% Bairros dos Estados 2%, Buritis 16%, Caimbé 4%, Cambará 7%, Canaã 5%, Caranã 1%, Cinturão Verde 1%, Jardim Floresta 3%, Jardim Primavera 2%, Joquei Clube 4%, Liberdade 1%, Nova Cidade 2%, Raiar do Sol 1%, Santa Tereza 6%, São Bento 1% São Francisco 5%, Senador Hélio Campos 3%, Silvio Leite 3%, Tancredo Neves 9% e Pintolândia 4%, Figura 9.

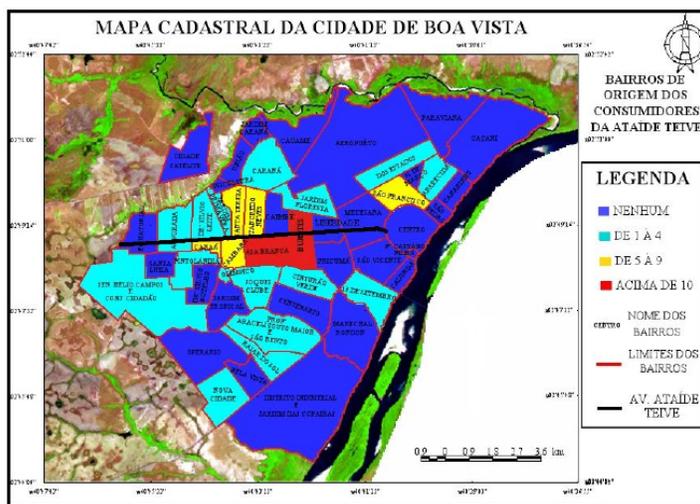


Figura 9: Mapa com a distribuição dos consumidores nos bairros de origem. Fonte: Valdemir

O acesso para chegar ao subcentro é fácil para a maioria, visto que grande parte usa meio de transporte ou mora perto. Através do resultado das entrevistas direcionadas aos consumidores do subcentro, constatou-se que o acesso corresponde 53% para ótimo, bom 31%, regular 13% e péssimo 3%.

O subcentro, nesse sentido, deve ter condições de atender o máximo de necessidades da população, evitando deslocamentos e promovendo o desenvolvimento local, sendo que 83% dos consumidores encontram no comércio suas necessidades e 17% não encontram o que procuram no subcentro e buscam em outro centro ou subcentro. Os centros do bairro assumem um papel importante na constituição da identidade das comunidades locais, funcionando como um ponto de referência e expressão simbólica das condições de vida e das aspirações dos seus consumidores.

Segundo os consumidores do subcentro grande maioria encontram o que buscam no comércio local e os que têm que ir a outro comércio no centro são 78%, lojas em bairros diversos e 22%.

A população de Boa Vista também costuma utilizar táxis e as conhecidas “lotações” (táxi-lotação) que existem em poucas cidades brasileiras, pois é mais rápido e comum que os ônibus. Não existem moto-táxis em Boa Vista. O transporte hoje em dia já é uma necessidade e foi observado que a maioria dos consumidores utiliza-se de transporte e outros como residem perto se desloca caminhando, 5% de lotação, 9% ônibus, 10% a pé, 13% moto, 30% carro e 33% bicicleta.

O subcentro Ataíde Teive hoje oferece vários serviços para atrair mais clientes e ficar mais cômodo para o consumidor que pode fazer compras e pagar água, luz, telefone entre outros serviços. Através da pesquisa constatou-se que 82% dos consumidores conhecem serviços próximos e 18% dos consumidores não conhecem nenhum tipo de serviços oferecidos pelo subcentro.

Os serviços mais citados com 52% foram os bancos, correio 24%, 18% casa lotérica, 4% posto de saúde e 2% escola como Jaceguai, Natalino, Camilo Dias.

Os bancos que os consumidores mais citaram, são os seguintes: Itaú 51%, 30% Banco do Brasil, 10% Caixa Econômica e 9% Bradesco.

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas/ Lei NBR 9050/30/06/2004, todos os estabelecimentos de uso coletivo ao ser projetado ou reformado, deverão ser adaptados para que se tornem acessíveis a todos, inclusive aos deficientes físicos, por meio de sinalização tátil e visual, estacionamento exclusivo, rampas com inclinação limitada com corrimões, inclusive nas escadas e sanitários com área de transferência com barras de apoio e portas largas.

O consumidor nos tempos atuais em sua maioria utiliza o cartão de crédito, e na operação débito em conta ou dinheiro em espécie. O crédito por considerar mais cômodo e pela forma de parcelamento, seguidos dos que usam dinheiro em espécie. E quando perguntado a forma de pagamento 48% preferia pagar a vista suas compras, 42% no cartão de crédito.

Considerações finais

O subcentro comercial da Av. Ataíde Teive é uma das áreas comerciais mais importantes da nossa cidade, comparado ao centro comercial do Centro de Boa Vista. Logo, será que o subcentro comercial da Av. Ataíde Teive já pode ser considerando também um centro comercial, como afirma a Associação Comercial e Industrial de Roraima?

Dentre outras denominações empregadas pelos vários autores observados, como também pelos órgãos comerciais consultados como a Acirr e a Fecomérico, já que eles consideram qualquer aglomerado de pontos comerciais, de centro.

Em comparação com o Centro da cidade, o subcentro comercial da Av. Ataíde Teive atende as expectativas do jovem ao mais idoso. Apresentando vários itens importantes para o bom funcionamento de centro comercial, como acessibilidade, correios, lotéricas, vários bancos e caixa eletrônicos, a maioria das lojas já facilita o pagamento, com cartão de crédito e crediário da loja, e ainda lojas que vendem produtos para todas as classes sociais.

A existência de espaços vazios, não limita os investimentos de infraestrutura, quanto às novas instalações que recebem essa área comercial, visíveis através de modernos elementos da economia (grandes lojas, lojas de artigos de luxo, prestadores de serviços especializados).

Contudo, consolida-se uma área em expansão comercial, e talvez, a mais importante área comercial de Boa Vista. E não é apenas por localizar-se entre as Avenidas São Sebastião e dos Imigrantes e várias outras, que se encontram e formam o maior corredor de lojas de comércio e serviços da cidade, onde se encontra de tudo, desde produtos alimentícios a materiais de construção, confecções, autopeças, produtos agropecuários entre outros.

O maior gargalo do subcentro comercial da Av. Ataíde Teive está atrelado à acessibilidade para os consumidores. Mesmo sendo uma área central na cidade e principalmente para a zona Oeste, que possui a maioria da população de Boa Vista, a área mais importante desse o subcentro comercial, fica na parte da avenida que

o trânsito circula apenas no sentido bairro-centro, o que representa um transtorno para as pessoas de outras zonas da cidade.

Destaca-se a ausência de estacionamentos, o que faz os consumidores e até os próprios comerciantes a estacionarem na frente das lojas, em cima das calçadas e até na própria avenida, o que acaba deixando o tráfego de pessoas, ciclistas, motos e veículos, ainda mais complicado, já que essa é uma das mais movimentadas avenidas da cidade, porque é a principal ligação entre os bairros da zona Oeste com o Centro da cidade, espaço em que há muitos trabalhadores.

Considera-se importante esse subcentro comercial, por contemplar muitas lojas em outras ruas próximas. A aglomeração maior de comércios fora da Av. Ataíde Teive ocorre na Rua José Aleixo, em um trecho de apenas 1 km dentro do bairro Asa Branca, que teve sua gênese em decorrência do Feirão do Garimpeiro.

O Feirão do Garimpeiro é uma feira livre que ocorrem todos os domingos na Av. Ataíde Teive e que vende de tudo, nas barracas improvisadas pelos feirantes e que são colocadas no meio da avenida interditada, uma vez que essa feira livre já existe há mais de 15 anos (segundo informações dos feirantes).

Sem a feira, acredita-se que esse subcentro comercial não teria evoluído até o estágio atual. A realização do Feirão de Garimpeiro reflete na dinâmica das lojas próximas que também abrem suas portas aos domingos, e do maior fluxo de pessoas nesse subcentro.

Mesmo com todas as críticas existentes sobre a referida feira, relativo à higiene do local, a manipulação de alimentos tem importância comercial para a avenida e para a cidade, que já incorporou aquele espaço.

Por outro lado considerou-se que esse subcentro precisa para se desenvolver ainda mais é de um planejamento urbano que atenda aos interesses de todos os envolvidos (comerciantes, consumidores, condutores de veículos, pedestres, moradores e etc).

Um planejamento que solucione os problemas de estacionamentos, criando áreas de estacionamento nos comércios; os problemas de estreitamento da avenida, com um limite para as lojas construírem suas fachadas e exporem suas mercadorias.

Além de ações estruturais que visem alargar a avenida; os problemas de segurança no trânsito, com a instalação de redutores de velocidade, de sinalização e fiscalização, entre outras medidas que não cabe aqui citar todas, apenas as mais importantes no momento.

Recebido em agosto, aprovado em setembro.

Referências Bibliográficas

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 9050*: informações e documentação: resumo: apresentação. São Paulo, 2004.16p.
- CORREA, R.L. A Rede Urbana. São Paulo.ed. Ática 1989,122p.
- FREITAS, A.S. *Estudos Sociais – Roraima: Geografia e História. São Paulo, 1998. 1ª.edição. ed. Corprint Gráfica,1998. 83p.*
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE – RR. *Estimativa da População de Boa Vista para 2008. 2007.*
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM. *Plano Diretor Estratégico de Boa Vista – RR. Prefeitura Municipal de Boa Vista-RR, 2005.*
- RODRIGUES, A. M. *Na procura do lugar o encontro da identidade, um estudo do processo de ocupação de terras. Osasco – São Paulo. (Tese de Doutorado), Faculdade Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP) 1988.255p.*
- RODRIGUES, TARSIRA. Trafegabilidade –CREA Aponta soluções para o trânsito em Boa Vista. *RO-RAIMA hoje*. Boa Vista-RR, 08 de junho de 2011. Edição Imprensa – seção: cidade. 1-3p.
- SANTOS, N. P. D. Políticas Públicas, economia e poder: O Estado de Roraima entre 1970 e 2000. Belém-PA. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. 2004, 270p.
- SANTOS, M. Manual de Geografia Urbana. 2ª ed. São Paulo. ed.Hucitec, 1989, 200p.
- SEPLAN- Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento. Informações Socioeconômicas do Município de Boa Vista-RR. Divisão de Estudos e Pesquisas. 2ª.ed. Boa Vista:CGEES.2012.67p.
- SILVA, P. R. F. Dinâmica Territorial Urbana em Roraima - Brasil. São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). 2007, 329p.